# MEMÓRIAS

RAÚL BERNARDO HONWANA

03

L U T A R   P O R   M O Ç A M B I Q U E

OBRAS PUBLICADAS NESTA COLECÇÃO

**Memórias da Luta Clandestina**

Matias Mboa

**Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**

José Luís Cabaço

# MEMÓRIAS

# MEMÓRIAS

## RAÚL BERNARDO HONWANA

*O editor agradece o apoio da NORPRINT na impressão deste livro.*

**Marimbique** Conteúdos e Publicações, Lda

Titulo: **MEMÓRIAS**
Autor: **Raúl Bernardo Honwana**

Edição: **Marimbique**
Editor Executivo: **Nelson Saúte**
Layout: **L.Ussivane**
Composição: **Cândida Vanessa Lucas Sive**
Revisão: **Olga Pires e Nelson Mário**
Número de registo: **6223/RLINLD/2010**
Tiragem: **2000 exemplares**
Impressão e Acabamentos: **Norprint**
Maputo, Outubro de 2010

# ÍNDICE

# ÍNDICE

# PREFÁCIO

*Teresa Cruz e Silva*

*MEMÓRIAS: Histórias Vividas dos Homens e da Terra*, da autoria de Raúl Bernardo Honwana, foi publicado em primeira mão em 1985 em Maputo, numa edição do autor. Em 1988, a obra vem novamente a lume, publicada pela Lynne Rienner Publishers, com o título: *The Life History of Raúl Honwana: an inside view of Mozambique from colonialism to independence, 1905-1975*. Esta edição contém uma extensa introdução do historiador Allen Isaacman, que contextualiza o percurso de vida de Honwana (1905-1975) no âmbito dos vários períodos da História de Moçambique. O Prefácio à primeira edição publicada em Maputo, assinado por Gita Honwana Welch, consegue, em breves palavras, situar o leitor no processo de gestação deste livro, cujo resultado final testemunha a realização de um velho sonho do seu autor: "cumprir da melhor forma possível o dever que os mais velhos têm de transmitir aos mais novos as suas experiências". Partindo deste Prefácio, e de uma forma bem conseguida, que é o culminar de um trabalho aturado e rigoroso de entrevistas com Raúl Honwana. Na introdução à 2ª edição, Isaacman situa a narrativa do autor num âmbito mais vasto da História do país. Por outras palavras, e se quisermos tomar de empréstimo o que seria uma técnica fotográfica, Isaacman insere os' instantâneos' de Honwana, ou visões parciais da vida social no Sul de Moçambique, que são afinal condicionadas pela própria técnica de utilização de uma história de vida como instrumento de pesquisa, numa 'visão panorâmica', que nos permite fazer uma análise social de um longo período histórico, visualizando ao mesmo tempo o espaço de Moçambique colonial no espaço sociopolítico da região Austral de África, onde se destaca a África do Sul.

Em 1989, as edições ASA, em Portugal, reeditaram a obra de Raúl Honwana em língua portuguesa.

Vinte e cinco anos passados desde a primeira edição da obra de Honwana, temos agora uma 4ª Edição, e a 3ª em língua portuguesa, que sai sob a chancela da Editora Moçambicana *Marimbique*, com o título *Memórias*. Com este trabalho, a editora e a família do autor prestam uma merecida homenagem póstuma a Raúl Honwana. Através do seu percurso de vida e dos indivíduos a quem ele procura dar visibilidade, prestam também uma homenagem quer a uma geração de mulheres e homens seus contemporâneos que sofreram directamente a realidade da exploração capitalista colonial, quer a uma segunda geração de nacionalistas e

militantes clandestinos que lutaram pela libertação do país, muitos dos quais acabaram perecendo nas cadeias da PIDE.

A primeira edição desta obra, publicada numa altura em que se davam ainda os passos iniciais para uma abertura política em Moçambique, teve o grande mérito de dar a conhecer ao mundo, com coragem e livre das amarras de uma auto-censura, uma leitura da sociedade colonial do Sul de Moçambique a partir das vivências de um dos seus protagonistas. Particularmente virada para a vida de uma pequena-burguesia negra e urbana, a narrativa de Raúl Honwana, feita de forma simples e clara, oferece-nos não só novos ângulos de visão como também nos traz informação adicional sobre alguns acontecimentos. Concordando com a análise de Isaacman na introdução à 2ª edição da obra, posso também afirmar que Honwana procura resgatar, através da sua narrativa, a figura do assimilado, desmistificando a imagem de um indivíduo frequentemente rotulado como colaborador do regime ou/e aspirante a 'bom Português', particularmente nos anos posteriores à independência nacional.

Outro grande mérito desta obra consiste na forma como o autor procura demonstrar, pela selecção que faz dos acontecimentos, como um indivíduo a quem foi retirado o estatuto de cidadão pelo sistema do indigenato, apesar de ter sofrido inúmeras humilhações, conseguiu passar de uma posição de objecto a sujeito da história.

A 3ª edição em língua portuguesa surge num contexto histórico marcado pelas transições políticas e rápidas mudanças sociais que caracterizaram o país entre 1985 e 2010 onde, depois de um longo silêncio, se começam a produzir narrativas autobiografadas que trazem contributos válidos à compreensão de momentos importantes da história colonial e pós-independência de Moçambique, vistas sob vários e diferentes olhares, mas sempre a partir de dentro e, na maior parte dos casos, visando trazer um conhecimento de si e não uma visão instrumentalizada da História.

Li várias vezes *Memórias* de Raúl Honwana e, em cada uma dessas leituras, acabei por me situar, quase sempre, na posição de 'marinheiro de primeira viagem', ao descobrir em cada leitura uma novidade. Acabei muito recentemente de revisitar esta obra para escrever estas modestas linhas, mas, desta vez, não só me surpreendi com novas coisas e redescobri umas tantas outras, como esta leitura/releitura me encaminhou para uma reflexão sobre produção de conhecimento, baseada nos sábios ensinamentos do grande mestre Aquino de Bragança. Para isso retomei um artigo co-autorado por Aquino de Bragança e Jacques Depelchin, 'Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique', publicado pela primeira vez em Português, em 1986 (Bragança; Depelchin 1986)1. Nele, os autores

abordam a questão do conhecimento emancipatório, e a consequente importância de devolver aos Moçambicanos o conhecimento produzido no país e sobre o país, de tal modo que estes possam participar no debate sobre questões fundamentais. Mesmo não sendo esta obra um trabalho académico, não posso deixar de reconhecer que, dentro dos objectivos que o seu autor lhe destinou, ela se insere nas reflexões de Aquino de Bragança e, neste caso particular, de parceria com Jacques Depelchin, sobre a produção de um conhecimento emancipatório, podendo de algum modo contribuir não apenas para um conhecimento de si, produzido no e sobre o país, mas também para que esses ensinamentos possam, de algum modo, ser devolvido aos moçambicanos.

Nascido em 1905, Raúl Honwana tem uma história de vida perpassada pelas várias fases que caracterizaram a presença colonial Portuguesa em Moçambique, desde a luta pela dominação do Sul do país, último reduto de resistência à ocupação efectiva do território, passando pela ascensão ao poder de António Salazar e Caetano. A obra culmina com a independência nacional. A sua trajectória de vida apresenta inúmeros testemunhos reveladores da humilhação a que a maioria dos cidadãos eram vítimas, quer através da discriminação racial, do trabalho e das culturas forçadas, até às prisões políticas e torturas sofridas nas cadeias da PIDE, mas contém também episódios de resistência. Dotado de uma memória extraordinária e de uma fina sensibilidade, Honwana relembra o papel desempenhado pelas associações de Lourenço Marques e de jornais como o Brado Africano na resistência anti-colonial. Neste processo, são-lhe particularmente queridas figuras como Karel Pott, José Cantine, Gabriel dos Santos ou José Joaquim Mansidão, para mencionar alguns. Em várias fases da sua vida destaca o papel da Missão Suíça na formação de uma pequena-burguesia negra de Lourenço Marques, com realce para indivíduos mais marcantes na sua vida, como foram, por exemplo, André-Daneil Clerc, a família Duvoisin, ou Zedequias Manganhela.

O trabalho de Honwana é também a história de uma família que cresce e se solidifica sobre os alicerces de princípios éticos profundos, onde o respeito, a amizade, o amor e a solidariedade, enraizados em valores cristãos, marcam os momentos mais difíceis da sua trajectória de vida.

A história de vida de Raúl Honwana enquadra-se com perfeição no grande desafio que o uso de trajectórias de vida, canções de resistência e de trabalho, hinos político-religiosos ou poemas, introduzidos como fontes históricas, trouxeram à recriação de uma história de Moçambique que havia sido manipulada pela ideologia colonial, e que marcam a historiografia nacional de meados da década de 70 e a década de 90 As

suas narrativas auto-biografadas são, assim, mais uma ilustração de que uma história de vida não se limita apenas à reconstrução de um itinerário familiar ou individual, mas que nos permite analisar até que ponto as mudanças sociais e políticas afectaram o seu percurso de vida, ou ainda compreender, através desse mesmo percurso, a vida social e política da época.

Reza um velho ditado Africano que, quando morre um velho, morre com ele uma biblioteca. Raúl Bernardo Honwana, ao escrever *Memórias*, conseguiu em parte contrariar esse destino, deixando-nos este legado que o eterniza.

---

1 Bragança, A., & Depelchin, J., 1986, 'Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique'. *Estudos Moçambicans.* 5-6 (1986), pp.29-52. Veja também aedição em Inglês :Bragança, A., Depelchin,J., 1986 'From the Idealization of Frelimo to theUnderstanding of the Recent History of Mozambique',African Journal of Political Economy. Vol. 01 No. 1 1986: 162-180

# PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO

*Gita Bernardo Honwana Welch*

Isto é um livro de memórias. Contém as fascinantes histórias que eu e meus irmãos temos ouvido meu pai contar e recontar desde que nos lembramos.

Neste livro ele narra a história de seu avô Mutxequetxa e, a propósito dessa personagem, aborda vários episódios da resistência popular ao colonialismo português no Sul de Moçambique em fins do século passado. São essencialmente episódios que ouviu de seus velhos em criança. Embora tenha lido a versão colonial de muitos desses episódios em livros de autores da época, como Julião Quintinha, António Enes e Francisco Toscano, é sobretudo na versão oral e tradicional dos factos que baseia a sua narrativa. A essas histórias verdadeiras, ora trágicas ou revoltantes, ora comoventes ou divertidas (como só a realidade pode ser), meu pai acrescentou a história da sua própria existência.

Tem hoje 80 anos, pois nasceu em 1905. Como todos os da sua geração, sofreu, ao longo da sua vida, as contradições, as incoerências e a violência do colonialismo.

Testemunhou vários episódios ligados à administração colonial em cerca de 50 anos de serviço, como auxiliar de secretaria, intérprete e oficial de diligências, em Ressano Garcia, na Bela Vista, em Goba, no Transval, em Marracuene e na Moamba.

Ainda jovem, acompanhou de perto a formação e evolução das primeiras agremiações e o trabalho dos poucos intelectuais africanos da época. Admira profundamente João Albasini, José Albasini e Karel Pott, de quem foi contemporâneo. Com eles se correspondeu e teve vários contactos. Colaborou no jornal *O Brado Africano*, órgão do Grémio Africano, mais tarde Associação Africana.

Pessoa interessada pelo mundo e autodidacta sério, ainda hoje é capaz de contar, com o mesmo entusiasmo, trechos inteiros da obra de Leão Tolstoi, Camilo Castelo Branco, Júlio Verne ou Henri Junod. Conta- nos os feitos do poderoso e temido Txaka, rei dos zulus, e algumas das mais belas histórias da Bíblia.

Lembro-me de que, numa tarde quente de Janeiro de 1983, meu pai e eu vasculhávamos papéis velhos, em sua casa, e falávamos disto e daquilo. Encontrámos um manuscrito seu, datado de há mais de 30 anos, que narrava um episódio relacionado com o recenseamento da população para o pagamento do imposto, nos anos 50, na Moamba. A propósito desse

manuscrito, meu pai falou-me do sistema colonial de cobrança de impostos às populações ditas indígenas. A certa altura, interrompeu a narrativa para me dizer, cheio de preocupação, que gostaria de escrever tudo o que sabia, tudo o que vira e aprendera na sua vida. Que já era velho e começava a esquecer-se de algumas coisas. Que já lhe custava escrever durante muitas horas seguidas. Que os da sua idade, os que sabiam o mesmo que ele, iam desaparecendo aos poucos e que os novos não sabiam quem eram os seus velhos, e quem tinham sido os que viveram antes dos seus velhos.

Depois disso continuámos a falar de impostos coloniais, mas eu compreendi a mensagem e a urgência.

Encorajá-lo a falar e dispor-me a escrever era o mínimo que eu poderia fazer em sinal do maior respeito por este homem dotado de um profundo sentido de história e de dever, o meu pai, o autor desta obra.

O autor repetiu-me muitas vezes que, ao escrever este livro, não pretendia de modo algum substituir-se aos historiadores, mas, tão somente, cumprir da melhor forma possível o dever que os mais velhos têm de transmitir aos mais novos as suas experiências.

E é nessa lógica simples que encontra razão de ser a publicação deste livro de memórias.

***Maputo, Dezembro de 1985***

# INTRODUÇÃO À EDIÇÃO INGLESA

*Allen Isaacman*[2]

Raúl Honwana nasceu em 1905. Viveu muitos dos acontecimentos importantes que fazem parte da história de Moçambique. Neste sentido, a sua autobiografia possui o significado de "marco de transição" do colonialismo para a independência. Começou a escrever a sua história em 1983, aos 78 anos de idade. Indivíduo dotado de uma memória prodigiosa e de um orgulho forte, pela sua herança africana e identidade moçambicana, Honwana lutou "para preservar o passado e dar a conhecer aos jovens de Moçambique a história longa e rica que antecedeu a guerra". Preocupou-se em especial com que "as contribuições de homens como João Albasini, Robert Machava e ainda os fundadores do instituto Negrófilo e do Congresso Nacional Africano, que lutaram contra a opressão racial, não fossem esquecidas".

Publicado pela primeira vez em 1985, o livro de Honwana foi, simultaneamente, largamente aclamado e controverso. A sua história é uma visão única da colónia de Moçambique. Ao longo da obra, ele refere-se a alguns aspectos importantes, tais como o papel dos "assimiliados", o modo como o racismo determinava o dia-a-dia dos não-europeus, independentemente da classe a que pertencessem, e a variedade de mecanismos que os africanos utilizavam para enfrentar (e lutar contra) a opressão colonial. A sua autobiografia descreve ainda as longas batalhas entre os nacionalistas do Sul de Moçambique e o Congresso Nacional Africano - um assunto de importância histórica e contemporânea.

A ideia deste livro surgiu quarenta anos antes da sua publicação. Nesse tempo, os seus oito filhos eram muito novos e ele tentava incutir-lhes o culto das suas raízes africanas, tal como sua mãe tinha feito consigo. "Quase todas as noites, quando estávamos cansados", lembra Raúl Júnior, "o pai contava-nos histórias sobre o passado. Falava sobre a sua vida e a história da sua família, os seus prazeres e suas frustrações. Contava ainda outras histórias", continua Raúl Júnior, como, por exemplo, a de Thui-Thui, que pedíamos insistentemente para nos contar."

A irmã, Maria Violante (Tina), frisou que através destas histórias "o nosso pai ensinava-nos a ter orgulho na nossa herança africana e não nos deixava esquecer que éramos moçambicanos apanhados numa situação colonial, e não portugueses".

---

2 Professor de História na Universidade de Minesota (Mineapolis, EUA) e autor de diversos livros sobre Moçambique (N.E.).

Através destas narrativas e das discussões que elas proporcionavam, Raúl Júnior e Maria, tal como as outras crianças africanas, aprenderam a compreender a realidade social em que viviam. Maria lembra-se do orgulho que sentiu quando ouviu pela primeira vez o pai a descrever as façanhas militares de Gungunhana e Maguiguana. Lembra-se ainda do desprezo que sentia quando o seu professor de História do 4° grau recusava um trabalho que descrevesse, em termos heróicos, a luta dos homens das histórias do seu pai contra os invasores portugueses. Para o seu irmão mais velho, Luís Bernardo Honwana, um dos escritores mais populares do seu país, os valores aprendidos em casa criaram um elo de ligação com os moçambicanos da sua geração, dispostos a lutarem contra a indignidade racial e a opressão cultural. No fim dos anos cinquenta, aderiu ao movimento estudantil moçambicano, o Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM). Luís e seus companheiros alteraram, de forma lenta mas significativa, o sistema racial e cultural do regime colonial.

Na década seguinte, um grupo destes estudantes activistas auxiliaram-se e ajudaram a criar o movimento de libertação moçambicano, ou seja, a Frente de Libertação de Moçambique, mais conhecida por FRELIMO. Luís permaneceu em Moçambique, envolvido em actividades clandestinas, tendo sido preso pela polícia secreta portuguesa em 1964.

Durante esta época turbulenta, a paixão de Raúl Honwana pela história - despertada pela mãe e alimentada na escola da Missão Suíça - cresceu. Passava os seus tempos livres a ler, a compilar diários e a coleccionar fotografias, quando não estava a discutir história e/ou a enaltecer os feitos de líderes africanos contemporâneos tais como Kwame Nkrumah, Patrice Lumumba e Julius Nyerere. Estava ainda ligado a alguns letrados moçambicanos que partilhavam o seu amor pelo passado e a sua preocupação pelo futuro e com quem discutia os acontecimentos.

Raúl Honwana expressou várias vezes o seu desejo de escrever as suas memórias. Tinha trinta anos quando rascunhou pela primeira vez alguns dos episódios deste livro, tendo a maior parte permanecido na sua memória. A censura colonial, a sua posição ambígua de funcionário público e de nacionalista africano, o efeito desmoralizador do encarceramento de Luís e, ainda, o seu curto período de reclusão abalaram e frustaram o seu sonho.

Foi somente no final dos anos setenta, após a independência de Moçambique e do regresso a casa dos filhos que tinham estado na FRELIMO, que a ideia de escrever o livro ressuscitou. Existe mesmo entre membros da família a dúvida de quem a terá feito ressuscitar. No entanto, todos concordaram que a idade avançada de Raúl e a necessidade de a

jovem nação descobrir o seu passado criaram o momento ideal para avançar com o projecto. O resultado positivo das campanhas de alfabetização da FRELIMO foi um incentivo, ao dar a conhecer que existia uma audiência ávida e preparada para uma obra deste tipo.

O reinício deste projecto surgiu assim num clima de optimismo e esperança. Contudo, a fase final de *Memórias*, alguns anos mais tarde, ocorria num contexto bem diferente - numa crise política, económica e de perdas humanas criada pela campanha desestabilizadora da África do Sul.

Gita Honwana, uma das primeiras juízas moçambicanas, foi responsável pelo texto. Começou em 1983, tendo passado 18 meses, incluindo fins-de-semana e feriados, a escrever os episódios que Raúl contava em português e algumas vezes em ronga. "O meu pai sentia-se mais feliz", lembra ela, "a falar sobre o passado do que a tentar escrevê- lo." Acrescenta que, para Raúl, falar era a maneira mais fácil de transmitir informação.

Gita teve várias vezes de lembrar ao pai determinados detalhes ou questioná-lo sobre determinados factos, embora não tenha tido dificuldades em reescrever ou reestruturar as narrativas.

Os dois eram frequentemente ajudados pela esposa de Raúl, Naly Honwana, cuja memória viva e personalidade forte deixaram uma marca indelével no texto final. Gita lembra o papel importante que sua mãe desempenhava:

"O meu pai começava a falar e, quando chegava a determinada altura do episódio sobre o qual não tinha a certeza, parava repentinamente e viravase para a minha mãe. Se ela não estivesse lá, ele chamava-a. A minha mãe lembrava-lhe então o que ele nos tinha contado quando éramos pequenos. Havia ainda outras ocasiões em que ela intervinha sem que para tal tivesse sido solicitada, ou implicava com determinado ponto ou interpretação, e desatavam os dois numa longa discussão em ronga. O meu pai tinha uma grande admiração pelos seus conhecimentos. Ela possuía uma memória incomparável e todos na família o sabiam."

À medida que o trabalho avançava, Raúl confiava cada vez mais na grande bagagem de conhecimentos de Naly.

De vez em quando, acontecia que uma das crianças aparecia e era "atirada" para o meio das discussões. Fernando, que era assistente especial do presidente Machel, e por isso mesmo passava várias temporadas fora do país, teve um momento de participação aquando da sua estadia em Maputo. Para além do apoio moral que deu, forneceu ainda detalhes sobre a maneira como a família aguentou o período de reclusão de Raúl.

Estas discussões aconteciam normalmente durante o almoço de domingo, ao qual comparecia a maior parte dos membros da família.

Raúl, acompanhado de Gita, procurou três vezes ajuda de velhos amigos para preencher algumas lacunas da sua memória. A qualidade destas trocas de impressões era muito variável. Numa das vezes, Raúl passou uma tarde frustante com um membro idoso da família que se mostrou relutante em discutir determinados assuntos, devido à sua fidelidade ao regime colonial, por achar que o poderiam comprometer.

Por outro lado, passou duas tardes em discussão animada com Nuro, o filho de um antigo professor muçulmano, Ahmad Dulla Ismael. Recordaram com prazer experiências comuns e velhas amizades. Durantre estas conversas, Gita tirou vários apontamentos que vieram a construir a base do capítulo sobre o Anjuman Anuaril Isslamo e a Associação de Socorro Mútuo e de Ensino Islâmico. Os encontros com Nuro avivaram as recordações dos momentos importantes do início da história do Congresso Nacional Africano, dos quais Raúl tinha vaga lembrança.

Para completar estes encontros, Gita entrevistou o reverendo Abraão Aldasse, cuja ajuda levou a reconstruir a história da prisão e do assassínio do pastor Zedequias Manganhela, líder popular e chefe da Igreja Presbiteriana, em 1972.

*Memórias* é mais do que um produto de memória fabulosa e do trabalho intelectual de Raúl Honwana. Como prova, acrescenta- se que as narrativas orais feitas por ele aos filhos forneceram não só o conteúdo como ainda a estrutura do texto.

No entanto, *Memórias* é fundamentalmente o fruto do diálogo entre várias gerações da família Honwana. As primeiras partes, que descrevem a origem da família, a invasão dos Nguni e as guerras de resistência contra os portugueses, são produto das tradições orais contadas por sua mãe, Vulande, e por parentes. Vulande, lembra ele, "contava frequentemente histórias sobre a resistência africana. Ela era uma boa contadora de histórias."

A influência da estrutura da narrativa oral é evidente na qualidade dos episódios e anedotas das suas histórias.

Raúl aprendeu ainda bastante sobre o passado com um primo materno, J.J. Mansidão, que tinha redigido uma série de manuscritos, alguns deles publicados em ronga e português, fundamentados nas tradições orais que ouvira na sua juventude. Raúl leu animadamente esses manuscritos.

A maior parte do livro é baseado nas narrativas orais de Raúl, que se tornaram parte da memória colectiva da família - uma memória colectiva enraizada nos relatos do passado de Raúl Honwana. As discussões e os debates que se difundiram por toda a família Honwana fizeram ressuscitar as velhas ideias e ajudaram, sem dúvida, a criar ideias novas. Neste sentido,

Luís Bernado Honwana está certo quando destaca o papel fundamental do seu pai e ao mesmo tempo situa o projecto num contexto colectivo mais alargado: "As ideias do livro e os valores que elas representam são de Raúl, mas o conteúdo foi fornecido pela nossa família."

A minha participação neste projecto foi bastante limitada. De facto, não tive qualquer envolvimento na elaboração do texto original em português. Um ano e meio mais tarde, recebi uma carta de Gita Honwana perguntando se eu queria ajudar e publicar *Memórias* em língua inglesa. Aceitei a proposta. Já tinha tido a ocasião de entrevistar, por duas vezes, Raúl Honwana e tinha ficado impressionado com a sua inteligência e vastidão de conhecimentos. Para além de já ter tido a oportunidade de dar uma vista de olhos pelo livro, tendo ficado com a ideia de que constituía uma contribuição importante para a história de Moçambique. Uma leitura mais profunda confirmou esta ideia e tornou claro que, para que o livro atingisse audiência, teria de ser editado. Em vez de sobrecarregar o texto com notas de rodapé, para identificar cada local ou pessoa citada por Raúl Honwana, incluí notas para as pessoas e locais mais importantes. Apercebi-me ainda de que os leitores que desconhecessem a história de Moçambique beneficiaram ainda mais com uma nota introdutória que examinasse o contexto histórico em que o texto tinha sido elaborado e sublinhasse os temas principais abordados pelo autor.

Para concretizar esses objectivos, seria necessário voltar a entrevistar Raúl Honwana e sua família. Por isso, em Maio de 1987, regressei a Moçambique para uma visita de cinco semanas. Durante este período, a família Honwana deixou os seus afazeres de parte a fim de dar apoio moral e material a esta fase do projecto. Encontrei-me com Raúl Honwana doze vezes para sessões de trabalho de duas a três horas. Falávamos sobre a história de Moçambique desde manhãzinha até ao fim do dia, incluindo fins-de-semana. Com excepção do dia 19 de Maio, ele nunca estava muito ocupado. Mas, nesse dia, fazia dezassete meses que o seu filho Fernando tinha morrido num misterioso acidente de avião que tinha vitimado também o presidente Machel. Modesto, erudito, vestindo sempre um fato e gravata impecáveis, Raúl Honwana provou ser um contador de histórias ímpar e um verdadeiro professor. Identificou cuidadosamente centenas de nomes de locais e pessoas referidos no texto - nomes que eu invariavelmente pronunciava mal. Ele nunca criticou a minha imperfeição linguística, embora as expressões de seu rosto indicassem que uma lacuna deste tipo desprestigiava o passado. Raúl respondia pacientemente a cada pergunta que eu lhe colocava. Instruiu-me sobre muitos aspectos da história e culturas moçambicanas abordados superficialmente no livro.

Tínhamos longas discussões sobre o significado social do preço das noivas, as várias formas de oposição camponesa ao cultivo fordo do algodão e as oportunidades que a educação missionária oferecia às crianças oprimidas. Falava ainda, com ar cândido, de assuntos delicados como laços que uniam o seu pai ao exército dos conquistadores portugueses, as suas relações com vários oficiais coloniais e a sua decisão de se tornar num "assimilado".

Naly Honwana participou na maior parte destas discussões, dando a conhecer assim o seu magnífico reportório de factos e interpretações. Depressa me apercebi do papel importante que ela deve ter desempenhado na elaboração do texto.

Tirei ainda proveito de vários encontros com Gita, Raúl Júnior e Luís Bernardo.

Individualmente, eles clarificavam determinados pontos, enquanto, juntos, os seus comentários levavam a uma nova abordagem da sociedade colonial.

Dado que este livro não é simplesmente uma autobiografia, não é fácil incluí-lo num determinado género histórico. Em muitos aspectos é um "híbrido", reflectindo diferentes mundos em que Raúl Honwana viveu e trabalhou. A primeira parte do livro é constituída por narrativas orais, largamente conhecidas no Sul de Moçambique, que contêm recordações do passado transmitidas de geração em geração. Praticamente um século depois das invasões dos Nguni, da conquista dos portugueses do Sul de Moçambique e da rebelião de Maguiguana, estes acontecimentos continuam a constituir um capítulo crítico da história dos Rongas e Shanganas. Tal como outras tradições orais, elas comportam algumas debilidades e devem ser utilizadas cuidadosamente. O facto de o autor ter acrescentado determinados elementos a estas tradições orais dos primeiros escritores coloniais portugueses, como, por exemplo, António Enes e Joaquim Mouzinho de Albuquerque e do antropólogo e missionário suíço Henri Junod, não invalida a sua legitimidade como documentos históricos. Serve apenas para acentuar o carácter híbrido do livro e os problemas colocados pelo *feedback* ou contaminação por fontes publicadas.

Em termos gerais, *Memórias* situa-se entre a autobiografia e a "história de uma vida". No entanto, estas categorias nem sempre se excluem mutuamente.

Os historiadores sociais, instigados pelo impulso de escrever a "história a partir das origens", tendem a criar novas formas analíticas, tais como o problema da classificação. O mesmo acontece com a maior parte dos estudiosos de autobiografias que consideram que este género pertence unicamente aos "homens das letras". Críticas recentes feitas por

intelectuais feministas e analistas da cultura das classes e a separação dos sexos na literatura. De acordo com Mary Jo Maynes, uma intelectual feminista e historiadora social, as autobiografias "podem derivar de uma variedade de impulsos e seguir modelos diversos" e "não são apenas a expressão literária da burguesia". Assim, as narrativas pessoais escritas pelos colonos são simultaneamente uma forma de discurso intelectual de grande valor e uma fonte de história social importante. No entanto, até há pouco tempo este género não possuía grande valor na historiografia africana, sendo apenas utilizado, de modo tradicional, para descrever as vidas dos grandes poderosos. Como prova, existem os livros *An Ill-Fated People* e *The Autobiography of an Unknown South African* que confirmam a dignidade e a luta dos oprimidos, embora sejam em número reduzido.

Ao contrário destas duas autobiografias, *Memórias* é essencialmente uma narrativa oral, escrita após anos de discussão e debate, enquadrando-se perfeitamente no género autobiográfico. Afinal de contas, o livro foi inspirado no desejo do autor de contar a sua história e a da sua geração. E, tal como as outras autobiografias, procura impor ordem, forma e significado aos factos de uma existência. No caso de Raúl Honwana, uma existência modelada pela dominação colonial e a opressão racial e cultural. No entanto, o livro é ainda um testemunho de esperança, orgulho e luta.

São estes aspectos que ligam o livro a outras "histórias de uma vida". Tal como L. Lagness referiu há já vinte anos atrás, este tipo de documento oral "representa um registo extenso da vida de uma pessoa, contado e registado por outra, que mais tarde o escreve e publica como se fosse uma autobiografia". Partilha ainda dos outros estudos das "histórias de uma vida" uma ênfase nas "experiências e necessidades da pessoa - o modo como ela enfrenta a sociedade e não como a sociedade enfrenta a torrente de indivíduos". Neste sentido, *Memórias* pertence ao mesmo género histórico de *La Vida, Sun Chief, Workers in the Cane* e *All God's Dangers* e, ainda, do primeiro trabalho de estudos africanos de Mary Smith, *Baba of Karo: A Woman of the Muslim House.* No entanto, o modo como Raúl Honwana escreveu a narrativa oral foi diferente e especial. *Memórias* difere da maioria das histórias estandardizadas, visto que as pessoas que as escrevem são, no fundo, estranhas e inserem-se mais na "tradução conceptual" para uma audiência, do que acontece com Gita Honwana.

***

Independentemente da sua classificação adequada, *Memórias* dá indubitavelemente um contributo importante para o nosso conhecimento da História de Moçambique, ao fornecer uma visão interna de uma

sociedade colonial em mutação. É importante frisar, desde já, que a versão de Honwana é apenas um ponto de vista. Não existe "uma voz autêntica" a falar por todos os moçambicanos. Não existe uma homogeneidade desse tipo transcendendo a história de Moçambique. A voz de Raúl Honwana é apenas uma das muitas vozes – camponeses e operários, incultos e cultos, mulheres e homens – que precisam ser ouvidas. No mínimo, estes pontos de vista permitiriam aos historiadores tecer conjecturas sobre o futuro. Poderiam ainda fornecer dados importantes sobre as opções e constrangimentos, percepções e emoções que determinaram o modo como os homens e as mulheres da geração de Honwana lutaram pela sobrevivência e pelo aperfeiçoamento.

Por isso é fundamental recolher as canções dos camponeses, as histórias da vida dos operários e a literatura de protesto dos poetas, por constituírem factos que desfiam a imagem colonial do passado. Estes testemunhos demonstram ainda "até que ponto as classes mais subordinadas, com base na sua experiência diária, conseguem penetrar e desmistificar a ideologia existente". Sem as transcrições dos oprimidos seria impossível reconstruir as complexidades da sociedade moçambicana e muito menos escrever "história a partir da base".

Pelo facto de Raúl Honwana não ser um moçambicano "típico", a sua narrativa precisa de ser inserida nesta tradição historiográfica mais lata. Em 1950, ele era um entre aproximadamente 5000 africanos, de uma população estimada em 5 650 000 pessoas, que tinham ganho o estatuto legal de "assimilado". Como o termo sugere, "assimilados" eram os moçambicanos negros e mestiços que o estado colonial considerava terem atingido os padrões da língua e cultura portuguesas. Teoricamente, a sua posição legal garantia-lhes direitos e oportunidades recusadas a 99% da população africana. Assimilado e interpréte na burocracia do Estado, Honwana estava assim colocado numa posição social ambígua e diferente. No contexto de uma colónia capitalista, marcada por uma opressão feroz de raça e de classes, ele tinha ganho uma dose – e somente uma dose – de protecção legal. A história da sua vida fala honestamente tanto acerca destes previlégios como também da regularidade com que estas garantias legais eram violadas quando colidiam com a ideologia racista existente. Por isso mesmo, *Memórias* oferece apenas uma visão interior. E é uma visão radicalmente diferente das histórias coloniais que pretendiam distorcer, se não mesmo apagar, o passado. São ainda precisas muitas mais.

O estilo despretencioso do autor empresta credibilidade à mensagem que pretende transmitir. Ao contrário de muitos autobiógrafos, Honwana não se preocupou sobretudo em deixar para a posteridade um registo

do seu sucesso pessoal. Ao longo da maior parte do texto ele permanece invisível e, quando aparece, raramente representa um papel importante na narrativa. Praticamente não existe descrição sobre os sacrifícios que ele fez para se distinguir dentro de um sistema educacional concebido para bloquear o progresso africano. Enquanto os outros presos políticos realçam e enfeitam as suas histórias de reclusão e sofrimento, o diário de prisão de Honwana não é mais do que uma crónica de acontecimentos. De igual modo, não existe nenhuma indicação acerca da razão por que foi convidado para a Tanzânia e hospedado pelo líder da FRELIMO na noite da independência.

Embora não se preocupasse em analtecer-se, o seu desejo de escrever sobre assuntos melindrosos, de entre os quais vários que confrontavam as novas ortodoxias do período da independência, aumenta ainda mais o interesse do livro. É quando fala sobre Gungunhana, o último governador dos Nguni de Gaza, do séc. XIX, que esse confronto à nova ortodoxia está mais explícito. A sua descrição vai desde a apresentação colonial de um alcoólico renegado e terrorista à versão heróica da FRELIMO. Com a independência, o novo governo moçambicano ressuscitou a memória de Gungunhana, envolvendo-o num trajo nacionalista. Esta campanha atingiu o seu apogeu em 1985, ano que, simultaneamente, marcou o nonagésimo aniversário da última batalha de Gungunhana contra os portugueses e o décimo aniversário da independência de Moçambique. Para coincidir com as celebrações, o governo envidou esforços para obter a devolução dos restos mortais de Gungunhana dos Açores, local onde morreu em exílio forçado. Numa recepção de Estado para celebrar o acontecimento, o presidente Samora Machel louvou claramente Gungunhana: "Ele foi o primeiro grande líder moçambicano a enfrentar directamente o imperialimo moderno e a opor-se às novas formas de dominação e exploração introduzidas pelos portugueses e britânicos no Sul de África". Machel salientou ainda que o exemplo da resistência heróica de Gungunhana "esteve connosco em 1962 quando fundámos a FRELIMO, inspirou-nos em 1964, quando disparámos os primeiros tiros, festejou connosco o Dia da Independência e celebra hoje connosco a nossa primeira década de liberdade".

Raúl Honwana pintou um retrato muito mais ambíguo do líder histórico. Embora relate as proezas militares contra os invasores portugueses, *Memórias* refere ainda o modo como ele explora a população indígena. Na opinião de Honwana, foi esta exploração que motivou uma série de chefias da região de Inhambane a ajudar os portugueses. Argumenta ainda que, mesmo entre os seus próprios soldados nguni, a autoridade do governador

dependia "mais do terror do que do amor". Reforça este argumento sumarizando algumas tradições orais que descrevem o sentimento de alívio sentido pelos soldados ao tomarem conhecimento da prisão de Gungunhana.

*Nunca se conseguiu perceber bem o verdadeiro sentimento dos nguni em relação o Gungunhana. Sem dúvida que o reconheciam como chefe militar e político, mas tinham-lhe mais medo do que amor. Consta-se que, quando finalmente Gungunhana foi levado pelas tropas de Mouzinho de Albuquerque, aquela multidão gritou o seguinte: "**Hamba kolwanyana kadiuqueda inkuku zetu**", expressão zulu que significa: "Vai-te embora, seu abutre, que dizimas as nossas galinhas".*

Foi neste sentido dos acontecimentos que permitiu a Honwana enfrentar o problema complexo e delicado do lugar dos assimilados na colónia de Moçambique. O seu relato nem glorifica nem menospreza a sua experiência. Possui, no entanto, um ponto de vista definido – que contraria a imagem anterior do regime colonial e muitas das suas críticas académicas. A discussão de Honwana sobre a identidade social dos assimilados, a sua análise das pressões contraditórias que eles experimentaram e as clivagens raciais e culturais que os dividiram irão constituir um interesse especial para os historiadores sociais africanos e para os estudantes de relações sociais.

Embora não esteja definida em termos raciais, a "assimilação" era claramente um tipo de "cultura branqueada". Teoricamente, qualquer negro ou mestiço poderia ser classificado de "assimilado" ou "civilizado". Na prática, o candidato teria de se submeter a uma série de critérios rígidos. Como Honwana nos diz:

*O africano que se considerasse "civilizado" devia fazer um exame, respondendo a certas perguntas e deixando que uma comissão fosse à sua casa ver como é que vivia, se sabia comer como um branco, à mesa, se se calçava e se tinha uma só mulher. Quando ele era aprovado passavam-lhe um documento chamado o "alvará de assimilação" pelo que se pagava meia libra-ouro ou o seu correspondente.*

Se tudo corresse bem, ele passava a gozar de um determinado número de benefícios legais e materiais.

*Isto dava direito ao registo dos filhos no Registo Civil e ao acesso às instâncias judiciais reservadas aos considerados cidadãos. A partir da assimilação, os assuntos de um africano já não eram tratados no juízo privativo dos indígenas ou nas banjas dos régulos.*

*A assimilação era também uma forma de não pagar os impostos dos Indígenas, como, por exemplo, o imposto de palhota, e de não ser levado para o chibalo.*

Os assimilados podiam ainda viajar sem vistos de permissão e tinham acesso a empregos bem remunerados. Teoricamente, eles tinham direito a muitos dos privilégios pertencentes à classe e raça europeia. No entanto, é óbvio que para obterem tais privilégios eles tinham de submeter o seu modo de vida a um exame minucioso e degradante, fingir paciência e capacidade para preencher os infindáveis papéis solicitados pela burocracia. Facilitava ter um patrono europeu ou o apoio de um administrador colonial benevolente. Mesmo assim, depois de terem satisfeito todos estes requisitos e de lhes ter sido atribuído este grandioso estatuto privilegiado. Por exemplo, em 1948, o Departamento dos Negócios Indígenas procedeu a uma investigação para eliminar aqueles assimilados que tivessem "recaído" ou não satisfizessem requisitos novos e mais rígidos.

Vale a pena reafirmar que o "assimilado ideal", tal como os mitos gémeos do "multirracialismo" e da "missão civilizadora" portuguesa, eram produtos ideológicos de solidariedade negra, agregar potenciais rebeldes e legitimar a exploração do trabalho mal pago do não-assimilado. A presença de cidadãos portugueses entre negros e mestiços permitiu a Lisboa proclamar que a sua inserção numa sociedade multirracial era única entre todas as forças coloniais europeias. Por conseguinte, era moralmente obrigada a ficar em África.

O ministro português dos negócios estrangeiros, Franco Nogueira, disse:

*Sozinhos e pioneiros, trouxemos para África a noção de direitos humanos e de igualdade racial. Sozinhos praticámos o princípio do multirracialismo, que consideramos ser a expressão mais perfeita e ousada da fraternidade e do progresso sociológico. No mundo inteiro ninguém duvida da validade do princípio, existe apenas hesitação em admitir que é uma inovação portuguesa e em reconhecer que Portugal o pratica, pois isso seria reconhecer-nos autoridade moral e criaria um sentimento de respeito que seria incompatível com os desígnios apontados contra nós.*

*Memórias* prova que, mau grado todas as atitudes e retórica civilizada de Nogueira, o estado colonial erigiu inúmeras barreiras de modo a bloquear que negros e mestiços se tornassem assimilados. A opinião oficial de que os indígenas eram apenas uma fonte de trabalho barato, para quem não valia a pena criar uma infraestrutura de educação, era a verdadeira prova de intenções do regime colonial. A.A.Freire de Andrade, governador-geral de Moçambique entre 1906 e 1910, foi bastante explícito sobre o assunto: "A educação que oferecemos aos nativos deve ter como objectivo principal a sua preparação para serem trabalhadores produtivos – e não gerar a noção errada de que são iguais aos brancos..." De notar que, em 1929,

mais de uma década após o Estado ter anunciado a sua assimilação, menos de 30 000 africanos frequentavam escolas e praticamente estavam todos inscritos no nível mais baixo. Em 1933, o ministro Armindo Monteiro confidenciou que:

*Não acreditamos ser possível que passem rapidamente da sua superstição africana para a nossa civilização. Para nós termos chegado ao que somos presentemente, centenas de gerações anteriores lutaram, sofreram e aprenderam, minuto a minuto, os segredos mais complexos sobre a origem da vida.*

De facto, uma década mais tarde somente um punhado de africanos tinha conseguido formar-se.

Apesar das barreiras coloniais, Raúl Honwana conseguiu ser um assimilado. A sua história prova, acima de tudo, a verdadeira paixão pelo saber que a sua mãe lhe tinha incutido.

*É curioso: apesar de analfabeta, a minha mãe sempre tivera um cuidado particular com os meus estudos. Ela apenas acreditava que eu tinha passado de classe e fora o melhor classificado, quando lhe mostrava a prenda que na escola de Ricatla por costume se dava, no fim do ano, aos melhores alunos.*

Honwana beneficiou ainda de uma ligação familiar, através de um casamento com um membro burguês da comunidade comerciante indiana, que valorizou e financiou a sua educação; e, ainda, do incentivo que recebeu dos missionários suiços, entre os quais Junod que se interessou particularmente pela sua educação. Honwana em breve se apercebeu de que pertencia ao pequeno grupo de afortunados.

A sua biografia sugere que os opositores do antigo regime, nos quais me incluo, desejosos de desacreditarem a ideia do multirracialismo proclamada por Lisboa, devem ter simplificado a posição social e política dos assimilados. Por exemplo, Henriiksen descreveu-os como "protoburguesia insignificante e subserviente", embora admitisse que nem todos eram colaboradores. Referindo-se especificamente aos assimilados em Angola, Marcum salientou que eles "deveriam ter rompido com todos os laços que os ligavam à sua sociedade tradicionalista e sem valor – incluindo a família ". Newitt foi ainda mais longe, ao afirmar que "aqueles que se tinham tornado civilizados faziam parte do mundo dos mestiços". Assim, o consenso existente entre os principais intelectuais da África lusófona era de que os assimilados tinham abandonado o seu passado e optado por uma posição mais cómoda, tendo colaborado várias vezes com o regime colonial. Refira-se que esta ideia goza de algum crédito entre os moçambicanos.

A imagem que Honwana dá merece ser tomada a sério, embora alguns cépticos a reprovem, considerando-a com segundo sentido. Honwana

define assimilação como o mecanismo que enfrentava os abusos mais penosos do colonialismo.

*Foi em 1931. Eu trabalhava ainda na Administração da Bela Vista. Nessa altura fui encarregado de organizar os processos de assimilação de várias pessoas naquela área. Muitos eram pretos, mas havia bastantes mulatos que também queriam assimilar-se. As pessoas assimilavam-se, mais para evitar o chibalo, o serviço militar indígena, enfim, para evitar a ausência completa de um mínimo de direitos de cidadania.*

Honwana acrescenta ainda que "naqueles tempos, obter o estatuto (de assimilado) era uma forma de assegurar uma vida menos degradante para os nossos filhos, e o acesso à educação".

Se, por um lado, a assimilação oferecia uma base estratégica para sobreviver e a oportunidade de educação pessoal, não significava, por outro, um "afogamento" cultural e a rejeição das raízes africanas. Pelo contrário, argumenta Honwana:

*Conheço muito poucos moçambicanos do meu tempo que sinceramente aspirassem à assimilação como forma de ficarem iguais ao branco; ou que se sentissem verdadeiramente portugueses. É preciso compreender que uma coisa eram os nossos sentimentos, a nossa personalidade, o orgulho da nossa cultura de africanos – isso mais ou menos todos tínhamos – outra coisa era a coragem de afirmar os nossos valores abertamente, rejeitando também abertamente os valores do colonialismo. Ao nível individual isto era quase suicídio. E a maioria das pessoas guiava-se, nesses anos recuados e difíceis, por um apurado instinto de sobrevivência.*

Esta vontade profunda de conservar a identidade africana caracterizava a vida de Honwana. A sua participação no Instituto Negrófilo e no Congresso Nacional Africano, bem como os valores que incutiu nos seus filhos, corroboram esta sua intenção.

No entanto, existem provas de que alguns assimilados subscreveram a ideia de que "somos todos portugueses". Penvenne salienta que embora esta afirmação "fosse muito vaga... evocava uma ordem implícita na mente da elite dos católicos de língua portuguesa do Grémio, que era o seu principal proponente nesse período". Não é necessário reconciliar estas interpretações contraditórias sobre a identidade do assimilado, uma vez que elas possivelmente reflictam os diferentes caminhos percorridos por segmentos diferentes da comunidade assimilada em diferentes momentos da história.

Honwana critica a ideia de que assimilação significava colaboração. Ele concorda que houve um número de assimilados que de facto apoiou o regime colonial. "Infelizmente, tenho a consciência de que existem

moçambicanos que interiorizaram os valores portugueses – valores que o regime colonial utilizava para nos menosprezar e oprimir. Mas esse tipo de comportamento não era o resultado automático da assimilação". Para sublinhar este ponto, ele lembra aos leitores os vários chefes "que serviram bem o colonialismo e escravizaram os seus irmãos. Eles não eram assimilados". Nas nossas conversas, ele referiu-se ainda às biografias de grandes nacionalistas moçambicanos como Joaquim Chissano e Armando Guebuza, provenientes de famílias assimiladas. Realçou que lhes tinha sido incutido pelos seus pais o sentido de orgulho de serem africanos e o desejo de serem livres.

A obra de Honwana foca o problema de os negros assimilados serem afogados no mundo racial e confuso dos mestiços. Descreve, de modo detalhado, o desejo de eles pertencerem a alianças de não-brancos e a sua recusa em submeterem a sua identidade racial e cultural. Destaca o facto de o Congresso Nacional Africano e o Instituto Negrófilo terem sido fundados por negros descontentes e desejosos de se libertarem da autoridade mestiça.

Ao longo do livro, Honwana fala várias vezes sobre os temas gémeos da injustiça racial e da luta dos oprimidos – não só em relação aos negros e mestiços, mas também em relação aos asiáticos. Honwana não está apenas interessado em descrever o sofrimento ou em apresentar o depoimento de uma vítima, nem em pintar um quadro glorioso de acontecimentos de sublevação; mas sim em realçar a luta diária pela sobrevivência e o auto-aperfeiçoamento, bem como actos periódicos de desafio e revolta que terminavam em luta armada. *Memórias* sublinha, acima de tudo, até que ponto a prática da ideologia racista estruturava o dia-a-dia dos colonos, independentemente da sua posição. A sua autobiografia testemunha a influência profunda do racismo na colónia de Moçambique e o seu papel fundamental para estabelecer a política de dominação colonial. Considera-se o facto de, aos 15 anos, Honwana ter sido forçado a desistir da escola primária porque aos africanos da sua idade não era permitido ter acesso ao exame do último ano, ou ainda, o facto de ele não ter podido fazer nada quando o seu primeiro patrão se recusou a pagar-lhe três meses de trabalho. Mesmo depois de Lisboa lhe ter concedido a honra de ser "civilizado", ele não podia escapar às injustiças tão profundamente implantadas na sociedade moçambicana. As garantias legais, teoricamente extensivas aos assimilados, não o impediram de ter sido humilhado ou preso, nem lhe asseguraram o acesso às enfermarias dos hospitais dos brancos ou aos clubes desportivos culturais. Como funcionário público, permaneceu restrito aos trabalhos de pior remuneração "porque as posições superiores

da Administração colonial eram reservadas aos brancos". No mesmo sentido, só lhe foi permitido adquirir 5 hectares de terra, enquanto para os agricultores europeus não existiam limites quanto à extensão de terra que pretendessem.

Existiram no entanto muitos momentos de felicidade na vida de Honwana e na da sua família. A sua narrativa pode ser tomada como uma representação positiva de si e da sua comunidade. Todavia, embora Honwana tivesse prosperado, esteve pouco tempo fora das garras da opressão, mesmo sendo "assimilado".

A lei e a prática social ajudaram a criar as diferenças sociais. Os indígenas tinham de viver em conformidade com as regras do seu sistema legal "tradicional", de acordo com a interpretação e a aplicação feitas pelos administradores coloniais, os quais, por sua vez, eram ajudados pelos chefes locais.

Por sua vez, os assimilados gozavam, teoricamente, de todos os direitos inerentes aos cidadãos portugueses. Na prática, estas expressões legais resultavam em situações de discriminação mais ou menos subtis, de maneira a permitir privilégios de raça e de classe aos colonos e a reprodução do sistema colonial capitalista. As leis eram frequentemente alteradas, reinterpretadas, aplicadas arbitrariamente ou simplesmente ignoradas. Honwana conta como os indígenas acusados de insubordinação eram espancados e presos, como os camponeses europeus roubavam o gado aos pastores indígenas e em seguida os acusavam de roubo, e ainda como os negros eram presos quando se sentavam inadvertidamente na "secção branca" de uma estação de caminho-de-ferro.

Mesmo o leitor menos sentimental sentir-se-á comovido com os relatos de Honwana sobre "os limites da justiça", especialmente com os respeitantes à marcação com ferro em brasa de um trabalhador, do chibalo e linchamento de um trabalhador indígena de nome Hassan. Este último foi arrastado da sua cela por um grupo de colonos, na presença do administrador local, depois de ter esfaqueado o seu patrão num confronto violento. Para Honwana, a participação do administrador e a declaração do governador-geral de Moçambique, Dr. Moreira da Fonseca, de que "tinha sido feita justiça" foram quase tão indesculpáveis como o assassinato em si. Acrescentou ainda que esta vigilância apoiada pelo Estado contrastava fortemente com a preocupação do administrador local de que fossem seguidas as normas judiciais usuais num crime violento idêntico, onde tanto a vítima como o acusado fossem brancos. É a mesma mentalidade de tipo colonial que permite a um administrador local escrever a outro: "vão entrar na sua área administrativa vinte voluntários devidamente algemados".

Mas esta distorção da realidade era mais do que o produto de uma mentalidade de tipo colonial. Medo, terror e discriminação racial eram instrumentos de um sistema colonial capitalista que requeria trabalhadores obedientes e camponeses humildes. Relutantes em fazerem grandes investimentos em Moçambique, os representantes do capital industrial em Portugal, assim como os comerciantes e colonos interessados, em Moçambique, só podiam prosperar através da apropriação da mão-de-obra indígena de uma maneira ou de outra. A observação de António Enes, no início do século, continua a ter significado 60 anos mais tarde:

*A nossa África tropical não se desenvolverá sem o indígena. O capital precisa de explorá-la e ela também precisa de ser explorada, o que resulta na procura de mão-de-obra para exploração, mão-de-obra abundante, barata e sólida... e esta mão-de-obra nunca será fornecida por imigrantes europeus.*

As narrativas de Honwana corroboram a avaliação franca que Enes fez sobre a base material da política racista de Portugal. Ele conta como as melhores terras do Sul de Moçambique foram exploradas pelos camponeses indígenas; como os colonos, companhias estrangeiras e o Estado lucraram com o trabalho forçado; e ainda as razões por que os camponeses europeus beneficiavam de acordos preferenciais. Descreve pormenorizadamente as injustiças estruturais que empobreciam os camponeses africanos, ao passo que forneciam belas somas tanto para a indústria têxtil portuguesa como para a comunidade local de colonos.

*Quando chegou a altura das colheitas, o administrador forneceu os sacos e quer os camponeses, quer os colonos, começaram a trazer a sua colheita para a Administração onde perante um representante da Agricultura o produto devia ser classificado, pesado e pago.*

*Sucedeu então que todo o algodão dos colonos foi classificado como de primeira classe; o algodão produzido pelos camponeses era classificado como de terceira classe e, excepcionalmente, como de segunda classe.*

Para a maioria dos camponeses, a quantia que recebiam era insuficiente para pagar os impostos, quanto mais para comprar alimentos ou satisfazer outra necessidade essencial. Os resultados foram catastroficamente antevistos.

Tendo em conta toda a injustiça racial que o autor observou e experimentou – e só algumas são aqui descritas –, o seu relato é surpreendentemente desprovido de rancor e de condenação dos brancos enquanto brancos. As referências depreciativas como *mumaji,* que significa mais ou menos "imigrante retrógrado", ou *kubvana,* "lixo branco", foram deliberadamente omitidas. Também não se encontram esteriótipos grosseiros de portugueses, como "mesquinho, sovina, invejoso e tolo" – características que surgem frequentemente em canções ou entrevistas.

Honwana resiste a tais generalizações. Ele tanto dá a conhecer o quão profundamente estava enraizado o racismo na sociedade moçambicana, como descreve ainda como alguns brancos lutaram e, numa ocasião, ultrapassaram a ideologia racista existente. A história de Thui-Thui, de que as suas crianças tanto gostavam, termina com o superior português de Raúl protegendo Thui-Thui de uma multidão ansiosa por fazer justiça ao pobre "kaffir". Raúl indicou ainda Jorge Correia de Sepúlveda, administrador da Namaacha, como exemplo de um europeu honesto e com dignidade, mesmo quando um colega lhe chamava a atenção por tal procedimento.

Uma leitura atenta de *Memórias* dá a entender que as relações existentes entre as raças se alteraram com o tempo e eram diferentes antes da imposição de um regime colonial-capitalista. A expansão do comércio nacional e internacional no último quartel do século XIX gerou alianças económicas entre caçadores e comerciantes negros e os seus homólogos europeus e asiáticos. Algumas mulheres negras influentes viveram ou casaram com homens europeus e asiáticos importantes, criando assim uma pequena burguesia mestiça relativamente privilegiada, por volta do início do século.

Com a nova situação, aumentou a procura de mão-de-obra barata e o aparecimento de famílias portuguesas imigrantes. As barreiras raciais fortificaram-se. A competição pelo trabalho, pela terra e por outros bens escassos cresceu entre a elite mestiça local e os imigrantes portugueses. Debaixo de pressão e sem acesso ao poder político, os mestiços viram a sua prosperidade e o seu prestígio sofrerem uma queda vertiginosa.

Honwana sublinha que a arrogância cultural e o racismo não eram propriedade exclusiva dos colonos portugueses. Apresenta como prova a primeira história documentada das tensões raciais que dividiram a comunidade muçulmana na cidade de Lourenço Marques, por volta do início do século. Em 1906, os muçulmanos tinham organizado uma associação intitulada "Kuate Alwane Swafo", cujo primeiro presidente, Mussá Jivá, era oriundo de uma família mista (africana/indiana). Apesar do passado e da ascendência heterogénea do associado, uma espécie de segregação começou a dividir os correligionários. Em encontros religiosos ou em ocasiões de festas, os muçulmanos de ascendência indiana humilhavam os seus conterrâneos mistos ou negros. As tensões foram aumentando e, em poucos anos, a organização tinha desaparecido. Uma clivagem racial semelhante destruiu os esforços feitos para criar solidariedade entre os mestiços e os negros que tinham entrado para o Grémio Africano, uma organização social fundada em 1906. Segundo Honwana, os negros afastaram-se duas vezes da organização por sentirem

a arrogância das famílias mestiças mais importantes, que reclamavam uma posição privilegiada.

Em 1920, eles saíram em massa e organizaram o Congresso Nacional Africano de Moçambique e o jornal bilingue mensal (ronga e português) *Damba dja Africa*. A recusa das mulheres mestiças em dançarem com homens negros precipitou, aparentemente, uma segunda ruptura, uma década mais tarde. Estas rupturas provam que muitas das mais antigas famílias mestiças tinham interiorizado os esteriótipos da classe e raça dominante, separando-se assim de todos os negros e protegendo os vestígios do seu poder e prestígio.

O Grémio Africano e o Instituto Negrófilo constituíram parte de uma proliferação de "instituições paralelas" negras geradas pela institucionalização do racismo na colónia de Moçambique. Tanto no Sul dos Estados Unidos como no Sul de África o desenvolvimento de Igrejas e clubes de negros, jornais e associações estudantis, equipas desportivas e cooperativas agrícolas foi uma consequência lógica da segregação legal e do capitalismo racial. Representam ainda uma parcela relativamente autónoma dentro de um sistema autoritário fechado. As histórias de Honwana mostram como instituições tão diversas como a Cooperativa Agrícola de Tsombene, o Grupo Desportivo Africano do Sábie e a NESAM ajudaram os seus membros a enfrentar os efeitos desumanos do colonialismo, através de uma rede de apoio e da oferta de um espaço social onde podiam gozar de um mínimo de dignidade racial e cultural. Algumas destas organizações como a NESAM e o jornal *O Brado Africano*, bem como algumas Igrejas separatistas, constituíram também "contra-instituições", onde os valores e ideias de revolta nasciam e se popularizavam.

Este espírito de revolta é um subtexto importante que acompanha todo o manuscrito. Raúl expressou várias vezes, durante as nossas conversas, o seu sentimento de frustração pelo facto de uma espécie de amnésia colectiva ter envolvido a sociedade moçambicana, fazendo-a esquecer a longa história de protesto que decorreu entre as batalhas de Gungunhana do século XIX e a luta pela independência: "A nossa história dos últimos 60 anos tem sido subestimada. Temos uma grande história, anterior às batalhas, que precisa ser recordada."

*Memórias* conta, em episódios pequenos e fragmentados, a tenacidade dos negros camponeses, operários, estudantes e anciãos, em vez de menosprezar os limites do seu poder. O livro regista um longo legado de oposição, embora esporádico, tal como defronta a "amnésia colectiva" da sociedade moçambicana. Este espírito de insurgência teve várias formas de expressão, indo desde a rebelião de Maguiguana, no final do século

passado, às actividades reformistas de João Albasini e, por fim, à luta nacionalista liderada por Eduardo Mondlane e Samora Machel.

Honwana apresenta a única história que encontrei sobre as origens do Congresso Nacional Africano de Moçambique, movimento pouco conhecido que "ganhou o apoio da população que vivia nos subúrbios de Lourenço Marques... Deve ter sido a primeira organização africana aqui no sul que era essencialmente política". Documenta ainda os estreitos laços políticos e culturais desta organização com o Congresso Nacional Africano e com a União dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Clement Kadalie, que na altura era o movimento trabalhista mais importante do Sul de África. A revolta de Santaca, em 1932, constitui um dos primeiros exemplos da oposição dos camponeses ao trabalho forçado do cultivo de algodão. O debate sobre a NESAM abriu novas perspectivas relativamente à origem da organização estudantil e aos primeiros líderes, bem como aos esforços do Estado colonial para intimidar os associados. Até à data pouco se disse sobre a NESAM, que foi o centro do pensamento nacionalista. Segundo o presidente moçambicano, Joaquim Chissano, um dos primeiros membros da NESAM:

*Do meu ponto de vista e duma forma retrospectiva, a NESAM contribuiu para a criação do espírito nacionalista entre a juventude moçambicana. Era a única organização para africanos letrados, não diria intelectuais porque éramos apenas estudantes do secundário. Discutíamos várias vezes questões ligadas com a raça, o valor da nossa cultura, o significado da nossa história e a natureza da opressão portuguesa. Tentámos ainda publicar um jornal, o Alvor, que tratava das relações raciais, mas foi imediatamente suspenso. Éramos muito ingénuos. Mas, pouco a pouco, fomos desenvolvendo um espírito nacionalista.*

No centro desta actividade estava Eduardo Mondlane que ajudou a fundar a NESAM em 1949, e, trinta anos mais tarde, viria a ser eleito primeiro presidente da FRELIMO. Honwana contempla-nos com recordações pessoais deste jovem líder moçambicano, cuja inteligência, auto-confiança e popularidade ressaltam do texto.

Embora a importância de *Memórias* assente na sua perspectiva pessoal, o estudo revela ainda, em termos sugestivos, os laços de grande alcance que ligam o desenvolvimento da história do Sul de Moçambique com a África do Sul. Os intelectuais analisaram minuciosamente os efeitos catastróficos da vida económica e social de Moçambique, os laços políticos e culturais, muitos dos quais anteriores a este século. Muitas linhagens e chefias estenderam-se a ambos os lados da fronteira e laços familiares entre moçambicanos do Sul e sul-africanos têm permanecido bastante

tenazes ao longo do último século. Por exemplo, não é de admirar que, trinta anos depois de alguns elementos pertencentes às tropas de defesa de Gungunhana e Maguiguana se terem instalado com as suas famílias na Zululândia, Santaca e seus rebeldes tenham adaptado uma estratégia similar.

*Memórias* salienta ainda que os mineiros, camponeses e outros operários (homens e mulheres) que regressaram da África do Sul, trouxeram consigo mais do que *rands* e charruas. Regressaram com ideias diferentes sobre o trabalho e a raça, novas formas culturais tais como as danças de trabalho, e as *timite* ou chás dançantes, novas ligações religiosas e um novo sentido do possível, tudo isto resultante da sua experiência vivida na África do Sul. Um relatório da política secreta portuguesa, de 1950, expressava preocupação pela proliferação de centenas de igrejas sionistas e etíopes, a maioria das quais eram organizadas por trabalhadores emigrantes que tinham trabalhado na África do Sul. Honwana revela que pelo menos alguns nacionalistas moçambicanos mantiveram uma relação estreita com forças da oposição sul-africana, mesmo depois do seu regresso ao país. Brown Paulo Dulela, primeiro presidente do Instituto Negrófilo, desenvolveu ligações estreitas com o ANC e o movimento de União de Comércio Clement Kadalie, enquanto trabalhou numa fábrica de cimento sul-africana. Existem ainda relatórios sobre trabalhadores moçambicanos emigrantes que aderiram ao movimento Garvey, que gozou de alguma popularidade na África do Sul durante os anos 20. Devido à filosofia racial de Garvey e à forte oposição gerada em torno do líder mestiço do grémio, não admira que os dissidentes africanos tenham aderido à sua associação, a United Negro Improvement. O facto de a ligação ininterrupta e frutífera entre os rebeldes moçambicanos e sul-africanos datar deste período é sem dúvida importante para a história política da região. Vários episódios de *Memórias* sugerem que este tipo de ligação deve ter sido mais comum do que se tinha pensado inicialmente. É interessante notar que os relatórios da polícia secreta colonial, do final dos anos cinquenta, declaravam possuir provas concretas sobre as ligações existentes entre trabalhadores emigrantes e Igrejas separatistas radicais com o Congresso Nacional Africano.

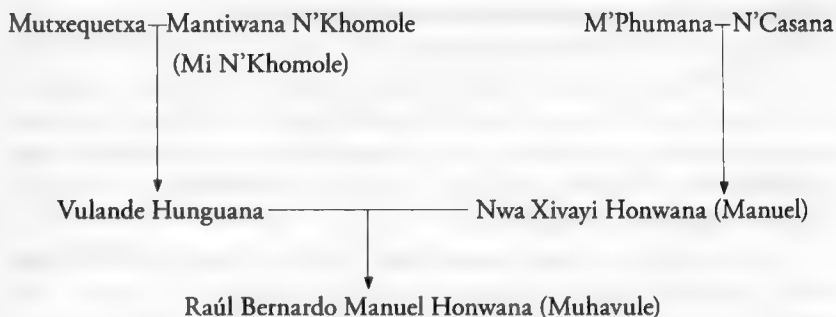
Tentei esquematizar e inserir no seu contexto alargado alguns dos principais temas da história da vida de Raúl Honwana. *Memórias* oferece um leque rico de informações novas e importantes que merecem ser mais debatidas. Entre elas sublinha-se a história das primeiras chefias dos Rongas e a mutação das suas relações com o grande mundo capitalista do comércio; o desenvolvimento da comunidade muçulmana em Lourenço Marques e a posição social ambígua dos indianos na colónia de Moçambique. O

leitor gostaria sem dúvida de ter mais informação sobre alguns assuntos. As experiências e as lutas das mulheres raramente são afloradas, apesar das referências sentidas relativamente ao desenvolvimento de uma elite mestiça, a empresárias como Rossana e a atitudes do Estado que incentivaram um aumento vertiginoso da prostituição indígena e indiana. A separação entre assimilados e membros negros da elite justifica também alguma atenção. Embora Honwana dê realce às dimensões do conflito racial, alude ainda a diferenças de linguagem, modo de vida e identidade de classes. Em determinada altura, ele define até o conflito em termos ideológicos claros: "Houve sempre duas correntes, uma conservadora e outra nacionalista". Obviamente, precisamos de saber mais acerca do modo como a raça, a classe, o sexo, a etnia e os factores religiosos ajudaram a modelar as auto-definições "nós" e "eles" e as estratégias de sobrevivência.

Na história da vida de Honwana existem muitos outros assuntos que continuam por definir, comprovando assim a ideia de que a história da sua vida não é apenas priviligiada mas limitada pela sua posição central. Existe, por exemplo, o papel ambíguo desempenhado pelos negros na administração colonial. Ao mesmo tempo que, por um lado, se encontram críticas sobre chefes, por outro, não existe discussão profunda sobre o papel da polícia e intérpretes indígenas. O mesmo se passa em relação ao tratamento dado aos primeiros líderes mestiços da oposição como, por exemplo, o seu herói de infância, João Albasini. Enquanto a sua descrição realça o seu papel importante como líder da oposição e porta-voz da crítica ao racismo português, não inclui, no entanto, dados sobre o apoio que deu, talvez com proveito, ao sistema de trabalho forçado no porto de Lourenço Marques.

Para entender as opções e os constrangimentos, os medos e as emoções que estruturaram o modo como Raúl Honwana e os seus contemporâneos responderam, é essencial ler o livro de C. Wright Mill, escrito há quarenta anos atrás: "As biografias dos homens e mulheres , os vários tipos de pessoas em que se converteram, não podem ser entendidas sem referenciar o meio ambiente onde as suas vidas se inseriram". Honwana e os seus compatriotas foram tanto actores da sua história como suas vítimas. Numa análise final, *Memórias* é um relato franco da sua luta por um modo de vida justo e digno dentro de um contexto colonial-capitalista repressivo. Oferece uma visão rica e fundamentada do mundo complexo e mutável da colónia moçambicana. Por tudo isto devemos a nossa gratidão a Raúl Honwana.

# I.
# ANTES DE 1905

# OS MEUS ANTEPASSADOS DIRECTOS

Esta é a minha árvore genealógica quanto aos meus antepassados mais directos. Sou ronga(1), descendente de tsongas(2), bantus. As pessoas de apelido Honwana descendem de antigos residentes da área de Nondjuana, abrangendo o que é hoje o distrito de Marracuene(3).

Os títulos laudatórios dos Honwana, o que na minha língua materna, ronga, se designa por "**ku thopa**", indicam de certo modo a localização geográfica original deste grupo clânico. Dos Honwana se dizia ao saudá-los: "**Homo ya ntima nwa munonduana**" (boi preto, ó gente de Nondjuana). A explicação é a seguinte: na água salgada do mar, que no estuário do rio Incomáti já se faz sentir por alturas de Nondjuana, existem uns pequenos crustáceos, de cor preta, chamados **tinhlakahla.** Estes crustáceos constituíam um manjar muito apreciado pelas populações locais, que eram os Honwana. Por outro lado, "**honwana**" significa "boi pequeno". Ora, no entendimento popular, os Honwana deveriam possuir bois, dado o seu apelido, mas tal não sucedia: apenas "possuíam" **tinhlakahla**, pelo que de uma forma semi-depreciativa e semi-afectiva, os Honwana eram saudados como "**homu ya ntima**" (boi preto) em alusão irónica a **tinhlakahla.**

Não sei os nomes de meus bisavós maternos ou paternos. Minha mãe, Vulande Hunguana, que me ensinou muito do que sei, deve com certeza ter-me falado dos seus avós, mas eu não consigo lembrar-me do que ela me disse a esse respeito.

Não tenho ideia de o meu pai, Nwa(4) Xivayi Honwana, me ter falado dos seus avós. Quando ele morreu eu era ainda demasiado pequeno para fixar coisas na memória. Para dizer a verdade, nem me lembro bem das feições de meu pai.

Mutxequetxa, meu avô materno, tinha dois irmãos: Menengule, a mais velha, e Muhavule. Eu herdei o nome Muhavule, bem como os seus títulos laudatórios. Parece que Muhavule era um improdutivo e fumador de suruma, e estes factos ligam-se aos seus títulos laudatórios.

Deste meu parente se dizia ao saudá-lo: "**Muhavule gudo! Gudo li ya txa! Muhavule ngwevu! Ngwevo ka Matxovana!**".

Eu explico: **gudo** é o nome do complicadíssimo cachimbo de caniço e cera de abelhas que, imerso em água contida num corno de boi, se usava para fumar suruma. **Gudo li ya txa** é uma expressão zulu que quer dizer: cachimbo que arde. Por seu turno, **ngwevu** é uma palavra zulu que significa barbas. Embora não o tenha conhecido, estou certo de que o meu parente Muhavule era barbudo.

Ao que parece, eu nasci pouco tempo depois da morte de Muhavule (1905), e foi por isso que minha mãe me deu seu nome.

Por seu turno, Menengule, a irmã mais velha de meu avô Mutxequetxa, era casada com Xixaute, caçador de elefantes e amigo de meu avô Mutxaquetxa, desde o tempo em que ambos eram ainda jovens.

Contou-me a minha mãe que, um dia, Xixaute fora caçar elefantes na região entre Manhiça e Bilene. Quando passava perto de um poço, encontrou uma rapariguinha pequena, a chorar. A rapariguita, de nome Mantiwana N'Khomole (Mi N'Khomole), explicou a Xixaute que durante a noite a sua povoação tinha sido invadida pelos nguni(5), que eram a gente de Gungunhana(6). Tinham morto muita gente e ela conseguira fugir. Os seus pais tinham morrido e ela estava só. Xixaute teve pena dela e levou-a para sua casa em Marracuene, entregando-a a Manengule, sua esposa, para criar. Quando a rapariga cresceu, decidiram que ela devia casar-se com Mutxequetxa, que até então era solteiro. Com efeito, assim sucedeu. Mi N'Khomole (que significa filha de N'Khomole) teve uma única filha, Vulande, minha mãe. Meu avô, Mutxequetxa, alimentou sempre a esperança de ter mais filhos, o que porém não sucedeu.

## Meu avô Mutxequetxa

Não sei quando nasceu a minha mãe. Eu sou o seu último filho e, como as minhas irmãs eram todas muito mais velhas do que eu, presumo que nasci quando ela já tinha uma certa idade.

A história de meu avô Mutxequetxa foi-me contada por minha mãe e por outros membros da família. Mutxequetxa era caçador. Negociava em marfim e peles.

A propósito da participação de meu avô na guerra de Masoyine, em fins do século passado, minha mãe contou-me vários episódios da luta de resistência do povo moçambicano. Minha mãe era boa contadora de histórias e eu sempre tive muito boa memória.

Em fins do século passado, existia a seguinte divisão territorial aqui no extremo sul de Moçambique:

As terras de Maputo(7), abrangendo toda a zona de Matutuíne(8), Ponta do Ouro, Catembe, Catuane, eram governadas por Ngwanaze(9). As terras de Matola(10), estendendo-se de Mihlafutene até Mi Tembe (actual Porto Henrique) e Goba, eram governadas por Sigaúle(11). As terras que iam de Hulene até Mihlafutene eram governadas por chefes de apelido Mavota(12) (Mubucuana(13), Nwa Ntonga e outros). As terras de Mpfumo(14), abrangendo a área da Cidade de Maputo e periferia, eram governadas por Nwa Matibjana(15). As terras de Mabjaia(16), desde Xihango até Mhuntanhana, na margem direita do rio Incomáti, abrangendo Marracuene, Macaneta e Bobole, eram governadas por Mahazule(17). Todas as terras situadas do lado leste de Mpfumo, abrangendo a Xefina Grande e a Xefina Pequena, eram terra de Mavota, governadas por Mubucuana. As terras de Xirindja, entre Marracuene (zona de Bobole) até próximo da Manhiça, eram governadas por Xirindja(18). As terras da Manhiça eram governadas por Manhiça. As terras da Moamba, abrangendo toda a zona fronteiriça com a África do Sul, eram governadas por Nwa Ngundjuana. E finalmente, as terras da parte oeste do rio Incomati, até Magude, eram governadas pelos Cossas(19).

Nenhum destes governantes rongas tinha sido subjugado por Gungunhana, pelo que não lhe deviam vassalagem. Alguns consideravam-se seus aliados, como Mahazule e Nwa Matibjana, mas nada mais.

E porque é que os rongas não eram vassalos de Gungunhana?

Manucusse (Sochangana)(20), avô do Gungunhana, tinha sido mandado por Txaka(21), Imperador dos Zulus, para lutar contra um chefado na zona dos Suázis(22). Nessa luta, Manucusse saiu derrotado. Assim, entre regressar e sujeitar-se a uma morte certa (Txaka normalmente matava os seus generais que não saíssem vitoriosos de uma batalha[3]),ou então fugir para longe, Manucusse escolheu a segunda hipótese. Manucusse fugiu para o nosso lado, passou por Gaza[4] e Inhambane, foi até Manica, Sofala e Angónia, atravessando o Zambeze.

Os povos do extremo sul terão sido, possivelmente, deixados em paz por estarem muito perto da Zululândia, terra de onde Manucusse vinha fugido. Finalmente, Manucusse fixou residência em Mussapa, na região centro de Moçambique, e depois em Angónia.

Manucusse teve dois filhos que foram Muzila e Mawewe. Pela morte de Manucusse, um dos seus filhos deveria assumir a chefia. O povo preferiu

---

3 Encontrara-se alusões a este terrível costume de Txaka no livro *Umbuso ka Txaka*, publicado por Mariannhill Mission Press em 1954.

4 As populações de Gaza tinham como nome primitivo **vachangana**. Este nome surgiu após a passagem de Manucusse por aquela região, na sua ida para o centro do país. Como já atrás ficou explicado, Manucusse usava também o nome de Sochangana, donde provavelmente derivou a designação **vachangana**.

Mawewe em vez de Muzila, talvez porque aquele fosse melhor guerreiro. Houve uma guerra civil de disputa de poder entre os dois irmãos e Muzila foi vencido. Então ele fugiu e foi ter com os portugueses pedindo auxílio. Aí prometeu que, se os portugueses o ajudassem, ele ficaria seu aliado. Aceitaram. Deram-lhe ajuda em soldados, munições e armamento. Muzila com esta ajuda declarou novamente guerra ao seu irmão, tendo desta vez saído vencedor(23).

Após isso, Mawewe desapareceu daquelas terras e Muzila consagrou-se sucessor de seu pai. Consta-se que, após subir ao trono Muzila, mandou emissários a Portugal para prestar vassalagem ("pegar pé") ao rei de Portugal, de quem se tornou vassalo. Quando Muzila morreu, Gungunhana (Mudungazwe[5]) subiu ao trono e a primeira coisa que fez foi mandar massacrar os seus irmãos varões, a fim de não ter qualquer concorrência ao trono.

Em fins do século passado, Nwa Matibjana era um chefe muito prestigiado e respeitado no Sul de Moçambique. O seu título laudatório era o seguinte: "**Nduma ka zulu, makehlwa une laka!**" (homem que provoca trovoada, os anciãos são persistentes).

Naqueles anos os portugueses estavam muito mais interessados no Norte de Moçambique do que no Sul. Ali estavam instalados: o sistema de prazos, os entrepostos de comércio com o Oriente e as plantações das grandes companhias(24). A capital de Moçambique era a Ilha de Moçambique e a presença dos portugueses no extremo sul limitava-se à fortaleza de Lourenço Marques, que funcionava também como presídio criminal, e aos postos militares de Marracuene[6], Hanguana e Bela Vista.

Os portugueses aqui não governavam directamente. Não havia impostos, e conta-se que as relações dos comandantes militares com os chefes desta região eram cordiais e respeitosas quando nenhuma questão concreta justificasse sentimentos de animosidade ou a confrontação aberta. Os chefes iam de vez em quando à fortaleza com as suas ofertas, que poderiam ser cabritos e outros produtos locais, e os comandantes militares, por sua vez, ofereciam-lhes panos, vinho e aguardente.

Talvez a primeira tentativa de interferência directa dos portugueses aqui no Sul tenha sido ao nível da resolução de questões. Os portugueses sugeriram (e isso foi aceite) que, em relação aos casos mais complicados, resolvidos pelos chefes, a quem chamaram régulos, os comandantes militares também se pronunciassem. Para isso era necessário que, após a

5 Mudungaze era um dos títulos laudatórios de Gungunhana e significa "aquele que agita os povos".
6 Marracuene deriva da palavra ronga **marakwene** que significa "sítio do rio onde se pode passar a vau". No rio Incomati, ali, naquela região, em determinada altura do ano, surgia um baixio que permitia a passagem de uma margem à outra.

resolução do caso pelo chefe, o mesmo caso fosse novamente submetido ao comandante militar português.

## A batalha de Masoyine

Naquele tempo, surgiu uma questão considerada grave por Nwa Matibjana, em relação à qual ele e seus "madoda" (conselheiros) resolveram dar uma punição severa ao infractor. Após esta decisão, apresentaram o caso ao comandante militar de Hanguana, o qual, por sua vez, decidiu que o caso não tinha qualquer gravidade e que o infractor podia ser mandado em paz. Esta foi uma afronta directa ao poder de Nwa Matibjana, o qual, aliado a outros chefes da zona, se organizou e atacou o posto militar de Hanguana, tendo o comandante desaparecido.

Pouco antes disto, tinha havido, por motivos que desconheço, um outro ataque à fortaleza de Lourenço Marques por parte dos chefes, os quais aprisionaram e enforcaram o governador da fortaleza, Dionízio Ribeiro, numa árvore que estou em crer ainda existe ao lado da fortaleza(25).

Quando, após o ataque a Hanguana, os revoltados avançaram para o coração da cidade, as forças portuguesas foram ao seu encontro e, dada a sua superioridade em armas, desbarataram os homens de Nwa Matibjana e seus aliados, tendo estes fugido.

O maior aliado de Nwa Matibjana era Mahazule que, como já referi, era chefe de Mabjaia. Face a estes acontecimentos, os portugueses resolveram dar mais atenção a esta parte de Moçambique e para tal foi enviado para cá António Enes(26), que era jornalista e conselheiro parlamentar, e por ser um dos que, no parlamento português, mais se tinha insurgido contra a fraqueza da presença do governo português no Sul de Moçambique. Foi nomeado como comissário régio.

Quando António Enes chegou, a primeira coisa que fez foi transferir a capital da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, sendo então Mouzinho de Albuquerque(27) o governador do distrito de Lourenço Marques.

Entretanto, António Enes resolveu concentrar em Marracuene as suas tropas para lutar contra os revoltados. As tropas portuguesas iam para lá a pé, mas alguns soldados iam pelo rio Incomati, em pequenas embarcações a vapor que transportavam armas e munições.

Aqui começa propriamente a chamada guerra de "Masoyine" ou guerra das trincheiras.

Muita gente daquelas terras se tinha juntado aos revoltados, incluindo o meu avô Mutxequetxa.

Ao longo do rio Incomati na região de Marracuene, um pouco acima da margem, existia no local de Massinga um enorme morro de terra vermelha e dura, que oferecia uma das encostas ao rio. O meu avô e os outros guerreiros, partindo do interior em direcção ao rio, cavaram túneis que iam desembocar em pequenas aberturas na face do morro, Nestas aberturas assentavam o cano das armas e dizimavam os soldados portugueses que iam pelo rio, em embarcações, para a concentração de Marracuene. Os ataques eram de tal forma inesperados que os soldados portugueses nem sequer tinham tempo de se aperceber do que se estava a passar. Os revoltados abateram, entre outros, um temido tenente português de nome Filipe Nunes(28).

Na região de Macaneta, mas do lado do mar (onde hoje é a praia de Macaneta), concentrou-se outro contingente de revoltados, comandados por um chefe de nome Finisse. Este contingente também matou muitos soldados e aquela praia passou a ser conhecida pelos portugueses como a praia de "Finishi". Assim se reduziu em grande número o efectivo de soldados portugueses e se atrasou de certo modo a concentração de tropas e munições em Marracuene, enquanto os resistentes se organizavam para a guerra.

## Episódios de Marracuene e de Magul

Para marcharem sobre Marracuene, os portugueses tinham pedido reforço aos chefes aliados, Sigaúle da Matola, Ngwanaze de Maputo e Nwa Ngundjuana da Moamba. Combinaram encontrar-se com estes contingentes de reforço no acampamento português em Marracuene em determinado dia. Nas vésperas do encontro, os portugueses mandaram um emissário às terras de Matola para dar a senha aos guerreiros que viriam apoiá-los. Este emissário, porém, foi interceptado pelas tropas de Mahazule e de Nwa Matibjana, chefes revoltados, a quem os portugueses chamavam "landins". Estes chefes inteiraram-se pois da senha e contra-senha para a entrada no acampamento português em Marracuene.

No dia combinado, de madrugada, começaram a chegar "landins"(29) vestidos com trajes de guerreiros ao acampamento de Marracuene. Ao chegarem ao primeiro sentinela este perguntou, conforme o combinado: "Quem vem lá?", ao que os guerreiros responderam com a contra-senha: "Camarada Matola". Assim o sentinela deixou-os entrar. Entretanto, os últimos guerreiros a entrar mataram o sentinela.

Chegados ao segundo sentinela, a cena repetiu-se e, quando lhes foi perguntado "Quem vem lá?", os guerreiros "landins" responderam: "Camarada Matola". Assim foram avançando até ao centro do acampamento; começaram a matar soldados portugueses e foi então que os portugueses se

deram conta de que aqueles eram "landins" e não os seus aliados dos chefes Matola, Sigaúle e Ngwanaze. Conta-se que os portugueses foram alertados por um soldado que teria dito: "Parece que cheira jilandim". Diz-se que o comandante Roque de Aguiar(30), um militar português, fugiu em cuecas e que a sorte dos portugueses foi que, mesmo assim desmoralizado, esse comandante conseguiu juntar alguns soldados e munições com os quais veio atacar o seu próprio acampamento para escorraçar os "landins". O meu avô Mutxaquexa era um dos "landins".

Os portugueses acabaram por vencer, dada a sua superioridade em armas. Após a fuga dos revoltados, os portugueses andaram pelas povoações, roubaram gado, arrasaram machambas e mataram pessoas.

Muita gente da população teve de fugir, e o meu avô Mutxequetxa estava entre os que, acompanhando os chefes revoltados Nwa Matibjana e Mahazule, fugiram para as terras de Gaza.

Entretanto os portugueses concentraram mais tropas e avançaram para Manhiça e depois para a planície de Magul.

Ainda relacionado com o combate de Marracuene, há o seguinte episódio: os portugueses tinham fornecido armas e minições a Ngwanaze e os seus guerreiros deviam lutar em Marracuene, ao lado dos soldados portugueses, contra os "rebeldes landins". Chegada a data marcada, os guerreiros de Ngwanaze avançaram até à Catembe, mas antes de atravessarem para o lado de cá começaram a pôr em causa a justeza da acção que iam empreender. Os argumentos sublinhavam que não era justo lutar contra os seus irmãos, ao lado dos portugueses, e além disso, segundo a boa tradição de guerra do povo desta zona, atravessar o mar ou rio antes de uma batalha tirava a força aos homens; assim, deitaram fora as armas e munições na praia e regressaram a casa. Nwa Ngundjuana da Moamba nem sequer mandou ninguém. Mais tarde, como represália, Mouzinho de Albuquerque, considerando os de Maputo como traidores, invadiu a zona, queimou e arrasou as terras, e começou a cobrar impostos, o que até aí não acontecia nessa zona. O régulo Ngwanaze, acompanhado de muitos dos seus homens, mulheres e gado e muitos elementos da população, aceitou a oferta do asilo que lhe foi feita pelos ingleses que então dominavam o território vizinho ao seu, e atravessou a fronteira, fixando-se em Ngwavuma(31), na União Sul-Africana.

Entretanto Nwa Matibjana e Mahazule tinham pedido asilo a Gungunhana. Os portugueses pediram, através do seu representante na corte de Gungunhana, a extradição dos dois revoltados. Gungunhana recusou, argumentando que a traição dos nguni (vatswa) não permitia que se devolvesse ao seu inimigo um chefe vencido a quem se tivesse dado asilo. E isto porque a fuga de um adversário do campo de batalha e o seu

pedido de asilo a um rei aliado significavam na prática a aceitação da derrota. O direito de perseguição por parte do vencedor terminava quando ao vencido era concedido asilo por um aliado.

Até aí Gungunhana considerava também os portugueses como seus aliados e advogava uma política de coexistência pacífica. De facto, Gungunhana considerava-se súbdito do rei de Portugal a partir da aliança de Muzila com os portugueses(32). Daí o ter aceite um embaixador de Portugal na sua corte.

A recusa de Gungunhana em devolver os revoltados foi o pretexto que Portugal aguardava para o atacar. Com efeito, o poder de Gungunhana era grande, comprometia as ideias expansionistas dos portugueses e o seu plano para a ocupação efectiva de todo o território moçambicano. Os portugueses declaram guerra a Gungunhana, acusando-o de ser instigador dos "landins".

Talvez os portugueses ignorassem que Gungunhana tinha outro motivo para auxiliar os resistentes: duas das suas mulheres eram provenientes das terras do extremo sul, pelo que Gungunhana se considerava cunhado de Mahazule e Nwa Matibjana. Na tradição nguni, o casamento era uma forma de angariar alianças.

Deu-se então a batalha de Magul, onde pela primeira vez se verificou o envolvimento directo de Gungunhana na guerra contra a dominação portuguesa. Aqui, as tropas aliadas de Gungunhana utilizaram o que chamaram "estratégia da planície". Os portugueses foram empurrados para o meio da planície por meio de um cerco e os guerreiros de Gungunhana atacavam-nos a partir dos montes em volta.

Aí se verificou um episódio curioso. O chefe Chivandza(33), aliado dos portugueses, pouco antes do início do combate, tentou dissuadir os revoltados de lutar contra os portugueses, insultando-os e dizendo que iam perder. Estes, contudo, estavam determinados a combater.

Porém, mais uma vez, a superioridade das armas venceu a superioridade numérica de Gungunhana e seus aliados, e os portugueses conseguiram abrir o cerco.

Então resolveram atacar os nguni por duas frentes: vindos de Inhambane para sul, em direcção a Mandlakaze(34), e subindo de Magul para norte, em direcção a Inhambane. Para pôr em prática os seus planos, os portugueses tiveram de mandar reforço para as tropas de Inhambane, por mar. Foi nessa altura que o meu futuro pai, que era cozinheiro e intérprete de um dos oficiais portugueses, acompanhou as tropas portuguesas até Inhambane. Aí teve entretanto um filho com uma mulher de lá, o meu irmão Barbosa.

Em Inhambane, os portugueses tiveram muito apoio porque a população dali nunca se deu bem com Gungunhana. Tinha havido, antes da guerra com os portugueses, uma guerra entre os mutchopi(35) e os nguni. Os mutchopi nunca foram subjugados por Gungunhana. Nessa guerra, conhecida por guerra de Chipenanhane(36), que era o nome de um chefe dos mutchopi, este povo concentrou-se numa ilha do Lago Nhansuni e, através das suas setas envenenadas, impediu qualquer tentativa de avanço dos nguni. É a partir desta sua perícia com o arco e a flecha que este povo passou a ser chamada "vatchopi"[7].

## Coolela, Chaimite e Mukontuene

Os portugueses avançaram até Coolela(37) onde houve um combate renhido com as tropas de Gungunhana e seus aliados. Diz-se que na batalha de Coolela tanto morreram soldados portugueses como guerreiros da resistência. Na batalha de Coolela apareceu a elite das tropas de Gungunhana que era um batalhão chamado "Nhoni Mhlope" (pássaro branco). Eles usavam uma pena branca na cabeça.

Após a batalha de Coolela os portugueses foram em perseguição de Gungunhana. Chegados a Mandlakaze os portugueses não encontraram Gungunhana que entretanto se refugiara em Chaimiti. Este local tinha valor especial para Gungunhana porque era o local onde o seu avô Manucusse e os seus antepassados se encontravam sepultados.

Durante a guerra, os ingleses ofereceram asilo a Gungunhana numa parte do seu território, no actual Transval-Norte na África do Sul, o que este declinou.

Em Mandlakaze os portugueses queimaram a residência de Gungunhana e, segundo se conta, encontraram muitas armas e munições que lhe tinham sido oferecidas pelos ingleses, as quais, porém, Gungunhana nunca utilizara.

Após a fuga de Gungunhana e a destruição de Mandlakaze, António Enes deu a guerra por terminada e ganha, e, antes de voltar para prestar contas ao parlamento português, nomeou Mouzinho de Albuquerque encarregado do governo e comissário régio substituto.

Entretanto, através da sua espionagem, Mouzinho de Albuquerque soube que Gungunhana se refugiara em Chaimiti e que, após a derrota, apenas os nguni estavam do seu lado, e já não os changana (mabuinhle)[8] e os "landins". Então, Mouzinho de Albuquerque resolve ir em perseguição

7 "Vatchopi" tem a sua origem em **ku tchopa**, expressão zulu que significa "arremessar setas".

8 Consta-se que os **nguni** chamaram à população de Gaza **mabuinhela**, o que significa "aqueles que vão à frente para abrir o caminho (ndlela)". Por outro lado, diz-se que os **vanguni** obrigaram os **mabuinhela** a furarem os lóbulos das orelhas em sinal de vassalagem.

de Gungunhana, com cerca de quarenta homens armados. Subiu de barco pelo rio Limpopo acima em direcção a Chaimiti.

Gungunhana foi avisado da aproximação de Mouzinho, mas não quis fugir.

Quando Mouzinho chegou à residência de Gungunhana, estavam lá cerca de três mil homens. Mouzinho ordenou que Gungunhana se sentasse no chão, ao que este se recusou dizendo que o chão estava sujo e que era impróprio de um rei sentar-se no chão. Então Mouzinho esbofeteou Gungunhana, deu-lhe voz de prisão e disse-lhe mais uma vez que se sentasse no chão, pois que já não era rei dos nguni.

Nunca se conseguiu perceber bem o verdadeiro sentimento dos nguni em relação a Gungunhana. Sem dúvida que o reconheciam como chefe militar e político, mas tinham-lhe mais medo do que amor. Consta-se que, quando finalmente Gungunhana foi levado pelas tropas de Mouzinho de Albuquerque, aquela multidão gritou o seguinte: "**Hamba kolwanyana kadi uqeda inkuzu zetu**", expressão zulu que significa: "Vai-te embora, seu abutre, que dizimas as nossas galinhas".

Com Gungunhana foram presos e levados pelos portugueses os chefes Nwa Matibjana e Mahazule, algumas mulheres de Gungunhana e o filho deste, Godide.

Nwa Matibjana e Mahazule morreram no exílio na ilha Terceira, nos Açores, assim como o próprio Gungunhana(38).

Em 1898, há uma segunda guerra de resistência chefiada por Maguiguana, antigo ministro de guerra do Gungunhana, que era um cossa. Ele não tomou parte nas batalhas de Magul, Coolela e Chaimiti, por razões que ignoro. Dois anos após a prisão de Gungunhana, deu-se uma batalha em Chibuto, num local chamado Mukontuene. Dizem que o próprio Mouzinho comandava as tropas portuguesas. Maguiguana atacara anteriormente o posto militar de Balule, algures em Gaza, perto do Guijá. Como resposta houve a batalha de Mukontuene e Maguiguana fugiu. Os ingleses tinham-lhe oferecido também asilo, mas ele recusou. Foi então para Khosini, sua terra (Magude)(39).

Maguiguana escondeu-se numa mata na região de Mapulanguene e mandou que as suas mulheres fossem arranjar comida. Quando após um lapso de tempo elas voltaram, Maguiguana viu de longe que elas vinham escoltadas por soldados portugueses e tinham os seios decepados. Ele subiu para uma árvore com a sua espingarda. As mulheres, ao chegarem, não quiseram indicar aos soldados onde se encontrava o seu marido, apesar de estarem a ser espancadas. Desesperado, Maguigunana disparou algumas balas contra os soldados portugueses, tendo morto três. Um dos soldados sobreviventes, contrariando as ordens de capturar Maguiguana

vivo, disparou, atingindo-o. Maguiguana, ainda agarrado à sua arma, caiu morto, e os soldados deceparam-lhe a cabeça que trouxeram para Lourenço Marques para apresentar a Mouzinho de Albuquerque.

## Meu pai Xivayi Honwana (Manuel)

Após a batalha de Mokontuene, os portugueses, talvez com receio de uma nova reorganização dos chefes do Sul, começaram a limitar o poder desses chefes e a interferir descaradamente na sua escolha e destituição.

Um exemplo: pela sua linhagem, Mahazule pertencia à casa real designada Mabjaia-Macaneta. Existia um chefe de terras, o Muvexa, que pertencia à casa menos importante da mesma linhagem, a chamada Mabjaia Nhlewana(40).

Após a guerra, a administração colonial reuniu os habitantes daquelas terras para se decidir quem seria o régulo geral de Mabjaia. Ora na altura o Muvexa tinha grande fama por ter mais de 40 mulheres. O seu nome vem até citado no livro Henri Junod *A vila de Uma Tribo Sul-Africana,* editado em Moçambique pela primeira vez em 1944 pela Imprensa Nacional.

Entretanto, meu pai, que falava português e fora cozinheiro de militares portugueses durante a guerra, como já expliquei, exercia na altura as funções de intérprete da administração de Marracuene. Nessa qualidade, foi-lhe pedida opinião pelo administrador, e ele opinou que Nhlewana era quem tinha mais direito ao regulado. Não sei explicar em que se apoiava esta opinião de meu pai, mas com base nela os portugueses nomearam Muvexa régulo geral daquelas terras.

Muvexa, em sinal de reconhecimento a meu pai, "ofereceu-lhe" uma filha sua, Minsiheni, em casamento, dispensando-o do pagamento do lobolo[9]. Ofereceu-lhe ainda as terras de Malongotiva, das quais o meu pai passou a ser o chefe.

Anteriormente, meu pai tinha lobolado uma outra mulher, Munyangwe, com a qual não tinha filhos. A filha de Muvexa teve com meu pai duas filhas, Mumadjii e N'Casana.

Mais tarde, meu pai apaixonou-se por uma segunda filha de Muvexa, Malwisi, com a qual teve um filho, Mapfundjana. Então Muvexa zangou-se e exigiu lobolo a meu pai, uma vez que só lhe "oferecera" uma filha e

9 Nome dado ao casamento tradicional nas regiões de Maputo, Gaza e Inhamabane. Consiste em diversas cerimónias e rituais, sendo a mais importante a entrega, por parte da família do noivo à família da noiva, de gado, dinheiro e outros bens materiais previamente acordados, para simbolizar a formalização da união matrimonial e para cimentar os laços que passam a unir as duas famílias. Entre as outras cerimónias e rituais do lobolo, conta-se a troca simbólica de presentes, encontros amigáveis, actividades culturais, banquete envolvendo os noivos, as suas famílias e a comunidade.

não duas. Meu pai recusou-se a pagar o lobolo exigido e levou também para viver consigo a segunda filha de Muvexa.

É interessante notar como dois familiares meus, o meu avô Mutxequetxa e o meu pai Nwa Xivayi, tiveram papéis tão opostos e inconciliáveis na luta de resistência ao colonialismo: o primeiro, ao lado dos militares portugueses, como cozinheiro, intérprete e até conselheiro(41).

Meu pai veio a falecer em 1916, tendo sido enterrado na sua terra, em Marracuene.

## Minha mãe Vulande Hunguana

Minha mãe era filha única.

Não sei muito sobre a sua meninice mas conheço algo sobre os seus três lobolos.

A propósito de lobolo, penso que hoje em dia essa forma de casamento tradicional está quase que totalmente esvaziada do seu sentido primitivo. É interessante saber como é que o lobolo era encarado naqueles tempos recuados, que valores familiares e sociais envolvia. A história de minha mãe ajuda a explicar um pouco o lobolo, as suas regras e as relações que criava.

Vulande Hungana foi primeiro lobolada por um indiano de nome Harichande Tricamo(42).

Ele era um mercador abastado, tinha machileiros e carregadores e negociava essencialmente em Gaza. Por várias vezes se deslocou com minha mãe a Mandlakaze, à corte de Gungunhana, para fazer negócio. Minha mãe contou-me que Harichande armazenava o seu dinheiro em garrafões que depois enterrava. Naquele tempo, os mercadores indianos raramente traziam consigo as suas mulheres quando vinham negociar em África, acabando por desposar aqui raparigas locais. Minha mãe teve de Harichande uma filha, a minha irmã mais velha, Habiba. Em dada altura, Harichande foi para Índia e nunca mais regressou.

A Habiba cresceu em Lourenço Marques em casa dos seus tios, irmãos de seu pai[10]. Conta-se que quando em 1895 houve o ataque ao posto militar português de Hanguana, perpetrado pelos homens de Mahazule e Nwa Matibjana, Habiba encontrava-se entre outras mulheres a lavar a roupa na lagoa de Munhuana e quase foi morta na confusão que se gerou. É que ela era muito clara e parece que os revoltados a confundiram com uma mulher branca e quiseram atacá-la. Ela teve de fugir e esconder-se durante uns tempos.

10 Harichande tinha um irmão chamado Prossotamo e três outros irmãos (de mãe diferente) de nomes Hassan, Ali e Taju Tricamo.

Após a ida de Harichande para a Índia, minha mãe foi "herdada" pelo seu irmão Prossotamo Tricamo(43). Isto era permitido pelas leis do lobolo; a mulher continuava na mesma família, e continuava social e moralmente protegida. Assim minha mãe teve mais duas filhas com Prossotamo, as minhas irmãs Hawa e Kharina. Mais tarde, o Prossotamo também se foi embora e minha mãe regressou ao lar paterno.

O segundo lobolo de minha mãe foi feito por um homem chamado Massinga, com o qual teve dois filhos que morreram em pequeninos. Por desinteligências com o marido, ela acabou por divorciar-se dele.

Entretanto, meu avô Mutxequetxa regressara da guerra e resolveu fundar uma nova povoação em Malongotiva, próximo de Marracuene. Nessa altura, Nwa Xivayi, meu futuro pai, já era chefe das terras. Minha mãe foi viver com seu pai e entretanto conheceu Nwa Xivayi, a qual lobolou. Eu nasci em Malongotiva, em 1905, de Vulande e de Nwa Xivayi.

Entretanto, naqueles anos conturbados, minha mãe, desejando minimizar a tristeza e a deslocação do pai Mutxequetxa, lobolou para ele uma mulher viúva de nome Mi Hambene.

Mutxequetxa veio a falecer sem ter mais nenhum filho.

Uma vez que as regras do lobolo o permitiam, Mi Hambene tornou-se esposa do mais próximo herdeiro masculino de meu pai, o seu sobrinho, Nwa Massangalana, com o qual teve uma filha. Mais tarde, desentendendo-se com Nwa Massangalana, Mi Hambene separou-se dele, indo viver com um homem chamado Nwa Vilanculo. Este quis lobolar Mi Hambene mas ela recusou-se, uma vez que o vínculo do lobolo pago à sua família pela minha mãe (quando a lobolara para seu pai) nunca fora dissolvido. Nunca tinha havido um verdadeiro divórcio entre Mi Hambene e Nwa Massangalana através da devolução do lobolo por parte de família dela à minha mãe.

Mi Hambene teve vários filhos com Nwa Vilanculo. Quando a filha mais velha, Hlonipana, foi lobolada por 35 libras-ouro, foi Vulande, minha mãe, quem por direito recebeu esse dinheiro. Os direitos de minha mãe sobre Hlonipana e seus irmãos advinham do facto de eles terem nascido na constância do lobolo pago por minha mãe à família de Mi Hambene, independentemente do facto de esta já não estar a viver com Mutxequetxa nem com o seu sucessor Nwa Massangalana.

# II.
# DE 1905 A 1920

# A MINHA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Nasci a 15 de janeiro de 1905. Sobre o ano não há dúvidas, mas o mês e o dia foram convencionados após a minha mãe ter explicado, através das luas e das colheitas, a altura do meu nascimento.

Da minha infância lembro-me de vários episódios dispersos. Lembro-me bem de um episódio relacionado com a morte da minha avó materna, Mi N'Khomole.

Na localidade de Mubucuana, não muito longe de Molongotiva, vivia um tio de minha mãe chamado Mayuyu Hunguana. Eu devia ter cerca de seis ou sete anos quando acompanhei minha mãe numa visita que ela efectuou à casa deste tio. A ideia era ficarmos lá poucos dias, mas quando minha mãe quis regressar a casa, eu pedi-lhe para prolongar a minha estadia naquela casa, ao que ela acedeu, deixando-me lá ficar. Duas ou três noites após minha mãe se ter ido embora, sonhei que minha avó, que na altura vivia connosco, estava muito doente. Acordei no dia seguinte convencido de que o sono traduzia a realidade, pelo que era urgente regressar a casa. Assim fiz. Quando cheguei a casa, encontrei a minha avó de facto muito doente. Uns dias depois minha mãe mandou chamar um curandeiro conhecido que veio imediatamente e começou a medicar a doente, a qual, por sinal, tinha entretanto melhorado ligeiramente.

Pouco após a chegada do curandeiro, de manhã cedo, minha mãe mandou-me chamar uma prima sua, a minha tia Mimaduva, que morava a uma distância de cerca de 5 quilómetros. Pelo caminho, na área hoje conhecida por Papucides, encontrei-me com uns meliantes que, sem qualquer pretexto, me começaram a agredir. Logrei fugir. Assustado, embrenhei-me no mato e andei perdido durante horas. Finalmente cheguei à casa da tia. Aí, disse-lhe ao que vinha. Ela acabou de preparar o almoço, deu-me de comer e após isso iniciámos a caminhada de regresso.

Quando chegámos às imediações da minha casa, aproximava-se o pôr-do-sol. Logo ouvimos gente a chorar e compreendemos que tinha sucedido uma desgraça. Com efeito, minha avó fora subitamente acometida de diarreias fortes, possivelmente uma reacção à dosagem da medicação do curandeiro, e falecera pouco depois, tendo sido enterrada logo a seguir, como era costume no mato.

Fiquei chocado, tanto mais que, na manhã daquele mesmo dia, tinha visto a minha avó sentada, a falar com as pessoas, numa atitude que me parecia de francas melhoras. Ao fim do dia comunicavam-me que nunca mais veria a minha avó. Lembro-me que, após o choque inicial, solucei até quase sufocar.

## Apascentando cabritos

Minha mãe sempre se opôs a que eu apascentasse cabritos ou outro gado, fosse porque como filho mais novo lhe merecia maiores atenções, fosse porque simplesmente não havia necessidade disso. Lembro-me sempre da minha mãe como uma mulher protectora e preocupada comigo, querendo para mim o melhor. Era também uma mulher sem grandes ambições e fiel aos seus hábitos. Numa ocasião, o meu cunhado Mussá Givá, marido da minha irmã Habiba, quis construir para nós uma casa, nos arredores da cidade, na zona de Inhagóia. Minha mãe não aceitou, dizendo que preferia continuar a viver em Marracuene e a fazer a sua machamba.

Em 1913, com oito anos, portanto, comecei a andar na escola, em Ricatla. Pouco antes, o meu tio Hassan Tricamo pusera cerca de vinte ou trinta cabritos à guarda de minha mãe, e ela construiu para eles um curral e arranjou um pastor, de nome Mandlatinhana. Certa vez, quando chegou a época de culimar, em Outubro ou Novembro, minha mãe pediu-me que levasse os cabritos a pastar, uma vez que pretendia que Mandlatinhana a fosse ajudar nos trabalhos da machamba.

Isto sucedeu num sábado, dia em que não havia aulas na minha escola. Pois bem, fui levar os cabritos a pastar, acompanhado pelo meu primo Madjuba que ainda era mais pequeno do que eu. Estávamos num prado havia algum tempo quando apareceu um homem que quis saber de quem eram os cabritos. Eu respondi-lhe que eram nossos, e ele disse que tinham feito estragos na sua machamba, na véspera. Respondi-lhe que não era verdade, uma vez que os cabritos não iam pastar para os lados onde ele dizia ter machamba. Era um homem desconhecido. Trajava casaco preto e calça de caqui. O homem tinha também uma moca na mão com a qual me deu uma pancada tão forte que eu ia desmaiando. Então mandou-me chamar o meu pai. Eu disse ao Madjuba que se mantivesse ali a guardar os cabritos enquanto eu ia a casa, mas este, com medo, seguiu-me. Assim, fui à machamba da minha mãe contar-lhe o sucedido. Ela saiu com o Mandlatinhana e dirigiram-se a casa do primo dela, Nwa Pitiqueza, que era também chefe de terras. Este enviou quatro homens em perseguição do ladrão. Lembro-me de eles terem contado mais tarde que tinham achado estranho que, pelas pegadas que encontraram, se via claramente que o homem ia à frente dos cabritos; é que o pastor deve sempre ir atrás, obrigando a manada a seguir em frente. Os homens andaram muito e chegaram às margens da lagoa Hanguana próximo da cidade. Aí havia uma timulheira (árvore cujo fruto se chama timulho), à sombra da qual o homem descansava, estando os cabritos a pastar ali perto. Ao ver os seus perseguidores, o homem levantou-se e tentou resistir, mas acabou por fugir, abandonando os cabritos que foram assim recuperados.

## A escola: Junod e o "feitiço" dos suíços

O tempo de escola em Ricatla traz-me memórias muito agradáveis. Eu era bom aluno, nunca chumbei nem fui castigado, e gostava muito de estudar. Dei-me sempre bem com os professores que tive. No primeiro ano em que estudei, em 1913, tive uma professora, que era uma missionária suíça, a quem chamávamos miss Urech(44).

Ela era suíça-alemã. Eu estava naquilo a que hoje se chama pré-primária. Era o primeiro livro.

Lembro-me que uma vez, no tempo do intervalo, por volta das nove horas da manhã, sucedeu um episódio estranho. Havia no átrio da escola uma acácia vermelha à sombra da qual costumávamos brincar. Numa grande extensão à volta desta árvore existia relva. Estávamos nós a brincar quando surgiu uma cobra enorme, vinda do mato. Fugimos em alvoroço e ela instalou-se sem qualquer cerimónia à sombra da acácia. Então fomos procurar paus e pedras para afugentar a cobra, mas o mais que acontecia era ela perseguir-nos até onde terminava a sombra e a relva, para depois regressar para junto da árvore. À quarta ou quinta vez que este ritual tomava lugar, a cobra perseguiu-nos até ao edifício da escola que era feita de caniço, com tecto de zinco e chão cimentado. Chegada ali, enfiou-se pelas frestas do caniço, para dentro do edifício, mas, como era muito grande, a cauda ficou-lhe de fora. Continuámos a bater na cauda da cobra, do lado de fora da escola. Quando espreitámos lá para dentro vimos que ela tinha a cabeça poisada no pequeno estrado onde se encontrava a secretária de miss Urech. Entretanto a professora apareceu e quis saber o que se passava. Ao saber que se tratava de uma cobra, miss Urech pediu que ninguém tocasse nela nem lhe fizesse qualquer mal. Ficámos verdadeiramente espantados, pois que, para nós, uma cobra era sem dúvida um inimigo tão grande que só merecia a morte.

Antes de continuar, devo esclarecer que o director da escola da Missão Suíça de Ricatla era Henri Junod, cientista, estudioso e missionário, hoje célebre pela sua obra(45).

Miss Urech correu então a chamar Junod que se encontrava no seu escritório, e vieram ambos, gesticulando excitadamente e falando em francês. Ali chegado, Junod não fez mais nada senão pegar na cobra e puxá-la para fora. A cobra, para nosso grande espanto, estava como que hipnotizada, cabisbaixa. Junod levou a cobra para o seu escritório e, no dia seguinte, ouvimos dizer que a cobra estava guardada num frasco grande, imersa num líquido.

Queria falar um pouco de Henri Junod que eu conhecia de perto. Era

um homem de grande sabedoria. Tinha um autêntico laboratório em casa. Ele pedia muitas vezes aos alunos mais velhos para irem apanhar todas as borboletas que conseguissem, para o que fornecia redes próprias. Também gostava que lhe trouxéssemos "Kwahles" (lagartos grandes). Uma vez ele disse-me que antes de vir para África andara a estudar medicina. Junod tinha sido expulso de Moçambique por Mouzinho de Albuquerque no fim das lutas de resistência, juntamente com um médico e missionário suíço, o Dr. Liengme(46), acusados de terem ajudado e tratado os revoltados. Isso passou-se em fins do século passado. Antes disso, a sua primeira esposa, mãe de seus filhos Philip e Ana Maria Junod, falecera, e ele enterrou-a em Ricatla, junto à missão religiosa que fundara.

Em 1913 ele acabava de regressar do seu exílio tendo-se entretanto casado com uma segunda mulher. Esta veio também a falecer em inícios de 1918, tendo deixado um bebé de um ou dois anos, chamado Estêvão (Etienne) Junod. Da mesma forma, o missionário fez questão de que a segunda esposa fosse enterrada em Ricatla, ao lado da primeira esposa. Junod mandou então vir a sua filha Ana Maria, que já era uma rapariga crescida e estava na Suíça, para lhe fazer companhia e ajudar a tomar conta do Estêvão. Também conheci Ana Maria Junod.

Em 1920 Junod reformou-se e fixou residência na Suíça. Constou-me que ele chegou a ser secretariado da Liga das Nações. Quando finalmente faleceu, em 1935, seus parentes revelaram que ele pedira que seu corpo fosse cremado e as suas cinzas trazidas para Ricatla, para serem enterradas junto às suas duas esposas. Assim foi feito. Houve uma grande mobilização por parte do jornal *O Brado Africano*(47) e da própria Missão Suíça, para se prestar a última homenagem àquele grande homem. Foi um acontecimento muito importante em Ricatla; creio até que vieram jornalistas estrangeiros para a cobertura do acontecimento.

Durante o meu tempo de escola, Junod só intervinha no ensino da Bíblia. Os meus professores foram de facto Filimone George Honwana, a quem chamávamos "Thixa(48) Filimone", e Alfredo Moiana. Eu era muito amigo do professor Filimone. Lembro-me que lhe levava rolas e perdizes que eu caçava, e ele dava-me maçarocas e cana-de-açúcar.

Quando no fim do ano ia comunicar a minha mãe que tinha passado de classe, ela matava-me sempre um frango e fazia uma pequena "festa" para a qual eu podia convidar os meus amigos.

A minha mãe não era religiosa. Mandou-me para a escola da Missão Suíça por ser a mais próxima de casa. Eu tornei-me assim um membro da Igreja Presbiteriana pois que a influência da religião na escola era necessariamente grande. A minha mãe era ateia.

Quando mais tarde, após a morte de minha mãe, os meus tios Tricamos(49) me quiseram converter para a religião muçulmana, eu recusei-me. É que na altura eu já assumira os valores do cristianismo e, além disso, pensei ser mais fiel à memória de minha mãe, mantendo-me na religião que indirectamente ela me indicara.

## Uma viagem a Mbeve

Em 1917, foi construída a Igreja da Missão Suíça em Mbeve, na Manhiça. Eu tinha então 12 anos e estava na escola de Ricatla.

O Director da nossa escola, e superior da Missão Suíça em toda aquela zona, Junod, anunciou então que iriam alguns professores e alunos à inauguração da nova igreja. Eu não fui escolhido para integrar a comitiva, pois era ainda muito pequeno e a viagem de Ricatla para Manhiça teria de ser feita a pé.

Porém, ao saber desta minha exclusão do grupo que ia a Mbeve, minha mãe ficou triste, pois segundo me disse na altura, em Mbeve, precisamente, vivia uma tia sua, Mi N'Khumole, irmã mais velha de sua mãe, que fora descoberta por si durante viagens efectuadas àquela região. Esta tia de minha mãe já era na altura muito velha, e minha mãe pensou que a minha inclusão no grupo seria talvez uma oportunidade única de eu conhecer esta minha parente antes que ela falecesse.

Portanto, a conselho de minha mãe, fui pedir ao professor Moiana para ser incluído no grupo, e assim sucedeu.

Iniciámos a nossa viagem numa quinta-feira às 19 horas. Os professores pensaram que, para maior conforto dos mais jovens, seria preferível caminharmos de noite, quando o calor era menos intenso. Fomos sempre por atalhos, atravessando o mato, para encurtar a distância. Caminhámos sob um luar esplêndido, de grande beleza e luminosidade. Parámos para descansar já na área de Xerinda, na povoação de Pateque. Lembro-me de ter adormecido quase instantaneamente, tão cansado estava. Fomos acordados algum tempo depois para continuarmos a andar. Cheguei a andar de olhos fechados, de tanto sono que tinha, embora me conseguisse manter no meu lugar na formatura, não sei se por instinto. De vez em quando, quando o sono apertava mais, eu chocava com algum arbusto mais saliente à beira do caminho e então abria mesmo os olhos. Lembro-me de ter admirado o aprumo e a ligeireza com que os professores e os colegas mais velhos andavam. Como se marchassem numa classe de ginástica.

Pouco antes do nascer-do-sol, parámos junto de umas machambas que tinham valas de irrigação e aí tomámos banho.

Após o banho, o sono desapareceu como que por magia, assim como o cansaço. Continuámos a caminhada até que, por volta das 8 horas da manhã, chegámos a Mbeve. Visitámos o edifício da nova igreja, cantámos e depois fomos levados para a palhota onde nos instalaram. Após isso fomos tomar um novo banho, desta vez nas águas do rio Incomati que passava ali perto. Ao regressarmos a casa, fomos obsequiados com comida abundante e boa, consistindo em vupsa (papas grossas de farinha de milho) e diferentes peças de caça bem preparadas. Depois ficámos a dormir até ao pôr-do-sol. No dia seguinte fui levado à casa da minha avó. Ela ficou contente ao ver-me e chorou muito, recordando-se da morte da sua irmã, mãe da minha mãe, que atrás referi.

Entretanto, no sábado chegou Junod acompanhado de mais três missionários. Junod contou-nos que tinham vindo num gasolina (barco a motor) pertencente à administração de Marracuene, pelo rio Incomati acima. Contou também que, a certa altura da viagem, uma das pessoas que vinha com ele, o missionário Cattaneo, caiu ao rio, tendo sido salvo de afogamento pela pronta acção dos marinheiros.

As cerimónias centrais da inauguração da igreja tiveram lugar no domingo, verificou-se uma enchente memorável. Veio gente de todas as paróquias presbiterianas da zona.

A viagem de regresso a Ricatla iniciou-se na segunda-feira logo de manhã. Saímos de Mbeve às 6 horas e chegámos a casa ao pôr-do-sol, tendo descansado várias vezes pelo caminho. A viagem de dia podia ter sido o inconveniente do calor, mas não teve o inconveniente do sono.

## Morte da minha mãe: um dos acontecimentos mais tristes da minha vida

Em 1918, de Junho a Agosto, estive com minha mãe em Lourenço Marques. Hospedámo-nos em casa dos meus tios Tricamos. Nessa altura a minha irmã Hawa estava a dar à luz, o que veio a acontecer um pouco antes da reabertura das aulas. A criança nasceu prematuramente e a minha irmã precisou de assistência permanente, pelo que a minha mãe tinha de se manter ao pé dela. Fui então sozinho para Ricatla, para avisar o meu professor de que não podia regressar por enquanto à escola, dado não ter com quem ficar em Ricatla. O professor Moiana falou com o director, que objectou, dizendo que eu era bom aluno e ficaria prejudicado se perdesse aulas. Ele propôs-me que ficasse em sua casa a viver, mas acabei por aceitar ficar em casa do próprio professor Moiana.

Durante esse período tive muitas saudades da minha mãe, pois que em

casa do professor Moiana recebia um tratamento muito diferente daquele a que estava habituado.

Um dia foram dizer-me que minha mãe já voltara, mas estava doente. Voltei para casa e com efeito encontrei a minha mãe num estado de saúde precário. Ela contou-me que saíra de Lourenço Marques acompanhada do empregado do meu cunhado, e no caminho fora acometida da doença que então estava em voga e se chamava febre espanhola(50). Naquela altura viajava a pé. Por alturas das Mahotas, ela tinha-se sentido mal com o calor intenso que fazia. Os seus pés ficaram inchados e queimados e ela tremia de febre e tinha muita sede.

Numa certa povoação, tinham-lhes dado guarida e água e eles ali se mantiveram de um dia para outro. Depois, sentindo-se um pouco melhor, minha mãe resolvera prosseguir a marcha até Ricatla, onde chegaram depois de um dia inteiro de caminhada. Vendo o estado de saúde de minha mãe, mandei chamar a minha prima Babalala.

Uma semana depois, numa sexta-feira, dia 28 de Outubro de 1918, pelas 22:30 horas, minha mãe acabou por falecer.

Fui à escola comunicar ao professor que por sua vez comunicou ao director Junod. Vieram as pessoas à igreja para me assistir na organização do funeral e para me dar apoio. Avisados os tios Tricamos em Lourenço Marques, estes enviaram quatro mulheres para representarem aquela família dizendo que, uma vez que a minha mãe não fora da sua religião, a maometana, que se fizesse o enterro segundo os ritos tradicionais.

Mantenho viva a imagem do corpo de minha mãe a ser tirado da sua palhota para a sepultura. No campo, quando uma pessoa vai a enterrar, não retiram o corpo pela porta da palhota, mas sim por uma abertura praticada na parede. Como minha mãe e eu só tínhamos uma única palhota, durante os dias que se seguiram à sua morte eu tinha de dormir ao relento. Quatro ou cinco dias após o enterro, o tio Tricamo mandou que me trouxessem para Lourenço Marques, para eu não ficar só. Tinha eu então treze anos.

Antes de eu vir para a cidade fui explicar ao professor Moiana o que se passava e tanto ele como o Junod mais uma vez quiseram que eu ficasse lá até acabar os estudos. Naquela altura eu estva na terceira classe rudimentar, e os meus professores pensavam que, vindo para Lourenço Marques, perderia o bom ritmo de estudo que até ali tinha ido.

Eu preferi vir para a casa dos tios Tricamos, que sempre eram meus parentes, mas os meus professores fizeram-me com que, uma vez aqui, eu seguisse os estudos na escola da Missão Suíça. Junod deu-me uma carta de recomendação para Pierre Lose, missionário e director da escola da Missão

Suíça de Lourenço Marques. Lose recebeu-me muito bem, prometendo-me matrícula logo que a escola reabrisse, pois que nessa altura todas as escolas estavam fechadas devido ao grande surto de febre espanhola. Em Janeiro de 1919 reabriram as escolas e eu fui admitido na terceira classe elementar, sinal de que as referências que o Junod dera a meu respeito eram boas. A terceira elementar era o que nós chamávamos de primeiro grau. O segundo grau era a actual quarta classe. Em Junho passei para a quarta classe com boas notas, mas pela primeira vez na minha vida não tive as melhores notas. Penso que a minha nova professora, miss Amélia Reymond, tinha lá os seus preferidos. Fiquei ainda mais triste porque pela primeira vez não teria festa de passagem de classe, por a minha mãe já não existir. É curioso: apesar de analfabeta, minha mãe sempre tivera um cuidado particular com os meus estudos. Ela apenas acreditava que eu tinha passado de classe e fora o melhor classificado quando lhe mostrava a prenda que na escola de Ricatla por costume se dava, no fim do ano, aos melhores alunos.

Após o exame na escola da Missão, ainda devíamos prestar provas oficiais na chamada Escola Paroquial, que era o local de exames oficiais para todos os alunos das escolas missionárias. Fomos seleccionados três alunos para os exames finais e eu fui o único que passou para o segundo grau(51). A professora ofereceu-me, então, como prenda, o livro da quarta classe. Na abertura do ano lectivo, na quarta classe, éramos apenas dois alunos: eu e mais um que era repetente. Como em Ricatla havia mais alunos na quarta classe e não havia professor, miss Reymond, a nossa professora, foi transferida para lá, bem como nós os dois. Lá fomos. Ali estavam Gabriel Makavi[11] e outros mais velhos do que eu. Pouco depois do início das aulas surgiu uma lei segundo a qual os "indígenas" só podiam fazer o exame do segundo grau após terem completado dezoito anos. Eu tinha então quinze anos. Deveria esperar três anos na mesma classe, primeiro que me fosse permitido fazer o exame. Este projecto não me agradou e eu desisti de estudar e regressei a Lourenço Marques[12]. Fui ensinar a terceira classe rudimentar na escola da Missão Suíça de Khovo(52), de Setembro a Dezembro de 1920, e pagaram-me duas libras por mês[13]. Quando chegou a altura das férias escolares, fui para Ressano Garcia(53) onde vivia a minha irmã Hawa e o meu cunhado que tinha lá uma cantina.

---

11 Mais tarde grande poeta da língua changana, pastor da Igreja Presbiteriana de Missão Suíça e preso político durante a luta de libertação nacional. Faleceu em 1981, em Maputo.

12 Foi no mesmo ano que Junod se reformou.

13 Na altura, a libra tinha curso legal em Moçambique e valia cerca de 300$00.

Em Fevereiro, quando regressei para me apresentar ao serviço, o meu lugar estava preenchido por outro, e eu fora entretanto transferido para ser professor e estar à frente da paróquia da Mahotas. Senti-me muito jovem para ser professor e viver sozinho e com falta de vocação para estar à frente dos destinos da paróquia, pelo que não aceitei o lugar. Fui novamente para Ressano Garcia, à procura de emprego, começando a minha vida de adulto.

# III.
# DE 1921 A 1936

# EM RESSANO GARCIA

Em Ressano Garcia arranjei emprego na Migração(54). O serviço era pesado e o dinheiro era muito pouco, mesmo para aquela altura. A minha pretensão de ganhar três libras como os outros principiantes não foi satisfeita, e por isso eu desisti daquele emprego. Voltei para Lourenço Marques onde tentei arranjar emprego nos Caminhos-de-Ferro como operário das oficinas gerais. Isso era difícil na altura. Tentei também ser tipógrafo na Imprensa Nacional. Ainda estive lá a trabalhar durante três meses sem qualquer vencimento, para assegurar que preencheria a próxima vaga, mas essa também não veio. Desesperado, voltei para Ressano Garcia. Aí, foi-me dito que na Migração sentiam a minha falta, e por isso a minha reivindicação salarial ia ser tomada em consideração. Retornei para a Migração com o vencimento de 600$00 por mês(55). Nessa altura eu já sabia escrever à máquina e fazia todo o serviço. Entretanto fora instituída a Fazenda em Lourenço Marques; uma vez em Lourenço Marques, aguardei durante algum tempo, mas nunca consegui ingressar na Fazenda.

Durante este período vivi uma vida calma e normal, a qual, que eu me lembre, só foi verdadeiramente agitada por um incidente que tenho gravado na memória. Foi um incidente que me impressionou e possivelmente me ensinou um pouco da vida em geral. Foi "A história do Hassan, ou o linchamento de um negro" como lhe chamei num apontamento que fiz sobre o caso há cerca de três décadas atrás, e que encontrei ao vasculhar papéis velhos.

Vou transcrever o começo do manuscrito:

*Num manuscrito, dia 11 de Maio de 1924, cheguei cedo à estação central dos C.F.M., em Lourenço Marques, para apanhar o comboio misto de regresso a Ressano Garcia onde trabalhava. Dei algumas voltas pela estação para fazer tempo e pouco depois encontrei o Zacarias e o Chicalana, dois amigos também de Ressano Garcia que vinham apanhar o mesmo comboio que eu. Traziam caras tristes e eu perguntei-lhes:"Porque estão vocês assim tristes?O que sucedeu?" Respondeu o Zacarias: "Sabes, aquela morte foi triste, deixou-me bastante penalizado!" Espantei-me: "Morte de quem?" Ele respondeu: "A morte do senhor Maia Loureiro, logo após ter dado entrada no hospital. "O quê? O Maia Loureiro morreu?".*

O Maia Loureiro era funcionário da Alfândega e ainda na sexta-feira anterior eu estivera a trabalhar com ele na cobrança de taxas de magaíças(56), e nessa altura eu não lhe notara qualquer sintoma de doença. Então, o Zacarias e o Chicalana contaram-me o sucedido. Na manhã

daquele domingo, como outros habitantes de Ressano Garcia, eles foram informados de que o chefe da Alfândega fora agredido à facada pelo seu cozinheiro, pelo que o médico ordenara a sua condução em comboio especial para o hospital em Lourenço Marques. O Zacarias e o Chicalana e vários outros quiseram acompanhar o ferido até ao hospital. Pouco tempo após a sua chegada ao hospital, Maia Loureiro faleceu. Eu estava empregado na Fazenda como servente, mas, por não existir aspirante e por eu ser conhecedor do serviço, fazia as vezes de aspirante e, como tal, trabalhara com Maia Loureiro várias vezes, conhecendo-o como um dos chefes mais pacatos e simpáticos. Assim, a sua morte chocou-me. Além do mais, ele era meu vizinho em Ressano Garcia e dávamo-nos bem, embora fosse claro que não tínhamos relações de igual para igual. Por exemplo, nos festejos do fim do ano eu era sempre convidado à casa dele, juntamente com outros pretos de Ressano Garcia. À nossa mesa não faltava nada, mas a "nossa mesa" ficava na cozinha.

Assim voltámos para Ressano Garcia. Lá chegados, eu fui para a casa do Joe Matada, servente da Alfândega em cuja casa eu passava as refeições. Tanto o Joe como a Sofia, sua mulher, receberam a notícia da morte do Loureiro com muita consternação. Contaram-me então que, naquela manhã, o cozinheiro de Maia Loureiro, um tanto para além do cesto levara também a faca da cozinha.

A mulher do Maia Loureiro, que dias antes recebera queixas de que o seu cozinheiro andava em milandos com um sipaio(58) da Migração, ao ver o Hassan com a faca, pediu ao marido que evitasse que o cozinheiro cometesse qualquer imprudência. O Hassan regressou passados alguns momentos, e então o patrão perguntou-lhe por que razão andava ele armado com uma faca, e o Hassan respondeu que o patrão nada tinha a ver com o caso e que não se intrometesse. Perante esta atitude, o Maia Loureiro deu ordens ao Hassan para largar a faca imediatamente, ao que o Hassan respondeu que não a largava não senhor. Mais, Hassan teria dito: "Não largo a faca e hei-de sair com ela sempre que me apetecer". Então, o Maia Loureiro mandou que a esposa lhe fosse buscar a pistola; pretendia assustar o cozinheiro. Já com a pistola na mão instou mais uma vez o Hassan a largar a faca. Mas este era firme na sua teima e não obedeceu. Então, o Maia Loureiro deu um tiro para o ar. Hassan, julgando-se visado, logo se precipitou sobre o patrão e deu-lhe uma facada. Este, que não esperava tal reacção, quis retroceder, mas tamanha foi a infelicidade que tropeçou e caiu numa valeta. Hassan, tomado de uma fúria indescritível, atirou-se a ele, golpeando-o repetidas vezes. Maia Loureiro conseguiu levantar-se e recuar para a porta da secretaria da Alfândega, onde se encontravam

dois guardas que ficaram tão espantados que não conseguiram reagir imediatamente. Maia Loureiro caiu, depois de ter dado alguns passos; entretanto apareceu Joe Matada que, juntamente com os dois guardas, quis socorrer Maia Loureiro, mas Hassan atirou-se ao Joe e ele teve de fugir. Correu direito às casas dos guardas-fiscais a quem comunicou o sucedido. Vieram então cinco guardas armados de espingardas. O chefe do posto(59) também apareceu com alguns sipaios, e Hassan, que entretanto parara junto ao tanque de água da casa do chefe do posto, foi cercado e intimado a largar a faca, o que ele não fez. Então, o chefe do posto deu-lhe um tiro, ferindo-o no braço que empunhava a faca. Depois agarraram-no e levaram-no para o calabouço.

Nesse domingo não me apeteceu jantar nem ao Matada nem à Sofia. Fui para minha casa, que era próxima da casa de Loureiro, como já disse. Não consegui dormir e fiquei na cama a ler um pouco. Cerca de 23 horas ouvi vozes de gente que passava ali por perto e se dirigia para os lados da fronteira. Cheio de curiosidade, saí para ver o que se passava, pois as vozes pareciam-me muitas. Só distingui vultos, e parecia-me que arrastavam qualquer coisa pelo chão. Aproximei-me ainda mais, e os últimos daquele cortejo pressentiram-me, tendo perguntado quem eu era e o que queria. Antes que tivesse respondido, senti que me atiravam pedras que, felizmente, não me atingiram. Retrocedi. Ficou-me a impressão de ter reconhecido as vozes de alguns dos passeantes nocturnos, pois falavam em português perfeito como só os colonos poderiam fazer.

No dia seguinte, segunda-feira, fui como de costume ao serviço. O aspirante Júlio Macedo perguntou-me se sabia da fuga do preso Hassan durante a noite anterior, e eu disse-lhe que não. Cerca das 11 horas deslocámo-nos todos ao calabouço para verificação dos presos, e de facto Hassan não estava lá. As portas da cadeia encontravam-se abertas, mas, apesar disso, não fugira mais nenhum preso.

Nessa altura fazia parte das minhas funções distribuir a ração pelos presos. O carcereiro confidenciou-me então que, durante a noite, tinham vindo alguns brancos buscar o Hassan incluindo o chefe do posto, Simões da Silva. Intimaram os sipaios a irem-se embora dali e, abrindo as portas da cadeia, disseram aos restantes presos que fugissem se quisessem.

Entretanto chegámos à cadeia. Perguntámos ao carcereiro onde estava Hassan e este disse que não sabia. Depois saímos dali. O chefe do posto e os outros brancos fingiram descobrir com muito espanto, no chão, um rasto com algumas nódoas de sangue. Seguindo o rasto que passava perto da minha casa em direcção ao rio Incomati, atravessámos a linha-férrea. Para além dos sinais de sangue, viam-se aqui e acolá bocados de cabelo de

negro pegados às pedras. Fomos então até à margem que dista cerca de um quilómetro da linha- férrea. O rio corria baixo e a água estava limpa. Chegámos a uma parte onde havia um areal. Aí viam-se muitas pegadas. Eles, o chefe do posto e os outros brancos, encenaram a descoberta do cadáver de Hassan mergulhado no rio. Fingiram um espanto quase genuíno, quando eu, pessoalmente, tinha agora a certeza de que tinham sido eles os autores da proeza. O cadáver tinha evidentes sinais de tortura e pedras amarradas para o obrigar a ir ao fundo.

Neste entretanto, Alberto Isaquias, que era também trabalhador da Migração e que sofria de sinusite, assoou-se. Então o chefe do posto, Simões da Silva, virou-se para ele, deu-lhe uma violenta bofetada e disse-lhe: "Não tens vergonha? Hoje que vês o teu irmão morto aí na água estás a chorar? Ontem que se tinha morto um branco, estavas a beber cerveja e a festejar nas cantinas!". Um dos presentes, o antigo chefe do posto Mota Marques, replicou que o Alberto não podia estar a chorar, até porque o Alberto era um preto do Sul e o morto era um macua do Norte.

O chefe do posto mandou uns sipaios ficarem junto do cadáver até vir o médico para fazer a autópsia. Naquela altura Ressano Garcia era um posto administrativo que pertencia à circunscrição de Namaacha. Era necessário comunicar o óbito para Namaacha, para que fosse requisitado um médico legista. Regressámos todos para o posto onde o aspirante, o Júlio Macedo, foi incumbido de levantar o auto da ocorrência. Feita a comunicação à Namaacha, só três dias depois apareceu o médico e, nessa altura, o cadáver já tinha sido levado pela corrente. Foi necessário procurá-lo rio abaixo e veio a ser encontrado perto da primeira ponte a cerca de um quilómetro e meio de Ressano Garcia. Estava encalhado numas pedras, todo inchado e já sem pele. Feita que foi a autópsia (não sei qual foi a conclusão), deu-se ordem para se enterrar o cadáver.

Alguns dias depois disto, foi dito na imprensa periódica que o governador-geral, ao tempo o Dr. Moreira Fonseca, dissera que, naquele caso, a melhor justiça fora feita. O Dr. Moreira da Fonseca, que era de facto juiz da Relação, substituía então o governador-geral titular.

## Três episódios de 1925: um rei e um príncipe; Buisonoto; A greve dos ferroviários

Há três episódios passados em 1925 de que me lembro com nitidez. Eles não têm nada a ver uns com os outros, mas todos têm que ver comigo, e por isso quero contá-los. O primeiro episódio relaciona-se com a visita do Príncipe de Gales, mais tarde " Duke of Windsor", ao Kruger

National Park, na União da África do Sul. Nessa altura a África do Sul era uma colónia britânica. Eu trabalhava em Ressano Garcia, e todos os funcionários e a população em geral tinham sido convidados pelo governo inglês para ir cumprimentar o príncipe real.

Na data marcada atravessámos a fronteira e fomos tomar lugar na estação de Komatipoort(60). O príncipe viajava em comboio especial. Ao chegar, o príncipe dirigiu-se, em primeiro lugar, às autoridades coloniais britânicas e depois foi cumprimentar as autoridades coloniais portuguesas e depois a nós todos, apertando-nos a mão.

Contaram-nos na altura que, quando ele passou pela Zululândia, na sua digressão, foi recebido pelo rei Solomon Kwa Dini Zulu, descendente de Txaka, rei dos Zulus. Aconteceu que, quando o príncipe chegou ao local do encontro, o rei zulu ainda lá não estava, embora todos os governantes coloniais ingleses já lá estivessem a aguardar o príncipe. Mais tarde chegou o rei zulu. Viajava num cavalo branco. O príncipe aproximou-se dele, cumprimentando-o. O governador da África do Sul criticou então o rei zulu por ter chegado tarde, e este replicou: "Este é Príncipe de Gales, mas eu sou o Rei dos Zulus, e estou na minha terra. Quem deve esperar pelo outro? Ele, eu não". Diz-se que, ao ouvir isto, o príncipe apressou-se a dar razão ao rei e assim se encerrou o incidente.

O segundo episódio relaciona-se igualmente com a África do Sul.

Em 1925 estive na África do Sul a visitar o meu irmão Mapfundjana, que era trabalhador das minas.

Aconteceu que, na altura, um dos filhos de Gungunhana, chamado Buisonoto, estava num local próximo do **compound** da mina de Moderby, visitando seus amigos. Buisonoto devia ter então cerca de 40 anos. Foi-me apresentado pelo induna(61) do **compound**, e almocei com ele. Foi ele quem me contou a sua história, dizendo que, quando era miúdo, foi mandado pelo pai, Gungunhana, para a Ilha de Moçambique, para a Escola de Artes e Ofícios da Cabaceira Grande. Gungunhana queria que alguns dos seus filhos tivessem a educação dos portugueses. Quando começou a Primeira Grande Guerra, Buisonoto foi feito soldado e seguiu para combater juntamente com os soldados portugueses. Na batalha de Serra Mecula(62), ele, que já era segundo-cabo, foi aprisionado pelos alemãs e levado para o Sudoeste Africano, actual Namíbia. Quando acabou a guerra ficou por lá. Um dia quis voltar para a sua terra, mas os ingleses dissuadiram-no e convenceram-no a ir viver para o Splonken, no Transval Norte, onde já se fixara um irmão seu, O Thuli La Mahanshi*. É que este seu irmão, na altura da prisão de Gungunhana, aceitara o asilo que os ingleses lhe ofereceram na África do Sul e, com vários indunas e

gente das terras, tinha ido fixar-se no Splonken(63), ficando como régulo. O Buisonoto foi então ter com o irmão que inclusivamente abdicou do trono em seu favor, uma vez que ele era o mais velho.

E aí acabava a narrativa de Buisonoto, mas eu queria explicar que, até hoje, a gente de Splonken considera-se gente de Gungunhana, fala a língua changana e chama à sua terra Gaza Nkulo (Gaza Grande).

O terceiro episódio é a greve dos ferroviários, a que eu assisti, em 1925.

A greve teve por base reivindicações salariais. Ao tempo, o alto-comissário era Vítor Hugo de Azevedo Coutinho.

A colónia era normalmente governada por um governador-geral, mas sempre que o governo de Lisboa entendesse que o governador-geral não controlava suficientemente a situação, mandava para cá altos-comissários com poderes especiais.

Quem dirigia a greve era um tal Faustino da Silva(64), que era ferroviário e ao mesmo tempo director do jornal dos ferroviários, *O Emancipador*(65). Outro chefe dos grevistas foi o Manuel Alves Cardiga(66), antigo dono do prédio Cardiga, em Lourenço Marques.

Já havia na altura ferroviários negros, mas estes nada tinham a ver com os ferroviários brancos nem com a sua greve.

Após o início da greve, o governo resolveu tomar medidas. Muitos grevistas foram presos. Depois, e esta foi a parte que vi, para controlar os grevistas e intimidá-los, eles eram metidos em vagões de ferro abertos que eram colocados à frente da locomotiva em qualquer comboio que saísse de Lourenço Marques para Ressano Garcia, Xinavane ou Goba.

Nesse vagão os grevistas eram mantidos de pé, e eram guardados por soldados armados e prontos a disparar. Assim viajavam durante horas, ao sol e à chuva, sem água para beber.

Todas as pontes estavam guardadas por soldados, assim como as estações de caminhos- de-ferro, pois receava-se acções de sabotagem por parte dos simpatizantes dos grevistas.

A greve durou cerca de dois meses(67). Na altura, os grevistas não conseguiram nada, mas creio que, cerca de um ano e meio após a greve, foram-lhes aumentandos os salários.

Nessa altura eu ainda trabalhava na Migração em Ressano Garcia.

## Esbofeteado, amarrado e preso como um criminoso

Como já antes referi, em 1926 foi encerrada a repartição da Fazenda onde até aí eu tinha trabalhado, em Ressano Garcia. O meu chefe propôs-me então que eu viesse para Lourenço Marques trabalhar para a Fazenda.

Ele trouxe-me pessoalmente e apresentou-me ao director dos serviços de Fazenda, pedindo-lhe que eu fosse nomeado aspirante interino. Porém, o director negou-se a isso e vi-me sem emprego. Depois consegui ir para a Secretaria Geral, mais tarde Direcção dos Serviços de Administração Civil. Esta direcção funcionava na Casa Amarela onde hoje é o Museu da Moeda, na Cidade de Maputo. O meu chefe, Horácio Martins, arranjou-me colocação como intérprete no posto administrativo de Goba, ao tempo subordinado à Alfândega. Havia lá um homem chamado Aristides Coelho. Para meu azar fui trabalhar com ele; e digo para meu azar porque o homem era mesmo ruim. Já vão ver porquê.

Num domingo, o homem saiu e foi passear. Quando ele não estava, eu tinha de ficar de plantão no posto até ele voltar. Fiquei até ao meio-dia, mas, como me sentisse com febre, depois do almoço deitei-me na minha palhota, avisando o sipaio de serviço que não me sentia bem. Coelho voltou cerca das 13 horas e chamou por mim. Fui lá para fora, e ele quis saber por que razão não estava no posto, como ele ordenara, ao que expliquei que estava doente. Não querendo aceitar a minha justificação, deu-me uma bofetada e mandou-me de volta para a minha palhota, mas eu, chateado com a forma como ele me tratara, fui a pé até à estação de caminhos-de-ferro de Goba que distava a doze quilómetros. Aí contei ao chefe da estação o que se passara. Como eu manifestasse vontade de vir para Lourenço Marques, não tendo contudo dinheiro para a passagem de comboio, o chefe da estação ofereceu-me um bilhete e lá segui. No dia seguinte fui apresentar-me à Alfândega de Lourenço Marques onde contei o sucedido a um funcionário superior chamado Andrade Piçarra. Este mandou-me ficar em Lourenço Marques por algum tempo, pois já tinha sido decidido que em breve Coelho seria transferido para outro local. Dirigi-me à casa dos meus parentes e deixei-me lá estar. Duas semanas depois disseram-me que o Coelho já tinha sido transferido e o novo chefe de posto indigitado era um tal Almeida Carvalho, a quem me apresentaram. Almeida Carvalho chamou-me e, numa sexta-feira, mandou-me seguir para Goba com a bagagem dele, de comboio, uma vez que ele iria no domingo seguinte, de carro. Assim fiz.

Porém, quando chego à estação de Goba, no sábado à noite, encontro o maluco do Coelho que não só me agrediu novamente como me mandou amarrar, dando-me voz de prisão e uma guia-de-marcha para me apresentar na Namaacha, administração da qual o nosso posto dependia na altura. Fui então escoltado por um sipaio, a pé, para a Namaacha. Eu estava algemado. A distância era muito grande, e isto passou-se durante a noite. De vez em quando tínhamos de descansar, sentando-nos um bocado. A

determinada altura o sipaio quis tirar-me as algemas para eu poder fugir. Ele disse-me que também iria atravessar a fronteira pois que estava farto dos portugueses, mas eu disse-lhe que não queria fugir para nenhum lado porque não era criminoso e esta era a minha terra.

Lá para as dez horas da manhã chegámos à Namaacha e fomos até à Administração. O sipaio apresentou a guia ao administrador que era o Jorge Correia De Sepúlveda (que mais tarde deu o nome à praia de Xai-Xai). Eu contei-lhe o sucedido, e então ele disse-me que o Coelho era maluco e que eu não estava nada preso. Mantive-me na Namaacha onde o administrador deu ordens para me pagarem uns vencimentos que tinha em atraso. Quando comunicaram ao Sepúlveda que o Coelho já se tinha ido embora de Goba, regressei ao posto.

E foi tudo.

## Primeiro casamento, primeiros dois filhos e a família Duvoisin

Em 1927, com 22 anos de idade, casei-me com uma rapariga chamada Mónica, filha de Azarias Mpfumo, que era pastor da Missão Suíça e ainda parente do meu tio Tricamo.

Durante o ano 1927 estive em Goba, a trabalhar com o chefe do posto, Almeida Carvalho, que já referi. Mais tarde ele disse-me que ia ser transferido e que Coelho voltaria novamente para Goba. Aí tratei imediatamente de pedir a minha transferência. Nessa altura a circunscrição de Namaacha tinha sido extinta e transformada em posto administrativo. Goba passara a pertencer a Maputo. Fui transferido para a Bela Vista em fins de 1927. O administrador era o Serra Cardoso(68) e eu fui lá colocado como intérprete. Assim comecei a trabalhar na Bela Vista e levei para lá a minha mulher. Ganhava oito libras e mais tarde 1000$00.

Em 28 de Setembro de 1928 (fazia precisamente dez anos que minha mãe falecera) nasceu o meu primeiro filho, Mário. No seu primeiro parto, a Mónica foi assistida por madame Duvoisin, a enfermeira, esposa do missionário suíço que estava em Bela Vista. Gostava de falar um pouco dos Duvoisin: o nome completo do missionário era Ernesto Benjamin Duvoisin. Ele era também enfermeiro de profissão. Uma vez contou-me que estivera numa escola de medicina sem concluir o curso. Duvoisin estivera primeiro em Lourenço Marques no hospital da Missão Suíça a trabalhar com um médico, também suíço, o Dr. Garin.

Quando cheguei à Bela Vista, procurei contacto com a Missão Suíça, pois era membro daquela igreja. Havia também a vantagem de o missionário

ser enfermeiro qualificado. No posto de saúde da Administração havia apenas um enfermeiro auxiliar enquanto no posto da Missão Suíça estava Duvoison e sua mulher.

Pouco antes do termo da gravidez de minha mulher, a conselho dos Duvoison, ela ficou internada lá na Missão Suíça, que distava da Administração cerca de seis quilómetros. Assim fiquei só, em casa. Entretanto caio doente com desinteria amebiana. Quando o enfermeiro do posto de saúde da Administração viu que não melhorava e enfraquecia cada vez mais, propôs ao secretário da Administração a minha transferência para o hospital em Lourenço Marques ou para o hospital da Missão Suíça. Fui metido numa carruagem conduzida por cavalos e mandado para a Missão Suíça. Nessa altura eu já não conseguia sequer andar. Quando Duvoison me viu, mandou-me internar no hospital. Fui metido numa das várias palhotas que compunham o hospital. Deu-me uma injecção de não sei o quê. Sei que perdi completamente os sentidos e só dei acordo de mim no dia seguinte. Duvoison ia ver-me todos os dias, e a minha comida vinha de casa dele. Mais tarde ele explicou-me que eu tinha o fígado afectado e que, se ficasse sem tratamento mais um dia que fosse, morria. Quinze dias depois estava quase bom, já me levantava e comia bem, e Duvoison disse que eu podia voltar para casa. Fiquei uns dias a descansar e depois recomecei a trabalhar.

Alguns dias depois a minha mulher deu à luz um rapaz, o meu filho Mário. Foi a própria casa de Duvoison que serviu de enfermaria, pois, quando ela começou com o trabalho de parto, transferiram-na para lá. Ficou lá alguns dias e depois voltou para casa. Assim, quando eu ou a minha família tínhamos problemas de saúde, recorríamos sempre a Duvoison. Isto até resultou em que o administrador Serra Cardoso se interessasse por Duvoison e se tornasse amigo dele por meu intermédio.

Uma vez o administrador Serra Cardoso foi visitar Duvoison na Missão Suíça, e ele, olhando-o nos olhos, mandou-o colher urina para efeitos de análise. Efectuou a análise logo ali e detectou-lhe um excesso de ácido úrico e outras doenças de que Serra Cardoso não sabia que sofria.

Em 1930 nasceu o meu segundo filho, Joaquim.

## Pequenino

A história de Pequenino aconteceu em Goba em 1928.

José Marques era guarda-fiscal e prestava serviço no posto aduaneiro de Goba-Fronteira, embora residisse em Goba-Estação, a cerca de dez quilómetros. José Marques tinha um empregado, um "moleque" dos seus quinze anos, a quem chamavam Pequenino.

Havia um outro colono de nome José Rodrigues Rocha, polícia da Veterinária que vivia em Mailane, a cerca de sete ou oito quilómetros de Goba-Estação, e era amigo do Marques. A quarta personagem desta história é António Rodrigues, único cantineiro em Goba-Estação, conhecido por Scotch.

Ora, a determinada altura, o Rocha da Veterinária começou a fazer comércio clandestino em sua casa, armazenando e vendendo lá vários produtos, como vinho, arroz, açúcar, etc. Este facto constou ao Scotch que ameaçou queixar-se do dito Rocha, por prática de concorrência desleal e ilegal. Parece que o Marques e o Rocha, que eram amigos, eram também parceiros no negócio, resolveram pura e simplesmente liquidá-lo.

Numa bela noite, dirigiram-se ambos para os lados da cantina do Scotch que também lhe servia de habitação. Acompanhava-os Pequenino que tinha como única tarefa levar às costas a espingarda de calibre 12 do seu patrão.

Scotch preparava-se nessa noite para apanhar o comboio para Lourenço Marques, que saía de Goba-Estação à meia-noite precisamente. Lembro-me que este comboio da meia-noite só chegava a Lourenço Marques às cinco da manhã, pois parava em todas as estações e apeadeiros para fazer carregamentos de leite para a cidade.

O Rocha e o Marques acercaram-se da casa do Scotch e viram-no a vestir-se, através da janela do quarto que se encontrava aberta. Entretanto, uma mulher da terra, chamada Nwa Mulau, que era criada do único hotel de Goba e que mantinha relações íntimas com o Scotch, ao aproximar-se daquele local, vislumbrava esta cena dos dois brancos, um dos quais de arma em punho, e um preto, que reconheceu ser Pequenino, acocorados junto à janela da casa. Naturalmente, ela achou tudo aquilo muito estranho e escondeu-se nas sombras da noite. Foi assim que Nwa Mulau testemunhou o assassinato do seu amante. Em pânico, a mulher fugiu dali e foi novamente para o hotel, depois de ter visto o branco que disparara entregar a arma a Pequenino.

No dia seguinte, Rodrigues foi encontrado morto no seu quarto. Foi comunicado o facto ao posto, precisamente a José Marques, o qual telefonou ao seu chefe que, por sua vez, comunicou o ocorrido ao administrador de Bela Vista. O administrador Serra Cardoso e um médico foram a Goba,verificaram o óbito e transportaram o cadáver para Lourenço Marques, onde foi efectuada a autópsia.

Serra Cardoso comunicou o caso ao comando da polícia de Lourenço Marques, pois desconfiava que o caso metia brancos. Se os culpados fossem pretos, ele tinha competência suficiente para resolver a questão, ainda que

se tratasse de homicídio; mas em se tratando de brancos, deveria o caso ser presente ao tribunal. O comissariado enviou agentes para Goba para procederem à investigação, que em nada resultou.

Entretanto dá-se outro crime perto da zona do Impamputo, nas cercanias do rio Umbelúzi, já na área da Namaacha. Foi assassinado um branco cujo cadáver foi encontrado calcinado dentro da palhota em que vivia. A palhota fora incendiada. Veio a descobrir-se que José Rodrigues Rocha cometera este crime poucos dias antes do assassinato de Scotch pois, quando andava por Impamputo, área das suas actividades profissionais, soube que este colono o criticava pelos seus negócios ilegais e tencionava denunciá-lo na Namaacha.

Nessa altura, a Namaacha era um posto administrativo e foi o respectivo chefe do posto, Afonso Calçada Bastos, quem tomou conta da ocorrência, prendendo uns "pretos suspeitos".

O administrador de Bela Vista resolveu aprofundar bem estes casos e chamou a depor pessoas que viviam na localidade de Goba-Estação, por grupos. Um dia foi chamado o pessoal do hotel e o administrador notou que uma das criadas, precisamente Nwa Mulau, estava muito assustada. O administrador insistiu com ela e ela contou-lhe tudo o que sabia sobre o caso Scotch. Ela reconhecera não só Pequenino, mas também os dois brancos. Explicou ao administrador que vira o Rocha apontar uma arma e disparar contra Rodrigues. O administrador deu voz de prisão a Rocha e a Marques e foram ambos enviados para Lourenço Marques. Também prenderam Pequenino e Nwa Mulau, os quais ficaram encarcerados na cadeia de Bela Vista.

Passados dias, Serra Cardoso foi até à Catembe, ainda área da sua jurisdição, e ordenou que os dois acusados detidos em Lourenço Marques fossem para lá transportados para interrogatório. Marques acabou por confessar tudo. Chamado Rocha, porém, este negou os factos e disse que Marques estava maluco.

De novo em Bela Vista, o administrador confrontou Pequenino e a Nwa Mulau que contaram a história toda com detalhes. Entretanto, Marques, súbita e misteriosamente, adoeceu e morreu na cadeia antes do julgamento. Em Bela Vista, Nwa Mulau ficou a trabalhar em casa do administrador e Pequenino fazia as vezes de sipaio, enquanto aguardavam o julgamento de Rocha, onde compareceriam como principais testemunhas.

Pouco antes do julgamento, porém, o advogado do réu Rocha pediu ao administrador para que as duas testemunhas fossem levadas para Lourenço Marques para serem ouvidas em depoimentos. Uma vez na cidade, eles ficaram detidos e não regressaram mais a Bela Vista. Os depoimentos

atribuídos a Pequenino pelo advogado eram absolutamente contraditórios com os anteriores e ilibavam Rocha. Nwa Mulau, inexplicavelmente, endoideceu. Quer dizer, de repente não havia qualquer testemunha capaz de depor contra Rocha.

Sei que, apesar destas estranhas ocorrências, Rocha acabou por ser condenado a vinte e cinco anos de prisão.

Talvez porque o caso implicava a morte de outro branco.

## Os condes de Athlon e a caçada aos elefantes

Em 1929 o alto-comissário britânico na África do Sul era o conde de Ahtlon. O alto-comissário era o representante do governo britânico. A sua esposa era a princesa Alice, membro da família real britânica. A importância do conde vinha mais deste facto do que de outro qualquer.

Penso que deve ter sido no mês de Junho que a princesa resolveu ir a Moçambique, em visita. Na altura, o governador-geral da colónia era o coronel José Cabral(69).

Formou-se um comité de recepção constituído pelo Dr. João Pinto Coelho, médico, por Alberto Abrantes, um dos directores da firma Breyner Wirth(70), pelo Dr. Gouveia Pinto, também médico, por José da Costa Fialho, almoxarife da Fazenda, por Manuel Leite Pinheiro, director da Fazenda, pelo tenente Silva Pereira, comissário da polícia, e por Serra Cardoso, administrador da circunscrição de Maputo, onde eu era intérprete.

O conde trazia dois ajudantes de campo, oficiais do exército britânico, e outros acompanhantes.

Durante os três meses que antecederam a visita, tínhamos estado a preparar em Maputo (Bela Vista) as condições para uma caçada aos elefantes a oferecer à princesa Alice. Abriram-se picadas para um local chamado Tchuluini, onde os elefantes eram frequentes.

Construímos o acampamento onde os visitantes iriam pernoitar, mas tudo com estacas e material local. Lembro-me de que eram construções muito belas, já que os portugueses queriam mostrar ao alto-comissário o melhor que ali havia. Todo o mobiliário era também feito com estacas e bambus, mas era de facto um trabalho extremamente perfeito. No acampamento havia uma enorme sala de jantar e palhotas para dormir.

No dia da chegada da comitiva, fomos para o acampamento esperar por eles. Por volta das 17 horas apareceu a comitiva com o governador-geral e João Pinto Coelho que era o director da caçada. Tinham vindo anteriormente alguns ingleses, muito bem vestidos, que nós pensámos serem altos oficiais. Na altura da distribuição das palhotas, constatámos contudo que se tratava de simples criados dos condes.

Aquela foi a primeira vez que eu pessoalmente vi candeeiros tipo "petromax". Tinham sido postos à volta do acampamento, atados a postes, de tal maneira que a noite parecia dia. Preparou-se o jantar e serviu-se. Disseram-me que eu devia comer ao mesmo tempo que eles, pois estava incluído no grupo de caçadores; só que, evidentemente, eu comia na cozinha e não na sumptuosa sala de jantar. Após o jantar, os convidados assistiram a vários batuques que havia lá fora. Acenderam-se fogueiras por todo o lado, pois fazia frio. Fomo-nos deitar para acordar de madrugada para a caçada. Eu é que funcionava como pisteiro. Tinha de saber onde estavam os elefantes, e assim, mesmo durante a noite, de meia em meia hora os guias vinham dar-me notícias.

Os hóspedes faziam-se transportar em carros *Ford* turismo, que tinham sido importados da América, por Portugal, especialmente para a visita. Foi também a primeira vez que vi carros daqueles.

Antes do nascer do Sol, o cortejo da caçada avançou e chegámos a um local onde se viam elefantes ao longe, numa planície. A princesa pôs os seus binóculos e, depois de olhar atentamente, alegou ter avistado na manada duas fêmeas com crias, pelo que, como hóspede de honra, não autorizava que se atirasse sobre aquela manada. Era preciso encontrar outra, sem crias. Entretanto eram horas do mata-bicho, pelo que regressámos ao acampamento. Daí a pouco, os guias vieram dar novas informações sobre a localização de outras manadas. Dirigimo-nos para lá. Estacionámos no cume de uma elevação, e os elefantes encontravam-se cá em baixo na planície. Havia algumas fêmeas que iam à frente, depois seguiam-se machos, e por último um macho com pontas enormes que tocavam o chão; este vinha destacado do resto da manada.

O aparecimento desta manada deu-se após uma cena curiosa: tínhamos andado bastante sem vislumbrar qualquer manada. Então, o governador mandou-me traduzir para o régulo, Nwa Mpochana, que fazia parte do séquito, que não se estava ali para brincar e que era necessário encontrar elefantes rapidamente para contentar os hóspedes. O régulo ficou atrapalhado com esta advertência, dizendo que não sabia o que se passava com os elefantes que se negavam a aparecer para contentar os ilustres hóspedes. Então resolveu (e bem, quanto a mim) pedir auxílio dos seus antepassados(71). Afastou-se um pouco e, ajoelhado, invocou os espíritos da sua gente, dizendo que depositava neles a responsabilidade de fazerem aparecer elefantes machos, pois, caso contrário, os brancos, em vez de matar elefantes, matá-lo-iam a ele. Foi só depois deste episódio que apareceu a tal manada com o elefante grande.

Nwa Mphochana pediu-me para dizer ao "branco" (governador) que era melhor aproveitarem aquele elefante porque depois disso os espíritos dos seus antepassados não tinham garantido que houvesse outra manada nas condições exigidas. Eu traduzi tal como era a minha função.

Então os caçadores fizeram uma fila. Pinto Coelho, director da caçada, deu o primeiro tiro ao animal, que então se distanciou ainda mais dos outros, embora não caísse. Depois, João Pinto Coelho fez formalmente a oferta do elefante ao conde por parte do governo de Portugal. Este deu então o seu tiro, bem como a princesa o seu. O elefante ficou parado. Parecia estar tonto. Então, por ordem do conde, todos os outros caçadores deram o seu tiro.

No momento exacto em que o elefante caiu, começou a chover. Depois de parar a chuva, que durou algum tempo, fomos lá tirar fotografias sobre o animal. Depois disso voltámos para o acampamento.

No dia seguinte, saímos para tentar nova caçada, mas a primeira manada que encontrámos estava cheia de fêmeas e crias, pelo que a princesa novamente não autorizou que se atirasse. Finalmente apareceram dois machos. A princesa deu o primeiro tiro e depois os caçadores mataram os dois. Nesta segunda saída eu não acompanhei os caçadores.

Foi assim a caçada aos elefantes em honra do conde de Athlon e da princesa real, Alice.

## Problemas de saúde

Mais ou menos após o nascimento do meu filho Joaquim, em Fevereiro de 1930, fiquei doente.

Sentia uma opressão constante no peito e dores insuportáveis por todo o corpo. Fui ao médico do hospital do Estado, em Bela Vista, que me receitou tratamento para o paludismo. Não registando melhoras, vim para Lourenço Marques, porque, após a construção do hospital de Estado, nós funcionários da Administração ficámos proibidos de ir ao hospital da Missão Suíça. Fui à consulta do Dr. Afonso Pais que me auscultou e mandou tirar uma radiografia. Acusou angina de peito, segundo o que ele me disse. O Dr. Afonso Pais mandou-me ir de volta para Bela Vista com o resultado da radiografia, para ser medicado lá pelo seu colega. Assim fiz. Lá, o médico era um novato chamado Monteiro. Ficou indisposto comigo, dizendo que ninguém me mandara ir consultar um médico em Lourenço Marques e que ele não recebia ordens do Dr. Afonso Pais. Disse ainda que ele me tinha diagnosticado paludismo e, sendo assim, eu não tinha nada que ir a outros médicos. O médico foi fazer queixa ao administrador que também me veio perguntar por que razão fizera aquilo, como se fosse

crime ir ao médico quando a pessoa se sentia doente, ou como se tivesse a obrigação de frequentar apenas o médico daquele hospital.

Continuei com dores no peito. Então o médico, dizendo que as dores no peito eram resultado da malária, aconselhou-me a ir passar uns tempos em Namaacha, para beneficiar do clima de altitude. O administrador deu-me 90 dias de licença e mandou-me para Namaacha. Lá o médico que me viu diagnosticou paludismo e um problema cardíaco. Fiquei lá a tratar-me. Minha mulher, que me acompanhava, caiu também doente. Estou em crer que era qualquer problema reumático, pois queixava-se de dores nos pés e nas articulçãoes. Naquela altura do ano havia muita humidade e muito cacimbo. Vivíamos numa palhota sem condições nenhumas.

Acabei por telefonar para Lourenço Marques para o meu tio Hassan Tricamo que mandou um carro à Namaacha para nos ir buscar. Viemos para a cidade e mais tarde veio a descobrir-se que o que minha mulher tinha era um problema de gota que afectara o coração. Entretanto eu voltei para Namaacha e minha mulher ficou na cidade a tratar-se. Quando me senti melhor, vim buscar a minha mulher a Lourenço Marques para regressarmos a Maputo, mas tive uma recaída e acabei por baixar ao hospital. Depois de algum tempo, talvez como reacção ao tratamento, comecei a ter alucinações e a sentir um frio intenso. Era um frio que me subia quase até ao peito. Ficava com as pernas completamente geladas. Pensei várias vezes que estava às portas da morte. Mandei chamar minha mulher e despedi-me dela, recomendando que tratasse bem dos nossos dois filhos.

Ao saber desta minha nova doença, o meu tio Hassan alugou um táxi e seguiu de Lourenço Marques para Bela Vista. No mesmo dia em que o meu tio Hassan chegou, também chegara da Catembe o meu amigo Inácio Magaia. Durante aquele dia parecia que eu estava melhor, mas à noite novamente comecei a sentir frio. Tiveram que acender uma fogueira para eu me aquecer. Nos dias seguintes estes sintomas continuaram até que a minha mulher resolveu trazer-me para Lourenço Marques. Aqui baixei ao hospital da Missão Suíça. Fiquei dois meses no hospital e, quando fiquei bom, decidi não voltar mais para Maputo. Arranjei um substituto para o meu lugar.

## Na África do Sul

Entretanto fui transferido para aquilo a que se chama "Curadoria dos Indígenas Portugueses na África do Sul". Fui colocado na inspecção de Whitbank. Eu tinha levado comigo um sobrinho meu, o Juma, filho da minha irmã mais velha, Habiba. Juma sofria do peito e quis ir consultar

um médico suíço que já cá estivera e depois se transferira para a África do Sul. Juma acabou por ficar em Joanesburgo em casa de um primo nosso, o Jabar.

Um dia teve uma crise na rua e, após vomitar sangue, morreu. Mandaram-me avisar em Whitbank e fui para Joanesburgo tratar do funeral. Quando regressei ao meu posto de trabalho, caí doente. Tinha os pés novamente muito frios e não conseguia andar.

Fui tratado por diferentes médicos judeus e Xosas(72), incluindo um tal Dr. Xuma(73) que acabava de tirar o curso em Edimburgo, na Escócia. Melhorei um pouco após o tratamento que este médico prescreveu, e assim vim novamente para Moçambique. Ao chegar, porém, encontro minha mulher doente e magríssima. Fiquei preocupado. O tio Hassan contratou o Dr. Graça Lobo que todos os dias nos ia visitar a mim e a minha mulher.

## Nhamussoro Nwa Mahlanguana

Um belo dia, veio visitar-nos a tia Matchibe, uma irmã de meu pai, que vivia em Marracuene. Ao ver-nos assim doentes falou com o tio Hassan, dizendo-lhe que, se os médicos tinham falhado, era necessário recorrer à medicina tradicional, aos curandeiros. O tio Tricamo chamou-me, pôs-me ao corrente do problema. Eu recusei-me. Não queria ir morrer para o mato. Por outro lado, eu confiava mais nos médicos da cidade. O tio Hassan Tricamo, então, fez-me ver que não devia contrariar a minha própria tia que, por ser irmã de meu pai, tinha autoridade sobre mim. Assim acedi em acompanhar a tia a Marracuene. Comigo seguiram minha mulher e meus dois filhos. No dia seguinte à nossa chegada tivemos que viajar para Bobole onde vivia o curandeiro da minha tia. Eu não tinha dinheiro para pagar o curandeiro mas minha tia prontificou-se a pagar o que fosse preciso. Ela era oleira, fazia e vendia panelas de barro.

Chagados à casa do curandeiro, ficámos lá todo o dia sentados. Eu não sentia fome nem cansaço, sentia-me apenas abandonado, negligenciado. O curandeiro não nos ligava nenhuma. Só ao fim da tarde, após despachar toda a gente, ele se chegou a nós. Além de curandeiro (nyanga) ele era também adivinho (nyamussoro)(74) e chamava-se Nwa Mahlanguana. Em primeiro lugar deitou os ossos e esteve a lê-los durante algum tempo. Depois preparou-me uma infusão e, além do suadouro, eu tive de tomar alguns remédios. Pela primeira vez, em muitos dias, senti fome. Deram-me de comer e depois dormimos. No dia seguinte de manhã, repeti o mesmo tratamento. Quando eu lhe falei das alucinações estavam na minha

cabeça. Voltámos para casa da tia Matchibe, em Marracuene, e continuei com o tratamento. Após um mês, eu estava muito melhor e regressámos a Lourenço Marques acompanhados pela esposa do curandeiro que me disse que, ao chegar a casa, eu veria coisas estranhas mas não teria medo. Assim, na primeira noite após a nossa chegada, tomei os meus remédios e fui deitar-me. Algo de estranho aconteceu. Era como que um sonho. Eu via caras, algumas desconhecidas e outras não, a entrar furtivamente no meu quarto e a avançar para mim, querendo forçar-me a comer algo. Aí, a minha reacção era rir-me, sem medo, e as figuras fugiam.

Entretanto, já em 1931, voltei para Bela Vista. Numa noite de chuva, estava eu a dormir calmamente quando tive outra vez o mesmo tipo de alucinação e vi um sipaio fardado a entrar no meu quarto e a avançar para mim com os dentes arreganhados. Eu, então, na minha alucinação, corri com ele e insultei-o e ele fugiu. No dia seguinte perguntei na Administração quem era o sipaio que estivera de guarda à noite e lá me indicaram o mesmo que eu vira durante a alucinação. Dirigi-me então a esse sipaio e perguntei-lhe o que tinha ido fazer de noite ao meu quarto. Ele respondeu-me que apenas se fora abrigar da chuva na minha varanda, mas mostrou-se atrapalhado e comprometido.

Nunca tive grande fé em curandeiros mas não há dúvida de que o Nwa Mahlanguana sabia o que fazia, e lá tinha os seus poderes.

Mais tarde, em 1943, minha esposa Mónica Mpfumo faleceu, vítima de doença de peito e eu fiquei só com os meus dois filhos.

## A história de Thui-Thui

O caso passou-se em 1931 em Umpala, área de Boane. Vivia lá um colono chamado José Maria Craveiro. Um belo dia foi pedir-lhe emprego um jovem chamado Thui-Thui, que era natural da Moamba e precisava de trabalhar para pagar o imposto de palhota que na altura rondava os 175$00. Thui-Thui foi aceite como pastor de cabras com o vencimento de 50$00 mensais. Três dias após ter começado a trabalhar, Thui-Thui entendeu que nunca mais conseguiria juntar dinheiro de que precisava, e assim decidiu roubar ao seu patrão.

No dia dos acontecimentos que vou narrar, Thui-Thui saiu com as cabras tal como nos outros dias, mas regressou a casa de Craveiro pouco depois. Craveiro era casado em segundas núpcias e tinha uma enteada de cerca de oito anos. Chegado a casa de seu patrão, Thui-Thui afirmou que um grupo de meliantes o tinha ameaçado no caminho, roubando

as cabras. Craveiro, contrafeito, saiu com Thui-Thui em perseguição dos referidos meliantes e das cabras roubadas.

Foram andando, afastando-se cada vez mais de casa, Thui-Thui na dianteira, indicando o caminho, segurando o seu cajado de pastor. A certa altura, Thui-Thui desviou-se do trilho em que seguiam, dizendo que ia urinar. Quando regressou, convenceu Craveiro a seguir à sua frente dizendo-lhe que não havia que enganar, era sempre em frente. Andaram um pouco, e foi então que Thui-Thui desferiu um violento golpe na nuca de Craveiro com o seu cajado. Craveiro caiu imediatamente e Thui-Thui arrastou-o para debaixo de uns arbustos deixando-o parcialmente escondido. Depois atirou o cajado para o mato, ali perto, e voltou para casa.

A esposa de Craveiro admirou-se de o ver sem o patrão e, ao querer saber o que se passara, Thui-Thui respondeu que tinha lutado com o patrão, pois este o agredira, e que o tinha deixado caído, morto ou desmaiado, no mato. Alarmada, a senhora mandou que a criança fosse a correr chamar um dos vizinhos[14], o colono Verde de Castro.

A criança saiu a correr, mas entretanto Thui-Thui atacou a senhora com um machado que ali encontrou, tendo-lhe desferido dois golpes profundos na cabeça. Ouvindo os gritos da mãe, a criança voltou para trás. Ao vê-la, Thui-Thui atacou-a também à machadada.

Thui-Thui arrastou os corpos da senhora e da menina para o interior da casa, abriu as malas, retirou de lá a roupa de cama e vários fatos, compôs uma trouxa e foi-se embora no sentido Umpala-Goba, a pé, ao longo da via-férrea.

Entretanto, em Umpala, o duplo assassinato da senhora de Craveiro e sua filha foi descoberto, mas a versão que corria entre os outros colonos era a de que, sendo Craveiro um homem ciumento, muito mais velho do que a sua esposa, por qualquer desentendimento tê-la-ia morto como à enteada e teria fugido, possivelmente para se ir suicidar ali perto, uma vez que era doente e não poderia ter ido para muito longe. Contudo, não se tinha encontrado explicação para o desaparecimento do criado, embora também Craveiro tivesse fama de ser pessoa em casa de quem os criados não aguentavam muito tempo.

Thui-Thui, que depois da estação de Umpala mandara parar um comboio que ia para Goba, viajou com a sua trouxa até à localidade. Daí resolveu seguir para a Matola, Língamo, onde queria ir procurar emprego e onde vivia uma prima sua.

Já no comboio, o maquinista perguntara a Thui-Thui o que continha

14 Na zona havia uma espécie de colonato. As casas dos colonos ficavam relativamente perto umas das outras.

a trouxa, pois que, naturalmente, roupa branca nas mãos de um preto levantava suspeitas.

Uma vez na Matola, Thui-Thui tentou vender a roupa sem o conseguir. Alertado, o régulo da área prendeu Thui-Thui e comunicou o facto às autoridades do posto da Munhuana, então parte da circunscrição de Marracuene.

Entretanto, Serra Cardoso, administrador de Maputo (Bela Vista), tentava solucionar o caso do duplo assassinato de Umpala, área de sua jurisdição, e comunicara às autoridades vizinhas a necessidade de captura de qualquer suspeito.

O chefe do posto da Munhuana, com jurisdição sobre a Matola, soubera da prisão de um preto que tentava vender roupa de um branco, e suspeitou do seu envolvimento nos acontecimentos de Umpala, comunicando a sua suspeita ao administrador Serra Cardoso.

Assim, o administrador e eu próprio, na minha qualidade de intérprete da administração de Bela-Vista, viemos à Matola, onde Thui-Thui nos foi entregue pelo administrador de Marracuene.

De volta a Bela Vista, Thui-Thui confessou os factos pelo que o administrador resolveu convocar uma conferência de imprensa e organizar a reconstituição do crime, no próprio local dos factos, em Umpala. Estiveram presentes representantes do jornal *Emancipador,* órgão da Associação dos Operários Ferroviários, do *Direito*(75), e do *Guardian*(76), periódicos da capital, do jornal *Notícias*(77) que já existia como diário, e de *O Brado Africano,* órgão do Grémio Africano.

*O Brado Africano* fazia-se representar pelo seu director, Dr. Karel Pott. Na hora indicada, perante os presentes que incluíam também populações locais e colonos da região, o preso procedeu a uma demonstração de como se tinham passado os factos, indicando o local onde escondera o corpo de Craveiro (o qual ainda lá se encontrava), o local para onde atirara o pau que servira de instrumento do primeiro crime (que também ainda lá estava) e indicando, depois, o local de onde tirara o machado e a forma como atacara a senhora e a menina.

Após esta descrição do crime e sua reconstituição, estando eu a guardar o preso, um dos colonos da zona, de nome Lopes de Castro, chamou à parte o secretário que era um tal Chambino, transmitindo-lhe que o seu grupo queria pedir ao administrador que o preso lhe fosse entregue para fazerem justiça. Transmitido o pedido ao administrador, este voltou-se para os presentes e disse que o preso, uma vez nas suas mãos, só seria entregue ao tribunal competente para o julgar. Acto contínuo, pediu-me a

pistola que eu tinha no bolso e que ele próprio me tinha confiado, abriu-a, verificou se tinha balas e disse: " A partir daqui, fico eu a tomar conta do preso, e quem quiser tocar num só cabelo deste homem terá que passar primeiro por cima do meu cadáver. Eu não sou o Simões Silva[15]".

Posto isto, o administrador, pessoalmente, munido de uma guia e do processo que foi elaborado após a confissão de Thui-Thui, acompanhou-o para o tribunal criminal de Lourenço Marques e aí entregou-o ao juiz.

Ainda hoje revejo a cena, tão impressionado fiquei. Tal como a história de Hassan, a história de Thui-Thui foi por mim contada várias vezes aos meus filhos, quando eles eram pequeninos.

## Comunicação curiosa

Sobre o crime cometido por Thui-Thui, recordo-me de que a Administração de Bela Vista recebeu a seguinte comunicação curiosa por parte do chefe do posto de Goba, Sousa e Silva, cuja jurisdição se estendia até Umpala: "Foram assassinados em Umpala duas brancas. Uma das assassinadas seguiu para o Hospital de Lourenço Marques gravemente ferida." Sem dúvida que é curiosa esta situação da assassinada gravemente ferida. Esta comunicação curiosa, por parte de um chefe de posto, não foi porém a única que conheci.

Lembro-me de uma outra de autoria de outro chefe do posto, a qual constava de uma guia que acompanhava homens presos para chibalo, para a administração da respectiva área, a qual rezava assim: "Seguem para essa Administração, vinte voluntários devidamente algemados". É que este chefe de posto era sensível às críticas que na altura se faziam ao termo "chibalo" ou "serviço obrigatório", pelo que na sua ingenuidade resolveu utilizar o termo "voluntários".

Mas não deixa de ser curiosa esta situação do "voluntário devidamente algemado".

## Santaca e a revolta do algodão

Em 1932, o administrador de Bela Vista, que continuava a ser Serra Cardoso, recebeu ordens do governo-geral para introduzir na sua zona a cultura do algodão. O algodão começava então a ser considerado como produto importante para a economia da colónia.

O administrador decidiu que todos os camponeses deviam plantar um hectare de algodão nas suas machambas. Fizeram-se demarcações dos terrenos de cada família, com indicações precisas da zona que deveria ser plantada. Fizeram-se banjas[16] de explicação de como cultivar o algodão

15 Ver o caso descrito anteriormente sob o título "Linchamento de um negro".
16 Reuniões da população convocadas pelas chamadas autoridades gentílicas.

e como tratar os campos cultivados. Procedeu-se a uma distribuição de sementes na Administração.

Quando chegou a altura das colheitas, o administrador forneceu os sacos e quer os camponeses quer os colonos começaram a trazer a sua colheita para a Administração onde, perante um representante da Agricultura, o produto devia ser classificado, pesado e pago.

Sucedeu então que todo o algodão dos colonos foi classificado como de primeira classe; o algodão produzido pelos camponeses era classificado como de terceira classe e, excepcionalmente, como de segunda classe. O preço do algodão de terceira classe era de $20 (vinte centavos) o quilo.

Uma grande parte dos camponeses não conseguiu pagar os seus impostos com o produto de venda do algodão. Por outro lado, 1932 foi um ano fraco em culturas alimentares, e eles atribuíram o facto à campanha de algodão que não lhes teria dado tempo para se dedicarem à produção de comida. Assim, muitos tiveram de ir para o chibalo[17] por falta de pagamento de imposto. Este facto provocou um grande descontentamento.

No ano seguinte, 1933, tornou-se a falar nas banjas sobre a importância do algodão. O régulo da zona, Santaca, recebeu queixas da sua população. Diziam que se recusavam a fazer algodão porque levavam muito tempo a cultivar e a cuidar dele e no fim do ano nem algodão nem comida nem dinheiro para impostos.

Santaca fez uma banja lá na sua povoação para tentar sensibilizar a população para a causa do administrador, mas a população disse-lhe: "Se tu não tens capacidade para resolver este problema, leva-nos ao administrador. Queremos falar com ele". Assim Santaca não teve outro remédio; levou a sua gente para a Administração.

Eram mais de quinhentos, todos a cantar. Mais mulheres do que homens.

O administrador não estava, mas estava o secretário, Santa Clara, a quem, por meu intermédio, Santaca explicou que o povo queria falar com o administrador. O secretário pediu que eles voltassem depois, porque o administrador no momento não estava. Foram-se embora.

No dia seguinte apareceram novamente. Eles disseram-me assim: "Intérprete, diga ao administrador que devemos o imposto; por mais sacos que vendamos, não conseguimos pagar nem sequer o imposto de uma só palhota; uma povoação tem normalmente de cinco a seis palhotas; não temos tempo para produzir comida; temos fome".

Eu interpretei. O administrador respondeu. O diálogo prosseguiu. A reunião durou horas. Falei tanto que já estava cansado. Houve então

17 Trabalho forçado

um incidente. Dois dos camponeses saltaram para o local onde estava o administrador e começaram a dançar e a gesticular desafiadoramente à frente dele. O administrador, escandalizado e incrédulo, chamou dois sipaios para os prender e levá-los ao calabouço. Mas, para tanto, o séquito tinha de passar no meio da multidão, que entretanto atacou e bateu os sipaios, tendo os prisioneiros fugido. Aí, os sipaios entraram em pânico, a população estava aos gritos; era um barulho ensurdecedor; e atiraram com as suas senhas do imposto para cima do administrador e para a varanda onde ele estava, dizendo: "Fica com o teu algodão, nós vamos todos embora para a Zululândia; não queremos ter mais nada a ver com vocês". Cercavam o administrador que entretanto foi "salvo" pelo seu secretário, que, no meio da confusão, o foi puxar dizendo que ele tinha de atender a uma mensagem urgente na secretaria. A população acabou por se ir embora a cantar e a gritar, juntamente com o régulo. Depois disto, o administrador foi fechar-se em casa durante o resto daquele dia, com medo dos pretos revoltados. No dia seguinte vieram dizer-nos que o régulo Santaca e uma boa parte da sua gente e gado tinham atravessado a fronteira para a África do Sul.

Santaca foi para Zululândia, para a região do régulo Ngwanaze (que fugira da zona da Bela Vista no tempo de Mouzinho de Albuquerque como já referi). Ngawanaze já não era vivo, mas sucedera-lhe o seu filho Muhlupheki[18]. Esta região chama-se hoje Ingwavuma[19].

O filho de Ngwanaze, Muhlupheki, era primo de Santaca. Recebeu-o e deu-lhe terras. Como gesto de boa vontade, mandou juntar estacas, capim e caniço para a construção das casas para os recém-chegados. Porém, a gente de Muhlupheki não ficou contente com a situação porque diziam que Santaca era ambicioso e iria destronar o seu primo que era muito bom. Assim, iam cortar o material durante o dia e à noite ateavam incêndios para queimar o material.

Diziam também que, desde que lá chegara Santaca, tinham aparecido manadas de elefantes naquela zona, as quais faziam estragos nas machambas. Portanto, Santaca trouxera consigo elefantes.

Um dia Muhlupheki convidou Santaca para ir apresentá-lo à Administração inglesa em Ingwavuma. Foram num carro com condutor. No caminho, Muhlupheki mandou parar o carro e saiu como se fosse

18 Em 1930 fui com o administrador visitar Ngwanaze, a Ingwavuma. Aproveitámos uma deslocação à Ponta do Ouro onde íamos erguer o farol que ainda lá está. Fomos a uma povoação que Ngwanaze criou a cerca de vinte quilómetros da fronteira da Ponta do Ouro. Ngwanaze morreu pouco depois, e foi sucedido por seu filho Muhlupheki.

19 Actualmente, bantustão da África do Sul.

fazer necessidades na mata; daí a pouco surge uma forte trovoada. Às tantas Santaca sai para o lado contrário e caiu um raio aí perto.

Então Muhlupheki regressou para perto do carro e travou este estranho diálogo com Santaca: "Então, primo, o que pensas que estás a fazer ?" ao que Santaca respondeu: "Tu foste o primeiro, não foste?". Nessa altura Muhlupheki respondeu: "Está bem, já sei o que tu sabes, deixemos esta brincadeira, que ainda nos podemos aleijar".

E assim meteram-se no carro e prosseguiram o seu caminho. A trovoada desapareceu tão subitamente como tinha surgido. Aliás, estava uma bela tarde de sol, com pouquíssimas nuvens.

Quem me narrou este episódio foi o próprio Santaca[20].

Na Administração, os ingleses não receberam Santaca com muito estusiasmo, e como a população local também não simpatizava com a sua gente, ele quis voltar para Moçambique. De resto, a terra de Ingwavuma é arenosa, pouco fértil, e com muita falta de água.

Santaca voltou e foi muito bem recebido pelo mesmo administrador, Serra Cardoso. Só que já não ficou como régulo porque o verdadeiro titular desse lugar, Qapezulu[21], entretanto tinha acabado de regressar do seu auto-exílio na Zululândia.

## Siguidana, o encantador de serpentes

Em 1932, a administração de Maputo (Bela Vista), onde eu então trabalhava, recebeu uma solicitação por parte do almoxarife da Fazenda, de nome Fialho, no sentido de serem fornecidas cobras vivas ao Jardim Zoológico de Lourenço Marques. Através dos chefes de terras e régulos, descobriu-se que existia em Salamanga, na área de Madladlana, um homem de nome Siguidana Honwana, que era encantador de serpentes.

Siguidana foi chamado à Administração e incubido da tarefa de trazer cobras vivas. Para tanto, o almoxarifado enviara caixas próprias para o transporte das cobras.

Siguidana contou-me que detectava as cobras pelo cheiro e que apanhava mesmo as cobras que se escondiam nas árvores. Nunca me revelou, porém, o mistério de as cobras não lhe fazerem qualquer mal,

---

20 Naquele tempo acreditava-se muito no dom, que algumas pessoas desenvolviam, de provocar trovoadas dirigindo faíscas para alvo concreto. A expressão "enviar uma trovoada a alguém" é comum na tradição oral de muitas línguas bantu.

21 Qapezulu era filho de Madubula, o irmão de Ngwanaze que o sucedera quando este emigrou para Ingwavuma no tempo da guerra de Mouzinho de Albuquerque. Assim, pelas regras de sucessão, Qapezulu era o verdadeiro titular do lugar; só que este emigrara para a Zululândia, em dada altura, pelo que o seu lugar fora temporariamente ocupado por seu primo Santaca.

nunca. Certa vez Siguidana ausentou-se do serviço durante alguns dias, para tratar de assuntos da sua vida, sem ter pedido autorização a ninguém. Quando regressou, o administrador repreendeu-o, dizendo-lhe que esta sua ausência atrasara o envio de cobras para o almoxarifado. Siguidana (que achava que o seu salário não correspondia à importância da sua tarefa) irritou-se com o administrador pela reprimenda, e foi-se embora. Daí a pouco, regressou trazendo ao pescoço uma cobra enrolada, à laia de lenço ou gravata. Dirigiu-se a mim na secretaria, dizendo que queria falar com o administrador. Eu conduzi-o ao gabinete do administrador que o mandou entrar. Porém, ao ver a "gravata" de Siguidana que avançava pelo gabinete, o administrador começou a gritar que tirassem aquele homem e a sua cobra dali. Siguidana não perdeu a compostura, saiu do gabinete, foi guardar a cobra numa das caixas, e depois apresentou ao secretário da administração a sua exigência de aumento de salário. A exigência não foi satisfeita e Siguidana resolveu abandonar o trabalho e ir embora para Ingwavuma.

Aqui termina a breve experiência de trabalho assalariado de Siguadana Honwana, o encantador de serpentes.

## João Albasini, o Grémio Africano e o *Brado Africano*

Em 1908 ou 1909 foi fundado o Grémio Africano pelos irmãos Albasini e outros homens distintos da altura, que na sua maioria eram mistos. Depois, fundaram um jornal chamado *O Africano*(78). Cerca de 1917 ou 1918, acabou *O Africano* e surgiu em seu lugar *O Brado Africano,* que desde o início tinha o carácter de órgão de defesa dos interesses dos africanos.

Em 18 de Janeiro de 1919 surgiu a lei da assimilação[22].

Nessa altura era governador da colónia Pedro Francisco Massano de Amorim. Nem todos os africanos aceitaram esta lei que consistia no seguinte: o africano que se considerasse "civilizado" devia fazer um exame, respondendo a certas perguntas e deixando que uma comissão fosse a sua casa ver como é que vivia, se sabia comer como um branco, à mesa, se se calçava e se tinha uma só mulher. Quando ele era aprovado, passavam-lhe um documento chamado "alvará de assimilação" pelo que se pagava meia libra-ouro ou o seu correspondente. Isto dava direito ao registo dos filhos no Registo Civil e ao acesso às instâncias judiciais reservadas aos considerados cidadãos. A partir da assimilação, os assuntos de um africano já não eram tratados no juízo privativo dos indígenas ou nas banjas dos régulos. A assimilação era também uma forma de não pagar os impostos

22 Portaria nº. 1041 B.O. nº 3 de 18 de Janeiro de 1919.

dos indígenas, como por exemplo o imposto de palhota, e de não ser levado para o chibalo.

Em *O Brado Africano*, pela pena do grande jornalista João Albasini, apareceram vários artigos contra a lei de assimilação.

João Albasini denunciava o carácter discriminatório da lei e reclamava a extensão dos "privilégios" reservados aos assimilados a todos os africanos, reconhecendo-lhes a plena cidadania.

Como essa luta a esse nível não surtisse efeito, ele foi ao parlamento português, a Lisboa, defender as suas ideias, e conseguiu que a lei fosse revogada em 1921. Infelizmente, a mesma lei viria a ressurgir, já no tempo do ditador Salazar.

João Albasini era descendente de um colono(79). O seu pai era misto e ele era misto quase preto, "cafuso"(80). Dizia-se republicano (em oposição à monarquia) e era bem relacionado nos meios republicanos portugueses. Que eu saiba ele tinha apenas a quarta classe; é que nessa altura não existia aqui liceu nem escola secundária. João Albasini era amigo pessoal de Brito Camacho e de outros republicanos. Quando em 1921 Brito Camacho foi colocado em Moçambique como alto-comissário, a primeira pessoa a quem ele abraçou no cais, à chegada, foi João Albasini, tratando-o por "Ó João, estás bom?". Eu testemunhei, porque estava lá a assistir à chegada do alto-comissário.

Em 1922 João Albasini já era bem conhecido como homem das ideias republicanas. No dia 5 de Outubro de 1922(81) ele resolveu visitar Ressano Garcia, tendo de antemão avisado de tal facto o fiscal da Migração, Mota Marques. Ora o dia 5 de Outubro desse ano era uma sexta-feira, dia de chegada de trabalhadores das minas da África do Sul (magaíças) e, consequentemente, dia de grande negócio para os comerciantes da vila. Porém, Mota Marques, sabedor das simpatias republicanas de João, ordenou que, pelo menos dessa vez, se fechassem todas as cantinas de Ressano Garcia, em observância do feriado da República, o 5 de Outubro. Mota Marques pensava, e com razão, que se João Albasini encontrasse as lojas abertas naquele dia, esse facto constituiria motivo para grandes parangonas de censura e protesto nos jornais.

Na altura, eu, que como já referi estava em Ressano Garcia, tive o ensejo de ir cumprimentar João Albasini à sua chegada à vila. Ele vinha acompanhado de um jornalista angolano, de nome José Manuel Lameiras, o qual estava de passagem para a sua terra natal, de regresso do exílio em Timor. Lameiras fora mandado para Timor pelo militar português Norton de Matos(82), ao tempo em que este era alto-comissário em Angola.

Só depois da partida do comboio que levou João e o seu amigo de volta

para Lourenço Marques, às 17 horas, é que Mota Marques se atreveu a autorizar a abertura das cantinas.

A propósito da personalidade de João Albasini, lembro-me de duas histórias que se passaram com ele.

De uma vez, João foi ao cinema com alguns amigos e pessoas de sua família, ao teatro Gil Vicente. Apagaram-se as luzes e o filme começou. Um oficial português que tinha ocupado um lugar na fila da frente dava sinais de embriaguês, pois de vez em quando levantava-se, aplaudia e berrava, incomodando toda gente. Isto repetiu-se por várias vezes até que João interveio, dizendo ao oficial que se deveria manter sossegado para deixar as outras pessoas verem o filme. Na altura, o oficial pediu desculpas e sentou-se. No intervalo, porém, ao voltar-se para trás, o oficial encarou com Albasini e disse em tom vexado: "Afinal de contas é um preto que se atreve a mandar-me sentar..." Aí João não fez mais nada: levantou-se (ele era muito grande e forte), atirou com as mãos aos ombros do oficial, abanou-o e arrancou-lhe as divisas, insultando-o. Os amigos do oficial, vendo que este ainda se queria defender, trataram de puxá-lo dali para fora, pedindo que não arranjasse sarilho com aquele homem, que era preto, sim, mas não era um preto qualquer, era um terrível jornalista, João Albasini. Arrastaram dali o oficial, meteram-no num riquexó e mandaram-no para casa. João saiu directamente para o governo-geral, onde fez questão de ser imediatamente recebido pelo governador a quem entregou as divisas do oficial, contando o que se passara, e exigindo medidas imediatas. O governador mandou saber quem era o oficial implicado e enviou-o de regresso a Portugal no primeiro navio.

De uma outra vez, João, que tinha estado a assistir aos exames da quarta classe numa escola, escreveu um artigo revelando as façanhas de um professor branco de nome Cardoso que fora injusto ao examinar um aluno negro. O referido Cardoso, ao ler o artigo, ficou furioso, mas não podia responder porque para isso era preciso escrever tão bem como João Albasini, o que era difícil, ou então ter razão, o que também não era o caso.

João costumava almoçar num dos hotéis mais finos da cidade (penso que seria o Carlton), que fica onde hoje é a rua de Bagamoyo. Depois do almoço, João vinha sempre descansar nos bancos do jardim da Praça 7 de Março. Cardoso, um dia, munido de uma bengala, fez uma espera a João, escondido atrás de uns arbustos, e atacou-o traiçoeiramente, atingindo-o num olho que por pouco ia ficando inutilizado; João Albasini dessa vez ficou mesmo maltratado, e teve de ser transportado para o hospital.

Após a sua morte, encontrou-se, entre os vários papéis de João Albasini,

um apontamento acerca de uma paixão por uma mulher com quem ele quis casar-se, o que porém nunca sucedeu. Estes apontamentos foram mais tarde editados em livro, com o título *Livro da Dor*. A edição deste livro esteve a cargo do jornalista Marciano Nicanor da Silva, um dos colaboradores de *O Brado Africano*, bem como do sobrinho do autor, o Luís António Albasini.

Embora João nunca se tenha casado (teve vários filhos, porém), o conteúdo deste livro patenteava a intensidade da paixão que sentiu pela mulher que o inspirou.

Para mim, João foi um dos maiores jornalistas e escritores que conheci, embora me tenham impressionado os trabalhos de outros jornalistas da época como, por exemplo, José Albasini, Estácio Bernardo Dias, Francisco de Haan, Joaquim Suarte, Mário Ferreira, Joaquim Dourado, Edmundo Benedito da Cruz (O Diabinho) e vários outros(83).

## Anjuman Anuaril Isslamo

Entre as várias associações de africanos surgidas nos primeiros anos deste século, há a salientar a Associação de Socorro Mútuo e de Ensino Islâmico, Anjuman Anuaril Isslamo.

Os muçulmanos moçambicanos, na sua maior parte, são descendentes de mercadores indianos e árabes que vinham fazer o seu comércio no nosso território e aqui acabavam por se estabelecer. A vinda destes mercadores para Moçambique, segundo os historiadores, é anterior à vinda do colono europeu. Começaram por estabelecer-se no Norte, em feitorias comerciais, mas depois desceram até ao extremo sul, seguindo sempre a costa.

Como já referi a propósito do lobolo de minha mãe por indianos, estes mercadores geralmente não traziam consigo as suas esposas e filhos. Quando porventura cá se estabeleciam, lobolavam raparigas locais, as quais acabavam muitas vezes por se converter ao islamismo.

A propósito de negros convertidos ao islamismo, eram muito frequentes aqui no Sul aqueles que designamos por mudjojos, oriundos de Zanzibar, de Pemba e das Comores.

Em 20 de Junho de 1883 nasceu em Lourenço Marques Ahmad Dulla Ismael, filho de Dulla Ismael, um indiano originário de Damão. Ahmad Dulla Ismael viria a ter um papel importante no desenvolvimento sócio-cultural da comunidade maometana de Lourenço Marques e na fundação da Associação Anjuman Anuaril Isslamo.

Ahmad Dulla Ismael era filho de mãe negra, ronga, e foi mandado estudar na Índia por seu pai. Ao regressar, no ano de 1900, apercebeu-se

do estado de grande atraso cultural e social dos seus conterrâneos, pelo que fundou, em 1906, uma escola nocturna em sua própria casa. O ensino que ele ministrava era o ensino corânico.

Foi Ahmad Dulla quem, pela primeira vez entre nós, fez uma adaptação, para a língua ronga, de textos e livros escolares árabes. Aliás, ele seguiu o método utilizado pelos missionários da Igreja da Missão Suíça e da Igreja Wesleyana ao traduzirem e editarem a Bíblia e outros livros em ronga. É preciso sublinhar que havia um bom relacionamento entre a comunidade maometana e a Missão Suíça naquela altura, e isto explica-se, em parte, pelo facto de muitas das mulheres negras que se iam convertendo à religião maometana, por força dos seus casamentos com indianos, terem antes pertencido ou à Igreja presbiteriana ou à Igreja metodista, as quais estavam em expansão nesta zona do país.

Ainda no quadro desta preocupação pela elevação do nível sócio-cultural dos maometanos moçambicanos, foi fundada em 1906 uma associação maometana designada Kuate Ahwane Swafo. O seu primeiro presidente foi Mussá Jivá, comerciante, descendente de indiano e negra, casado com a minha irmã Habiba.

Porém, nesta associação começou a verificar-se uma certa tendência para a segregação; por exemplo, nas festas e funções religiosas, os associados agrupavam-se em lugares separados consoante se tratasse de filhos de indiano e negra, filhos de indiano e mestiça ou de maometanos negros.

Devido a esta situação, com a qual muitos dos membros da associação não concordavam, e devido ainda a outros problemas de gestão que surgiram, a Kuate acabou por ser dissolvida.

Lembro-me de que um dos membros desta associação foi um maometano abastado recrutador de trabalhadores para a empresa mineira WENELA, que era conhecido entre nós por Gulamo "Nwa Hosi".

Em 1912 funda-se então a associação Anjuman Anuaril Isslamo. Alguns sócios fundadores foram Ahmad Dulla, Hassan Tricamo, Ali Tricamo, Mussá Jivá, Mussá Vergi e Ibrahim Gerage.

Para além da escola maometana, que se tornou um centro cultural importante em Lourenço Marques, a Anjuman desenvolvia uma grande actividade social, criando fundos para lutuosas, para socorro a famílias necessitadas, e construindo mesmo quatro barracas de madeira e zinco para a recolha de maometanos pobres. Esta associação, contrariamente à sua antecessora, a Kuate, prestava asssistência social independentemente da origem social do socorrido.

A Anjuman Anuari Isslamo prestou também atenção à necessidade de desenvolvimento do desporto entre as camadas mais jovens, e foi assim

que em 1915 se fundou, sob a égide da associação, o Grupo Desportivo Mahafil Isslamo.

Mais tarde, houve uma cisão no Mahafil e dela resultou a fundação de outro grupo de futebol: o Atlético Maometano. Uma vez, porém, que a cisão não tinha por base um antagonismo absoluto, os dois clubes vieram a conciliar-se e a estabelecer laços de colaboração através dos bons ofícios de Saíde Abdul Cadre e outros membros da comunidade.

Iniciou-se então um processo de angariação de fundos para a construção de um campo de futebol. Para tal, abriu-se uma subscrição pública. O grande impulsionador desta empreitada foi o tio Hassan Tricamo, então presidente do Anuaril Isslamo. E assim se construiu o campo de Mahafil Isslamo, na zona de Kokolwena-Minkadjuine, em Lourenço Maques. Após a Independência Nacional, o Mahafil Isslamo passou a denominar-se "Flamingos".

Em 1938, a velha barraca onde funcionava a escola da comunidade encerrou por ordens da Administração portuguesa, que passou a proibir o funcionamento de escolas em casas que não fossem de alvenaria.

Novamente a comunidade maometana se quotizou para a construção de uma casa de alvenaria para servir de escola. Trata-se do edifício que ainda hoje existe na cidade de Maputo, na zona de Xipamanine, a escola Anuaril Isslamo.

Hoje, um dos professores desta escola é o filho mais velho de Ahmad Dulla Ismael, Nuro Ahmad Dulla, com o qual costumo conversar sobre estes assuntos.

## Congresso Nacional Africano

Mais ou menos em 1920 surgiu uma agremiação política, com o nome de Congresso Nacional Africano, formada por moçambicanos, na sua maioria de raça negra e alguns mestiços e até uns poucos brancos, que tinham saído por cisão do Grémio Africano. É que no Grémio Africano se tinha instalado a ideia de que os mistos queriam dominar os pretos ou pelo menos estes assim o entenderam. Este Congresso Nacional Africano criou o seu órgão mensal bilingue (ronga e português) chamado *Sol de África* ou "**Dambu dja África**", ao qual os brancos, por desconhecerem a língua ronga, chamavam simplesmente "Dambuda". O Congresso Nacional Africano de Moçambique mantinha contactos com o ANC da África do Sul que já existia. Os seus fundadores foram, entre outros, Lindstrom Mathithe(85), Jeremias Nhaca(86), João Tomás Chembene(87) e José da

Conceição Hobjana(88) (este último, avô materno de Josina Machel(89), heroína da Revolução Moçambicana).

O primeiro presidente da direcção foi Chembene. Era um empregado comercial. Falava muito bem inglês e português. Outros sócios fundadores foram Amade Dulla(90), Benjamim Moniz(91), Hassan Tricamo (meu tio) e outros.

Hassan Tricamo era secretário da direcção. As reuniões da direcção eram feitas em casa dele, e por isso é que acompanhei de perto esta agremiação, embora fosse bastante jovem na altura. Conseguiu-se a adesão das populações dos arredores da cidade. Faziam-se comícios públicos onde se falava dos problemas das populações, em geral, e havia sempre muita gente presente. Assistentes aos comícios eram também alguns régulos das cercanias de Lourenço Marques, por vezes acompanhados de gente das suas terras. Eu assisti a muitos comícios em que o tema era sempre os direitos dos africanos e certas críticas, embora muito veladas, ao governo. Talvez por causa do perigo que isto representava para o governo colonial, esta agremiação durou muito pouco tempo. Em inícios de 1923 deixou de existir. Esta foi talvez a primeira agremiação de africanos, com carácter essencialmente político, de debate e de contestação, aqui no Sul.

## "Tea Meetings" ou entre nós, "timite"

A prática de "timite", como aqui era chamada, começou na África do Sul. Na então Lourenço Marques foi introduzida em 1919, mais ou menos. E o que era o "timite"? Era uma espécie de convívio em que um grupo de pessoas se exibia em diferentes manifestações, cantando, dançando, fazendo mímica, tocando piano ou outro instrumento qualquer.

Recordo-me de ter assistido a "timites" organizados quer pelo Congresso Nacional Africano de Moçambique, quer pelo Anuaril Isslamo, quer pelo Grémio Africano. Os grupos culturais vinham normalmente da África do Sul. Com estas iniciativas pretendia-se angariar fundos e proporcionar recreação de qualidade. Assim, as entradas eram pagas, com a excepção das crianças e dos membros da agremiação organizadora.

Na altura constava-nos que os grupos que vinham da África do Sul para actuar em "timite" tinham ligação estreita com o A.N.C. da África do Sul.

A propósito desta prática, o meu sogro Jeremias Dick Nhaca contou-me o seguinte episódio: encontrava-se ele na África do Sul (onde viveu muito tempo) e foi convidado a assistir a um "tea meeting". Nele actuava, ao lado de artistas sul-africanos, um moçambicano chamado João Pedro dos Santos Hobjana, alcunhado de "Magrefo" (irmão de José da Conceição

Hobjana, fundador do Congresso Nacional Africano de Moçambique). Magrefo propunha-se cantar uma canção em português, acompanhando-se a si próprio ao órgão. Ora sucede que este homem mal sabia português e a letra da canção que cantava soava mais ou menos desta maneira:

"Eu sou esposana mas que vinde cá"
"Eu sou esposana mas que vinde cá"
"Eu sou rapazes mas que vinde cá"
" Eu sou rapazes mas que vinde cá..."

Esta criação de Hobjana valeu-lhe uma grande ovação por parte dos sul-africanos que ficaram encantados com o seu português e uma grande risada por parte dos poucos moçambicanos que percebiam português o suficiente para perceber que Magrefo não sabia português nenhum.

## Instituto Negrófilo

Em 1932 fundou-se uma nova agremiação chamada "Instituto Negrófilo" onde predominavam africanos de raça negra. O Instituto correspondeu à segunda cisão no Grémio Africano.

Quando chegou a altura de eu e outros jovens fazermos vida associativa, inscrevíamo-nos na única agremiação que então existia para nós, o Grémio Africano. Eu fui assinante de *O Brado Africano,* do qual era também colaborador. Porém, quando chegava altura dos bailes e das festas, as raparigas, na sua maioria mistas, recusavam-se a dançar connosco, os pretos. Havia portanto participação intelectual, se posso dizer assim, mas não integração social. Nós quase nos tornámos numa associação dentro do próprio Grémio.

Os responsáveis pela cisão, e sócios fundadores da nova associação, foram Brown Paulo Dulela(92), que fora também sócio-fundador do Grémio Africano, Levim Maximiano, Enoque Libombo, Jeremias Dick Nhaca e eu próprio, além de outros.

Nessa altura, o Grémio Africano dirigido pelo Dr. Karel Pott(93) não apoiou a fundação do Instituto, naturalmente. Karel Pott explicava que os brancos nos estavam a dividir para enfraquecer a nossa força.

Isto dava-se numa altura em que *O Brado Africano* combatia frontalmente a acção do governo português, porque antes, no tempo dos Albasinis, a crítica ao nível de *O Brado* tinha sido mais suave e literária. Karel Pott foi o primeiro a levar a cabo uma campanha dura e aberta contra o governo. Embora não concordasse com a fundação do instituto, Pott compreendeu a nossa atitude e quem fez os nossos estatutos e tratou da parte burocrática para a fundação da associação foi um advogado amigo seu, o Dr. Nordeste.

Vejo agora claramente o ponto que defendia Karel Pott. Realmente, o governo, contrariamente ao que seria de imaginar, apoiou muito a fundação do Instituto Negrófilo. Tanto o governador de então, José Cabral, como o seu irmão, Augusto Cabral, director do Serviço dos Negócios Indígenas, apoiaram-nos e encorajaram-nos. Isto só se pode compreender porque queriam de facto a nossa divisão por raças. Mistos de um lado, pretos do outro lado. Eles iam às nossas festas no Instituto Negrófilo, comiam, bebiam e dançavam com as nossas mulheres, comportando-se com todo o respeito, é certo, embora não me lembre de que eles lá tivessem alguma vez levado as suas mulheres. Também o João da Silva Pereira, que na altura era o presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques, deu o seu apoio. Foi precisamente no tempo deste presidente que se construiu o actual edifício do Conselho Executivo, porque antes disso a câmara funcionava no edifício onde hoje funcionam as secções criminais do Tribunal Popular da Cidade de Maputo.

Nesta primeira fase, o Instituto Negrófilo tinha como únicas actividades a recreação, bailes, excursões e actividades culturais. Tinha uma direcção e uma assembleia geral. Tinha também uma biblioteca. Tinha uma atitude passiva em relação ao governo colonial.

Numa determinada altura, o governo colonial mudou o nome das agremiações: o Instituto Negrófilo passou a chamar-se Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, e o Grémio Africano passou a chamar-se Associação Africana.

Após a morte de Brown Dulela, Enoque Libombo ocupou o cargo de presidente da direcção durante quinze anos consecutivos. Depois dele foi o Levim Maximiano e depois o Augusto Salomão Magaia[23].

O centro estava mais ou menos subordinado à Direcção dos Negócios Indígenas. Quando um tal capitão Montanha era director dos Negócios Indígenas, fundaram-se várias associações profissionais para indígenas, como sejam a dos Engraxadores, a dos Mainatos, a dos Barbeiros, a dos Comerciantes, etc. Esta acção continuava a ter como objectivo a nossa divisão. Desta vez entre pretos assimilados e pretos não assimilados. Mais tarde, no tempo do administrador Afonso Ferraz de Freitas(94) na década de 50, essas associações todas passaram a depender da Administração do Concelho de Lourenço Marques.

23 Houve mais dois presidentes do centro, já em épocas mais recentes e pouco antes da independência, o Filipe Júnior e o Domingos Arouca.

O edifício que, até à altura da Independência Nacional, serviu de sede ao Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique, foi inaugurado em 1939, ano em que se iniciou a Segunda Guerra Mundial.

## Sobre Brown Paulo Dulela

Brown Paulo Dulela era empregado da Fábrica de Cimentos do Língamo (Portland Cement). Tinha ligações com elementos do A.N.C. da África do Sul, como Clement Kadhal(95), Dr. Jabavo(96) e outros. Brown Dulela era homem com grande sentido de humor e muita personalidade. A propósito dele, lembro-me de uma história engraçada.

Naquela altura, nos hotéis Cluc e Carlton e em outros hotéis de luxo não se recebiam pretos. Estes hotéis eram geridos por ingleses. Dulela urdiu então um plano com um amigo seu inglês; pegou nas suas malas e foi até ao cais. Daí, o seu amigo foi buscá-lo e conduziu-o num riquexó para o Hotel Carlton. Aí chegados, o inglês apresentou Dulela como um negro norte-americano, homem de negócios, e desta forma, por consideração para com o inglês, e porque não se tratava de um preto de cá, ele foi aceite no Carlton. Ele não tinha problemas de língua, falava excelente inglês. Ao terceiro dia da sua estadia, o seu amigo foi novamente ao hotel Carlton, levantou as malas de Brown e conduziu-o à sua casa, no Chamanculo.

Cerca de 1934, ele foi a Portugal passear. Escreveu-nos (para o Instituto Negrófilo) dizendo que, estranhamente, antigos colonos, que nunca se deram com ele cá, lá em Portugal tinham-no tratado bem.

Sei que esteve em Espanha, na Hungria e na Alemanha (de Hitler) onde veio a morrer, não se sabe de quê. Voltou em caixão de chumbo, para ser enterrado na sua terra.

## A história de Karel Pott

Karel Pott era filho de Gerard Pott(97) que tinha sido cônsul da antiga República Boer em Lourenço Marques. Foi o pai de Karel Pott quem mandou construir o prédio  onde funciona hoje o Tribunal Superior da Recurso, para receber o presidente dos Boers, Paul Krueger, numa visita que este fez a Lourenço Marques antes da guerra Anglo-Boer.

Gerard Pott era holandês e vivia em Lourenço Marques com as suas várias mulheres negras e seus vários filhos mistos, Gerard(98), Willy, Karel, e Hendrik. Karel e seu irmão Willy foram estudar para Portugal. Aí Karel contactou com estudantes de outras colónias e fez grandes amizades, nomeadamente com um tal João Viana de Almeida, um rapaz mestiço de S. Tomé e Princípe. Lembro-me de que, numa ocasião, Viana de Almeida

veio a Moçambique visitar Karel, e pela mão deste visitou o Instituto Negrófilo onde deu uma conferência.

Cerca de 1930, após concluir os estudos, Karel Pott regressa de Portugal num navio, e ali no cais, no meio de várias pessoas que o aguardavam, ele procurou e abraçou em primeiro lugar a sua mãe, uma negra de capulanas com quem nunca vivera. É que nessa altura Karel já tinha atingido a sua maturidade política.

Karel, que tinha o seu cartório de advogado, foi eleito presidente do Grémio Africano e director do jornal *O Brado Africano*. Revelou-se um exímio jornalista. Começou a escrever artigos muitos sérios de oposição frontal ao regime.

Um dos artigos célebres escritos por Karel Pott tinha por título **Psi ta gama hi ku yini nwa n'kuvava,** expressão ronga que traduzida em português significa " Qual será o fim disto, seus saloios?". Neste artigo, Karel criticava a forma como o governo colonial dirigia a sua política indígena.

Outro artigo interessante de Karel Pott relacionava-se com o colégio da Assistência Pública, na Namaacha. Era um colégio para filhos de pobres, brancos e mistos. Uma senhora empregada deste colégio, que tratava das meninas, utilizara uma escova de piaçaba para alisar os cabelos carapinhosos de uma das alunas que era mestiça. À volta deste episódio, Karel escreveu uma belíssima peça de prosa.

Numa outra altura, Karel Pott foi homenageado pelas autoridades portuguesas e na ocasião foi-lhe oferecida uma caneta de tinta permanente. Então, uns dias depois, apareceu um artigo seu que começava assim: "Com esta caneta, vou zurzir o Fialho da Assistência". E zurziu mesmo. O Fialho era director da Assistência Pública.

## José Cantine Gabriel dos Santos

José Cantine Gabriel dos Santos era natural de Gaza. O seu nome passou a ser conhecido em Lourenço Marques na década de 30 devido a uma curiosa sucessão de factos.

Dado o carácter do regime colonial, é fácil perceber que não existiam praticamente quaisquer pretos que tivessem estudado mais do que a instrução primária naquela altura. E, quando digo pretos, digo também mulatos, pois que, naquela altura, casos como o de Karel Pott eram ainda excepcionais.

Ora bem, José Cantine, desafiando qualquer obstáculo, resolveu aplicar a viva inteligência de que era dotado aos estudos secundários, tendo conseguido completar o 5º ano liceal. Parece que essencialmente ele

estudava por sua conta e risco, arranjando depois maneira de ser proposto aos exames.

Após completar o 5º ano, concorreu ao lugar de aspirante administrativo para o qual era exigido precisamente o 5º ano. Foi o primeiro aspirante preto que conheci. (Foi só depois de Salazar que, para além do 5º ano, se passou a exigir o serviço militar normal cumprido como condição para o ingresso no quadro administrativo; como, na altura, os pretos não cumpriam o serviço militar normal, estavam acauteladas, para a Administração colonial, situações como a de José Cantine.)

Cantine foi colocado na administração de Marracuene, mas aí ele teve problemas de relacionamento quer com os seus inferiores pretos, quer com os seus superiores brancos, que igualmente o hostilizavam. Assim, desistiu dos serviços Administrativos, voltou para Lourenço Marques e aqui fundou um escola denominada Sá da Bandeira[24], na zona de Hlanguene, onde se ministrava o primeiro ciclo dos liceus. O próprio Cantine leccionava nesta escola. Os alunos eram, na sua maioria, pretos e havia também alguns mulatos.

José Cantine dedicou-se a este trabalho durante o resto da sua vida.

Lembro-me ainda em relação a este homem de que, por volta de 1934, foi promulgada uma lei que estabelecia que os directores dos órgãos de informação deveriam ter pelo menos o 5º ano dos liceus.

Nessa altura Karel Pott já não era o director do jornal *O Brado Africano* devido a certas divergências que tinham surgido entre ele e outros membros daquele órgão.

O jornal esteve durante meses sem director, até que um grupo de pessoas interessadas foi pedir a Cantine para ser director, uma vez que preenchia o requisito das habilitações literárias. Ele aceitou, embora de facto nunca tivesse sido jornalista.

## Breve apontamento sobre José Joaquim Mansidão

José Joaquim Mansidão era meu primo porque as nossas mães eram primas. Um homem inteligentíssimo. Nasceu em Ndumanine, Marracuene, cerca de 1896, tendo vindo muito cedo para esta cidade onde frequentou a escola da Missão Suíça. Foi colaborador de língua ronga dos jornais *O Africano* e o *O Brado Africano* desde a sua fundação, tendo produzido alguns dos melhores artigos escritos em ronga nestes jornais. Emigrou para a África do Sul, continuando a interessar-se pelos assuntos do jornal e do Grémio Africano. Na verdade, Mansidão contava com

24 Sá da Bandeira foi o primeiro Ministro das colónias, e fez em 1833 a reforma do ensino nas colónias. Esta medida, vista na época como demasiado liberal, teve muita oposição e não chegou a ser aplicada.

grandes amizades entre os elementos da Direcção do Grémio, tais como os irmãos Albasini, Joaquim Swart, Chico de Haan(99) e outros. Ainda jovem, foi para a África do Sul onde trabalhou durante algum tempo no Hospital da Companhia Wenela e depois como intérprete da chamada Inspecção da Curadoria dos Índigenas Portugueses. Aí parece que os seus chefes o esbofetearam, por qualquer motivo, e ele, que era um homem muito orgulhoso e digno, demitiu-se. Passou então a ser professor dos moçambicanos que já se encontravam a trabalhar nas minas. Dava aulas no **compound** de Crown Mine, na década de 20, ensinando tanto em português como em ronga(100). José Joaquim Mansidão foi o fundador, na África do Sul, da Igreja Tabernáculo Congregacional Evangélico Africano(101), da qual foi pastor até à data da sua morte.

Morreu em 24 de Janeiro de 1967, em Lourenço Marques, deixando manuscritos de obras filosóficas sobre a religião e histórias. Publicou dois livros em língua ronga, "Buku dya Malubela nikugandyela" (livro de orações e adoração), publicado em 1937, e "Psihitana psa ba Kokwana" (histórias dos nossos antepassados), publicado em 1952.

## Robert Machava

Robert Machava era da Catembe, onde nasceu em meados do século XIX. Ele e outros homens da sua geração costumavam ir comprar peles perto de Chicualacuala, em Hlenguene, na província de Gaza, indo depois vendê-las aos boers na África do Sul.

Foi assim que ele começou a interessar-se pela língua inglesa. Foi depois para a África do Sul, onde estudou, tendo mais tarde fundado a Igreja Metodista Wesleyana, da qual se tornou pastor.

Como estudioso, Robert Machava dedicou-se profundamente à história e geografia da África Austral bem como à língua ronga.

Foi ele quem fez a primeira tradução da Bíblia na língua ronga, por volta de 1886 (mais ou menos por altura da fundação da Igreja Presbiteriana da Missão Suíça). Foi só mais tarde que os suíços ligados à Igreja Presbiteriana elaboraram a segunda versão da Bíblia, em língua ronga. Assim, Robert Machava foi um dos pioneiros da grafia ronga. Fundou escolas para o ensino de inglês e de ronga, nas quais ele também ensinava.

Quando na última década do século passado se intensificou a resistência ao colonialismo nesta zona, os portugueses entenderam que as constantes viagens de Robert Machava, entre Moçambique e a África do Sul, significavam que ele seria o elo de ligação entre os resistentes moçambicanos e os ingleses, que lhes vendiam as armas. Assim, no final

da guerra de resistência, ele foi preso e deportado para a Ilha do Sal, em Cabo Verde, e depois para a cidade portuguesa do Porto.

No Porto, Robert Machava esteve sob prisão, mas após a implantação da República portuguesa em 1910, os Albasinis e outros moçambicanos intercederam junto do governo português para a sua libertação. Os republicanos portugueses libertaram Robert Machava da prisão, pondo-o, porém, com residência fixa no Porto(102).

Aí ele ligou-se à Igreja Protestante portuguesa. Ainda hoje, nos hinários da Igreja Evangélica Portuguesa, existem hinos da sua autoria.

Nos anos 30, Robert Machava foi autorizado a vir para África. Deixaram-no vir para África sem que, contudo, o autorizassem a entrar em Moçambique.

Assim, ele escolheu fixar-se na Cidade do Cabo. Mais tarde, já bastante velho e gravemente doente, pediu que o autorizassem a regressar à sua terra natal, pois não queria morrer exilado.

Efectivamente, veio a falecer em 1937 na Catembe, onde foi enterrado. Robert Machava era primo em primeiro grau de Elida Machava, avó materna de Naly Nhaca, minha esposa.

## Nwa Xiyakelamunga e Sommerchield (Dokodela Machiquichique)

A propósito do apelido Nhaca, quero contar um episódio curioso relacionado com um Nhaca e o Dr. Sommerchield.

Os Nhacas são originários da ilha de Inhaca. Têm o título laudatário de Tchai N'Kmo ou Xi Ba Homu (aqueles que batem em bois).

Nwa Xiyakelamunga Nhaca Tchai N'Komo era natural de Inhaca e, em meados do século passado (cerca de 1855), resolveu fixar residência na zona de Mpfumo (Lourenço Marques), conhecida por Phulana (Polana). Aí construiu a sua povoação, abriu machamba e iniciou criação de gado.

Cerca de 1870, um médico de origem inglesa ou alemã chamado Sommerchield, veio construir a sua casa naquelas imediações. Este médico, que era conhecido por "Dokodela" (Doutor) ou "Machiquechique" (provavelmente uma adulteração do nome Sommerchield), vivia com uma mulher negra de nome Nyanisse.

Machiquechique e Nwa Xiyakelamungo mantiveram durante muito tempo uma relação de boa vizinhança. Tornaram-se tão amigos que Nyanisse deu o seu nome a uma neta de Nwa Xiyakelamungo nascida em 1891.

Porém, a harmonia e a amizade entre eles foi profundamente abalada quando, a certa altura, Machiquechique veio comunicar a Nwa

Xiyakelamunga que adquirira direitos, por concessão do governo, sobre toda aquela vasta terra em que ambos viviam.

Nwa Xiyakelamunga insurgiu-se, pois fora o primeiro a chegar à zona e achava-se com direitos sobre a terra onde vivera e trabalhara durante tantos anos.

Gerou-se um litígio aceso e conta-se que, numa ocasião, depois de ter bebido bastante ucanhi(103), Nwa Xiyakelamunga pegou numa zagaia e quis matar o Dr. Sommerchield, tendo sido impedido pelos seus familiares.

Sucede que um irmão de Nwa Xiyakelamunga, de nome Xilepfu, também conhecido por Nwa N'Kwangana, emigrara de Inhaca para a Catembe, na mesma altura em que aquele emigrara para Phulana. Xilepfu, ao saber da dimensão do conflito que o seu irmão tinha com Dokodela Machiquechique, convenceu-o a abandonar as suas terras e a ir viver para a Catembe, o que efectivamente veio a suceder.

Nwa Xiyakelamunga tinha um único filho, Dick, o qual por sua vez teve seis filhos: Rabeca, Janisse (ou Nyanisse), Jeremias, Abias, Elice e Tomás. Jeremias veio a ser o pai de Naly Nhaca, minha esposa.

Aliás, na Inhaca, desta família que deu o nome à ilha só ficou a descendência de um Tchai N'Komo que era primo de Xilepfu e Nwa Xiyakelamunga.

E esta é a história de como um ramo dos Nhaca se fixou na Catembe, depois de ter vivido durante muitos anos na área de "Ka Phulana", mais tarde "Ka Dokodela Machiquechique", mais tarde ainda Sommerchield.

## Assimilação

Foi em 1931. Eu trabalhava ainda na Administração de Bela Vista. Nessa altura fui encarregado de organizar os processos de assimilação de várias pessoas naquela área. Muitos eram pretos, mas havia bastantes mulatos que também queriam assimilar-se.

As pessoas assimilavam, mais para evitar o chibalo, o serviço militar indígena, enfim, para evitar a ausência completa de um mínimo de direitos de cidadania.

Ao assimilar-se, as pessoas não estavam a renegar automaticamente a sua cultura, a sua raça e as suas convicções. Estavam apenas à procura de uma vida menos insuportável. Era justo. Só que o colonialismo teve grande empenho em controlar os poucos assimilados que existiam, e conseguiu-o, certamente.

Eu tornei-me oficialmente "assimilado" em 1931. Para nós, naquele tempo, conseguir os documentos de assimilação era também procurar um futuro menos degradante para os nossos filhos. Era procurar para eles o

acesso aos estudos, Conheço muito poucos moçambicanos do meu tempo que, sinceramente, aspirassem à assimilação como forma de ficarem iguais ao branco; ou que se sentissem verdadeiramente portugueses. É preciso compreender que uma coisa eram os nossos sentimentos, a nossa personalidade, o orgulho da nossa cultura de africanos – isso mais ou menos todos tínhamos – e outra coisa era a coragem de afirmar os nossos valores abertamente, rejeitando também abertamente os valores do colonialismo. Ao nível individual isto era quase suicídio. E a maioria das pessoas guiava-se, nesses anos recuados e difíceis, por um apurado instinto de sobrevivência. Bem sei que houve moçambicanos que, infelizmente, assimilaram bem a portugalidade com que o colonialismo constantemente nos agredia e oprimia, mas isso não foi consequência automática da assimilação. Os régulos, por exemplo, que tão bem serviram o colonialismo, escravizando os seus próprios irmãos, não eram assimilados (nem tinham qualidades para o ser perante a lei colonial).

# IV.
# DE 1936 A 1961

# A MOAMBA

A Moamba, para onde fui transferido em 1936, representou, sem dúvida, um novo e importante capítulo na minha vida.

Para abrir este capítulo quero contar o pouco que sei de Vundiça(104), o último soberano da Moamba; quero também contar alguma coisa sobre a terra e o imposto de palhota, na zona da Moamba.

Antes do meu tempo, cerca de 1930, havia na Moamba um administrador, o Júlio Augusto Pires(105), que recrutava jovens para a apanha do algodão(106). Vundiça disse ao administrador que as populações não queriam fazer este trabalho e por isso emigravam para a África do Sul. O administrador mandou Vundiça à direcção dos Negócios Indígenas, em Lourenço Marques, para falar pessoalmente com o director sobre a questão(107).

Conta-se então que Vundiça se fez acompanhar dos seus conselheiros. Isto foi-me contado, mas também acompanhei a questão em *O Brado Africano*(108). Em vez de ir directamente aos Negócios Indígenas, Vundiça foi primeiro ao Grémio Africano onde apresentou a questão. O Grémio, então, mandou um membro da direcção acompanhá-lo para os Negócios Indígenas. Foi designado o Francisco de Haan, um mestiço da Catembe, descendente de holandeses, para ser fiel intérprete de Vundiça junto das autoridades portuguesas. Francisco (Chico) de Haan falava um ronga perfeito.

O director dos Negócios Indígenas, que na altura era um tal António Jaime Teixeira(109), recebeu Vundiça no seu gabinete e mandou-o sentar-se num sofá; quando Vundiça se sentou disse: "Hi ko ndjii nga hosi, nhambose" – Agora é que sou verdadeiramente um rei.

Então Vundiça contou que o administrador da Moamba lhe dava ordens para fornecer um certo número de pessoas aos machambeiros para trabalho forçado e, como os salários eram muito baixos e as condições péssimas, as populações fugiam das terras. Jaime Teixeira prometeu tomar providências, mas antes de o fazer queria levar o Vundiça ao governo-geral para ele apresentar pessoalmente a questão. Entretanto, conta-se que Vundiça pretendeu ir à casa-de-banho. Ao sair do gabinete onde estava para a varanda, para se dirigir ao local dos lavabos, foi saudado pelos seus conselheiros que, mal o viram, levantaram-se e gritaram, em uníssono, os três **"bayetes"**(110) do estilo. Houve alvoroço na repartição e toda a gente quis saber o que se passava. Então foi-lhes explicado que, em sinal de respeito para com a autoridade do monarca, os conselheiros, sempre que ele surgisse, davam três **"bayetes"**. Vundiça foi depois com o director ao governo-geral. O governador-geral prometeu tomar providências e Vundiça regressou a Moamba.

Jaime Teixeira era intendente. O titular do lugar, Augusto Cabral, na altura estava de licença. Quando regressou, soube que o governador-geral estava irritado com o administrador da Moamba, Júlio Pires, pelo que Vundiça lhe contara. Augusto Cabral, de quem o administrador era protegido, fez tudo para o defender junto do governador José Cabral.

Não conheço outros pormenores do caso, mas sei que Vundiça acabou por ser deportado com muitas das suas mulheres para Vilanculos, em Inhambane, onde acabou por morrer. Sucedeu-lhe mais tarde o seu filho Nganhaza. Júlio Augusto Pires foi transferido para Inhambane, mais tarde foi feito intendente, e mais tarde ainda, inspector administrador.

Quanto ao chibalo e ao trabalho forçado, tudo continuou na mesma.

## Imposto Indígena

Em fins de 1943 havia, entre as populações da Moamba, grande agitação devido ao imposto indígena.

Existia o imposto de palhota em que cada chefe de família tinha de pagar anualmente, por cada uma das palhotas, 50$00 a 75$00; depois existia o imposto de capitação em que os homens pagavam 150$00 por ano e as mulheres 110$00. Este imposto para as mulheres, conhecido por **"mudende"**(111) entre a população, aplicava-se a todas as mulheres com mais de 18 anos, viúvas e casadas, quando não se tratasse da primeira mulher de um polígamo, caso em que havia isenção. O imposto das viúvas e solteiras levava a que certos pais "vendessem" as suas filhas ou então que estas se prostituíssem.

Em Julho de 1945, Marcelo Caetano esteve em Moçambique de visita, na qualidade de Ministro das Colónias.

Em Moamba, o adminsitrador, que era o Costa Neves, mandou que os régulos da zona fizessem banjas para prepararem a recepção do ministro. O administrador disse aos régulos que eles deveriam expressar as suas preocupações ao visitante. O régulo Nganhaza foi encarregado de ser o porta-voz.

Marcelo Caetano chegou à Moamba acompanhado pelo governador-geral, o general Bettencourt, e pelo governador do que então se chamava Província do Sul do Save, que era o tenente-coronel Paulo Augusto Rego. Recebeu-os uma grande multidão.

Eu, é claro, tinha como única missão interpretar de uns para outros.

Quando foi dada a palavra aos régulos, Nganhaza apresentou uma reclamação quanto ao salário do trabalhador agrícola – 75$00 por mês.

Ele argumentou que se o homem tivesse duas ou três mulheres e outras tantas palhotas e filhas solteiras de mais de 18 anos, ainda que trabalhasse mais de um ano no chibalo, o dinheiro ganho nunca seria suficiente para satisfazer os impostos.

Então, para grande espanto nosso, o governador Rego disse que isso não era verdade, porque 75$00 mensais davam perfeitamente para o trabalhador indígena, pois que no chibalo ele tinha direito a comida e roupa.

Quando Vundiça se referiu ao facto de as mulheres solteiras e viúvas se prostituírem para arranjar dinheiro para o imposto, que era muito pesado, Rego disse que aquilo também não era verdade; que pagavam imposto pessoal as mulheres que podiam e que não havia nenhuma acção administrativa contra as que não pagassem. Está claro que isto era mentira. De qualquer maneira, o ministro disse que ia tomar providências quando voltasse a Lisboa. Da Moamba, a comitiva ministerial partiu para Magude.

Após a saída do comboio especial, o administrador Costa Neves chamou-me a atenção com maus modos por eu ter usado gravata, quando, segundo ele, a farda que eu trazia não necessitava de gravata por ser abotoada até ao pescoço. Este incidente absolutamente disparatado mostra como o administrador ficara perturbado com a questão do imposto posta a Marcelo Caetano, e como o mesmo administrador descarregava a sua bílis.

Em Magude, o administrador da região foi prevenido pelos seus colegas para evitar que os régulos voltassem a falar do imposto ao ministro. Assim, quando Marcelo Caetano, durante a sua estadia naquela localidade, perguntou aos régulos se tinham algo a dizer, eles referiram que tinham falta de água na região. O ministro estranhou aquele pedido, e com razão, quanto a mim, pois que ele próprio atravessara o rio Incomati muito perto dali. Eles então foram obrigados a dizer que pediam a abertura de poços nas zonas do interior.

Nesse mesmo ano, sendo presidente da Associação Africana Gerard Pott, irmão de Karel Pott, esta associação uniu-se ao Centro Associativo dos Negros para formular uma petição de aumento de salários para os trabalhadores indígenas e de supressão do imposto para as mulheres, o "**mudende**".

Muito mais tarde, soube-se que o "**mudende**" terminara e os salários foram aumentados, mas só em 50$00, por ordens de Lisboa.

## Segundo casamento

Em 1940 eu trabalhava já na Moamba, como intérprete da Administração, havia quatro anos. Eu costumava vir todos os meses passar, pelo menos, um fim-de-semana a Lourenço Marques, em casa dos meus parentes.

Entretanto conheci a minha mulher Naly. A minha segunda mulher é filha de Jeremias Dick Nhaca de quem já falei ao referir-me ao Congresso Nacional Africano e aos sócios fundadores do Instituto Negrófilo. Na altura, eu tinha os meus dois filhos do primeiro casamento a viver comigo.

O casamento realizou-se no dia 2 de Maio de 1940 no Registo Civil e no dia 4 de Maio na Igreja Wesleynaa, de que a minha esposa e os meus sogros eram crentes. Era assim que então se fazia: se havia casamento religioso, este tomava lugar numa igreja da noiva, mas depois do casamento ela convertia-se à religião do marido.

Foi assim que, a partir dessa altura, a minha mulher passou a ser crente da Igreja Presbiteriana da Missão Suíça, como eu. E só depois da cerimónia religiosa é que a noiva ia para o seu novo lar.

Após o nosso casamento religioso, serviu-se um copo-d'água no Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique.

Lembro-me que então a minha casa na Moamba era uma barraca de madeira e zinco, com um quarto e uma sala apenas.

Em Fevereiro de 1941 nasceu o meu terceiro filho, o Raúl.

Em Novembro de 1942 nasceu o meu quarto filho, o Luís.

Em inícios de 1943 aluguei uma casa de madeira e zinco com mais dois quartos e uma sala enorme. Era uma casa de estilo colonial com varandas a toda a volta e um enorme quintal com umas dependências. Essa tinha sido antes uma cantina de um indiano de nome Abdul Sacoor, conhecido por Xipissile(112).

Naquele tempo tínhamos uma machamba ao pé da linha-férrea. Seriam talvez uns seis ou sete hectares. Tirávamos milho, feijão e amendoim. Tínhamos algum gado também.

Em 1943, o administrador da Moamba, que era o Costa Neves, começou a embirrar comigo. Eu não lhe aturava isso e, portanto, pedi transferência para Marracuene, por troca com um colega meu, Ângelo Barrama, o qual queria sair de Marracuene por lá ter perdido, havia pouco tempo, dois filhos que tinham morrido afogados no rio.

Em Marracuene também não me dei muito bem. A minha casa eram duas palhotas miseráveis e mal feitas, mas sobretudo a forma de trabalhar era, quanto a mim, pura escravidão.

O secretário da Administração de Marracuene era o Santa Clara, de quem já falei a propósito da revolta do algodão em 1932. Ele deu-me a tarefa de fazer o recenseamento da população de Marracuene. Na altura, a circunscrição de Marracuene estendia-se praticamente desde o Bobole até Boane. O trabalho era pesadíssimo pois todos os percursos eram a pé. Andei a recensear até à zona de Kassimatis(113), do outro lado do rio Matola.

Entretanto caí doente. Fui recolhido numa palhota pela população local e depois enviado para Lourenço Marques. Logo que fiquei melhor e regressei a Marracuene, disse ao administrador que não gostava daquela forma de trabalhar pois que me faltavam as condições mínimas e, além disso, o trabalho de recenseamento obrigava-me a longas ausências de casa. O administrador disse-me que fizesse como entendesse, e eu preferi regressar a Moamba, até porque o meu colega com quem trocara também não estava muito satisfeito em Moamba.

Fui falar com o intendente administrativo, de nome Perpétuo da Cruz, que concordou com o meu regressso a Moamba.

Assim, após unicamente seis meses de estadia em Marracuene, regressei à Moamba no dia 2 de Janeiro de 1944. Na Moamba eu tinha pelo menos alguns amigos que reclamavam o meu regresso; um deles era o chefe da estação de correios, Eduardo Saraiva de Carvalho(114), pai de Otelo Saraiva de Carvalho, um dos oficiais da revolta do 25 de Abril em Portugal.

Entretanto, Xipissile vendera a casa de madeira e zinco, onde eu tinha vivido antes de ir para Marracuene, a um colono de nome Campus, o qual, no meu regresso à Moamba, acedeu em vender-ma por 25 000$00. Na altura eu tinha um vencimento de 750$00 mensais, mas, mesmo assim, pareceu-me que valia a pena juntar dinheiro e comprar a casa.

Em 1947 já tinha o dinheiro suficiente para comprar a casa. E comprei. Após o meu regresso de Marracuene, ainda em 1944, começara a receber abono de família(115), o que representava um acréscimo razoável ao meu vencimento.

Reorganizámos então a nossa vida. Abrimos nova machamba ao pé da nossa casa. Fizemos criação de porcos perto do curral da Administração. Tornei a comprar gado bovino e cabritos.

Estava finalmente decidido a fazer a minha vida na Moamba. Em Marracuene, eu desiludira-me muito. Quando para lá fora, tinha um pouco a ideia de estar junto à família de minha mãe, de rever as terras onde os meus pais tinham vivido. Porém, estava tudo muito abandonado e restavam-me muito poucos parentes naquela zona.

## Alegrias e tristezas: a vida é assim

Em Fevereiro de 1945 nasceu a minha quinta filha, Maria Violante. Passámos o Natal de 1945 já na casa que eu comprara.

Nessa altura, os meus dois primeiros filhos, o Mário e o Joaquim, estudavam na Escola Técnica Sá da Bandeira, actual Escola Industrial 1º de Maio.

Durante o ano de 1946, por volta de Junho ou Julho, viemos a Lourenço Marques por ocasião de uma missa de família. Então o meu filho Raúl teve febre alta e levámo-lo a um médico, o Dr. Pacheco. O médico aconselhou que a criança baixasse ao hospital e assim sucedeu. Fomos ao hospital da Missão Suíça onde o miúdo foi visto pelo Dr. Garin que confirmou a necessidade de baixa. A criança foi enfraquecendo, pois a febre não baixava. Já não tinha força nos braços e nas pernas. Esteve no hospital quase um mês. Um dia pediu água e, quando o copo lhe foi entregue, ele tacteou dizendo que não via nada. Alarmados, contámos o episódio ao Dr. Garin que, após examinar os olhos da criança, disse que não era nada, mas apenas o resultado do estado geral de fraqueza do miúdo.

Fomos para casa. Era uma quinta-feira, lembro-me bem. No dia seguinte, como a cegueira persistisse, levámos a criança ao oftalmologista, Dr. Sousa Lobo. Aí, após ter examinado a criança, ele afirmou que já era demasiado tarde pois a criança tivera uma meningite que lhe afectara a visão. O meu filho baixou novamente. Esteve dois meses no hospital. Aí, foi visto por outro médico, o Dr. Cordato Noronha, que ao fim de algum tempo nos disse que o nosso filho estava irremediavelmente cego. Em Dezembro de 1946 nasceu a minha sexta filha, Maria Isabel.

Em princípios de 1947, o meu filho Joaquim adoeceu, aqui em Lourenço Marques. Levámo-lo ao Dr. Maurício Neves que diagnosticou paludismo. O Joaquim, nessa altura com 17 anos, desistira da escola e já era aprendiz de serralheiro nos Caminhos de Ferro. Levámos o rapaz para Moamba e aí o médico receitou um medicamento chamado nivaquina. Era um médico já idoso, o Dr. Mário Barradas. Parece que as doses receitadas foram excessivas e o meu filho começou com pertubações psíquicas. Levámo-lo para Lourenço Marques novamente e ele foi internado, mas acabou por falecer em 27 de Fevereiro de 1947. Em Dezembro de 1948 nasceu a minha sétima filha, a Gita.

# VÁRIOS CASOS PASSADOS NA MOAMBA

## Premier Cotton Plantation e o problema da terra

Foi antes do meu tempo, na Moamba. Existia uma enorme plantação de algodão, de uma companhia sul-africana chamada *Premier Cotton Plantation*(116). Esta companhia, que produzia algodão em larga escala, era um grande centro de absorção da mão-de-obra fornecida pelo chibalo. A grande maioria dos trabalhadores desta plantação consistia em pessoas enviadas para o trabalho forçado por falta de pagamento de imposto indígena.

A *Premier Cotton Plantation* estabeleceu-se, cerca de 1924, numa altura em que os portugueses faziam grandes campanhas algodoeiras.

Naquela altura, os colonos e estas empresas estrangeiras obtinham facilmente os títulos de propriedade de terras de agricultura. Tinham facilidades na obtenção de empréstimos e créditos agrícolas e tinham a grande vantagem de mão-de-obra barata através do chibalo. Os trabalhadores vinham de Gaza e até de Inhambane, presos por falta de pagamento do imposto. O vencimento de um trabalhador agrário era na altura de 75$00 por mês. Para os negros, as facilidades agrícolas nunca existiram. Pelo contrário, eles eram escorraçados das terras mais férteis, onde estavam fixados há várias gerações, para dar lugar aos colonos e às companhias.

Os negros não podiam requerer a concessão de um terreno[25].

Lembro-me, a propósito disto, das terras que em 1922 eu percorri na área do chefe de terras Mahubana(117), quando andava a fazer o recenseamento. Na altura, eu trabalhava no posto administrativo de Ressano Garcia. Aquela zona, então conhecida por Ka nwa Xiguavulane, era muito povoada; os moçambicanos ali tinham machambas e eram tradicionalmente grandes criadores de gado. Havia até um comerciante bastante próspero na região, o Jackson Cossa(118), que também era criador de gado.

---

25 Em 1909, o governo colonial aprovou o Decreto 9, segundo o qual o governo central ou o governo-geral poderiam reservar determinadas terras exclusivamente para indígenas sem que, contudo, a ocupação de quaisquer parcelas jamais lhes conferisse direitos de propriedade (art.º 13 e parágrafo único do Decreto n.º 9 de 9/7/1909). Mais tarde, em 1918, altera-se o regime de ocupação e concessão da terra e a mesma ideia é repisada no Decreto n.º 16/3/1918. Ao assimilado foi mais tarde possível requerer a concessão de terrenos embora na prática houvesse muitas limitações. Em 1961, através do Decreto n.º 43 894 de 6/9/61 se esclarece que os vizinhos das regedorias (ou indígenas) só poderiam ocupar, usar e fruir a terra, em conjunto e na forma consuetudinária os terrenos de 2ª classe, sem que essa ocupação lhes conferisse direitos de propriedade tal como vinha sendo prática do regime.

Quando em 1936 fui para a Moamba com intérprete, aquelas terras tinham sido todas cedidas a colonos por concessão administrativa. Uma parte das terras era do colono João Cristóvão, outra do Pina Cabral, e outra ainda de uns alemães, os Requardt. Os pretos que dantes tinham lá estado tinham sido varridos para muito longe do rio Incomati, para as montanhas e para Hlanzini, junto dos Libombos. Até o próprio Mahubane tinha sido afastado para longe, com a sua família e o seu gado.

## "Justiça de Salomão"

Foi em 1941.

Um colono da região de Tsombene, chamado Saldanha Pereira, acusou um preto chamado Nginja de lhe ter roubado uma cabeça de gado e levou o caso à Administração da Moamba. O administrador, que era na altura Pinto da Fonseca, mandou chamar Nginja que esclareceu que sucedera precisamente o contrário: o Saldanha roubara a ele, Nginja, uma novilha que levara para o seu curral.

Saldanha fundamentava a pretensão de que a vitela lhe pertencia dizendo que ela parecia de raça, e gado de raça só os brancos é que tinham.

O administrador mandou que tanto o queixoso como o acusado levassem o seu gado para a região de Pessene, ali ao pé da estação de caminho-de-ferro, terreno neutro quanto à disputa.

Assim se fez, num domingo de manhã.

Dispôs-se o gado frente-a-frente, com uma pequena faixa de terra livre entre as manadas.

Quase imediatamente, uma vaca da manada de Nginja se destacou do resto do gado e foi para o terreno aberto que separava as manadas. Logo, a novilha em causa se destacou da manada de Saldanha e veio para debaixo da vaca que começou a lambê-la com muita ternura.

O Administrador não teve outro remédio senão declarar que estava feita justiça e Nginja levou o seu gado que já incluía outra vez a novilha.

## Uma cena de espionagem

Nos fins do ano de 1938, ou mesmo já em 1938, pouco antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, deu-se na Moamba uma pequena cena de espionagem.

Apareceu no Hotel Internacional da Moamba um indivíduo de nacionalidade alemã que se dizia caçador. Acompanhavam-no alguns empregados pretos. Instalou-se no hotel e dedicava-se à caça do crocodilo

no rio Incomati. Pouco tempo depois apareceu um inglês que também se hospedou no mesmo hotel. Ninguém soube o que este inglês fazia nem por que viera a Moamba. Passados alguns dias, o inglês queixou-se à Administração, através do dono do hotel, o João Cristóvão, de que durante a noite lhe haviam roubado do seu quarto uma pasta contendo vários documentos e dinheiro; que o dinheiro não lhe fazia muita falta porque não era muito, mas que os documentos eram de grande importância para o seu trabalho.

Procedeu-se logo à averiguação sobre quem poderia ter sido o ladrão. As suspeitas recaíram sobre um dos criados do hotel que entrara no quarto do inglês para fazer a limpeza; era um rapaz novo, dos seus 20 anos, natural de Gaza.

O trabalhador confessou ter entrado no quarto do inglês para proceder às limpezas habituais, mas que não mexara em coisa alguma. Como era hábito naqueles tempos, o administrador, que era o Sr. Perpétuo da Cruz, mandou dar palmatoadas ao rapaz, mas este continuou a negar tudo. Então mandou dar-lhe chicotadas de cavalo-marinho, por dois sipaios. Este castigo foi muito mais duro, pois ele gritava e rebolava no chão, mas nada confessou. Ao fim da tarde, o suspeito foi levado aos calabouços onde ficou detido para, no dia seguinte, se proceder novamente ao interrogatório. Entretanto, o administrador seguiu para a Namaacha, para o fim-de-semana, ficando na Administração apenas o Sr. Josué Knofli Júnior, que era aspirante e substituto do secretário. Na manhã seguinte, o sipaio carcereiro veio dizer que o preso, tendo-se sentido mal durante a noite, fora levado para o hospital e ali fora medicado, mas que, regressado aos calabouços, falecera durante a noite.

O médico do hospital, que era o senhor doutor Costa Monteiro, mandou levar o cadáver para o hospital a fim de ser autopsiado. Entretanto também comunicámos o facto ao administrador, na Namaacha, o qual regressou à Moamba naquele mesmo dia. Procedeu-se à autópsia no dia seguinte e o médico informou que o rapaz falecera devido a uma pneumonia dupla e assim foi enterrado sem mais complicações. No mesmo dia, segunda-feira, o Hotel Internacional informou a Administração que o queixoso, o britânico, havia desaparecido sem dizer nada, e o alemão, o caçador de jacarés, também. Mais tarde constou na Moamba, através de conversas entre hóspedes do hotel, que tanto o inglês como o germânico eram espiões e que, certamente, os papéis do inglês tinham sido roubados pelo alemão ou por qualquer dos trabalhadores por ordem daquele, pois deviam ser documentos ligados a espionagem.

## Um caso de quase-homicídio

O caso deu-se na localidade de Chinhanguanine em 1944.

Uma cantina pertencente a um colono de nome Júlio Silva foi arrombada e assaltada. Os ladrões furtaram algum dinheiro das gavetas, bem como algumas garrafas de vinho.

Júlio foi-se queixar ao administrador e este perguntou se desconfiava de alguém. Júlio informou que o seu irmão e gerente da cantina, Celestino da Silva, desconfiava de um preto que era trabalhador das oficinas dos Caminhos de Ferro. Ele fundamentava esta desconfiança no facto de ter encontrado umas pegadas suspeitas (marcas de sapatilhas) que iam da sua cantina ao **compound** dos C.F.M. O administrador mandou dois sipaios para Chinhanguanine a fim de irem averiguar. Quando lá chagaram, o cantineiro Júlio Silva obsequiou-os com vinho e eles puseram-se a favor deste no litígio.

Existia no **compound** dos C.F.M. um homem de Inhambane, chamado Malawene, que costumava andar de sapatilhas, o que lhe valeu ser preso pelos sipaios, os quais, por ordens de Silva, não o levaram para a Administração mas para a cantina. Aí, o Malawene foi espancado com um cavalo-marinho[26]. Foi ainda privado de comida durante quase vinte e quatro horas e amarrado ao tecto. Como resultado desta selvajaria, no dia seguinte, a sua mão direita estava irremediavelmente enclavinhada. Após dois ou três dias, um irmão do Malawene veio a Lourenço Marques procurando apresentar queixa no tribunal. Teve a sorte de encontrar um bom advogado. Este aconselhou-o a ir em primeiro lugar apresentar a sua reclamação ao administrador da Moamba, para evitar confusões, e só depois, caso o administrador nada fizesse, ele, advogado, trataria do caso, aqui na cidade.

O adminsitrador da Moamba recebeu a queixa e ordenou que os sipaios trouxessem o preso. Mandou vir também à administração da Moamba o gerente da cantina, o Celestino Silva.

Quando chegara à Moamba, Malawene tinha os pulsos esfolados até aos tendões, em carne viva. Nas averiguações, ele manteve que o seu único crime era calçar sapatilhas. Foi tratado no hospital da Moamba.

Os dois sipaios ficaram presos (até aí não há novidade). O cantineiro Celestino Silva também ficou preso (isto é que já não era normal), talvez porque o caso já ameaçava dar escândalo, já tinha sido contactado um advogado que certamente se mexeu. Era pouco habitual naquela altura um advogado dispor-se a defender o caso de um preto. No caso, o advogado era o Dr. Karel Pott.

---

26 Espécie de chicote feito de pele de hipopótamo.

Levantados os autos, o processo foi remetido para Lourenço Marques, pois ultrapassava a competência da Moamba.

Um ou dois meses mais tarde, vim a saber que o tribunal tinha absolvido Malawene e que Celestino Silva fora condenado a prisão e a indenimizar Malwene em 15 000$00. Os dois sipaios também foram condenados, mas entretanto fugiram.

## Assassinatos rituais

Um dia, os trabalhadores dos Caminhos de Ferro descobriram o cadáver de um homem deitado sobre a linha, no sentido Chinhanguanine-Magude. Foram comunicar ao régulo daquela área, que era o Gweva.

O homem assassinado jazia ao lado da linha-férrea com a barriga aberta, mas sem sinal de ter sido atropelado pelo comboio. Gweva comunicou a ocorrência ao administrador, o qual por sua vez mandou autopsiar e enterrar o cadáver e averiguar a ocorrência.

Os habitantes da zona afirmaram que nas vésperas tinham estado cinco indivíduos estranhos a beber numa cantina em Chinhanguanine até à hora do fecho. Feitas investigações, descobriu-se que os homens eram provenientes de uma localidade entre Magude e Moamba. Eles foram lá encontrados, presos e levados para Administração da Moamba. Interrogados, negaram tudo.

Então o administrador decidiu infiltrar um sipaio, o Zinemba, na cela onde eles se encontravam. O sipaio tinha ido ao hospital onde lhe puseram tintura e um penso no braço para que ele fingisse estar ferido. Uma vez dentro da cela dos cinco, o falso preso chorava, gemia e contorcia-se simulando dores no braço. Finalmente, fingiu ter adormecido. Nessa altura, os cinco detidos retomaram a conversa. Um deles instava os outros a confessar. Ao longo desta conversa, o falso detido apurou que os cinco homens tinham cometido o crime para levar entranhas humanas a um certo curandeiro na África do Sul. Às tantas, Zinemba foi "acordado" por um sipaio para ir "resolver" o seu caso. Chegado à Administração, deu todas as informações do que escutara ao administrador, e foi assim que este resolveu o caso.

## A história de Nwa Pamula

Esta sucedeu nos anos 50, na zona do Sábie. Naquela zona era então frequente os homens fazerem aquilo a que se chamava **"ku tsema siphoso"** (fazer um tratamento para ganhar controlo sobre o sobrenatural). As pessoas que se sujeitassem a esta aprendizagem não se qualificavam

curandeiros. Eram, isso sim, pessoas que ficavam com o poder de causar o mal, e apenas o mal, através da sua "força sobrenatural". Assim, quem se quisesse vingar de alguém, causando-lhe algum mal grave ou mesmo a morte, encomendava os serviços de um destes homens, o qual cobrava de 3 000$00 (ou trinta libras).

Ora na povoação onde vivia Nwa Pamula, na área de Makipaze, houve em 1958/9 uma série de suicídios praticamente inexplicáveis. Os régulos da zona, que sabiam que Nwa Pamula tinha feito na África do Sul o ritual de **"ku tsema siphoso"**, começaram a desconfiar dele; porém ele negava categoricamente qualquer envolvimento no caso dos suicídios.

A situação evoluiu de tal forma que a população começou a abandonar terras e o régulo Makipaze(119) decidiu levar o caso à Administração da Moamba. Nwa Pamula foi preso como suspeito. Sofreu vários interrogatórios, foram ouvidos vários habitantes da região, até que por fim duas esposas do acusado foram detidas, pois que os depoimentos das várias testemunhas levaram a crer que elas conhecessem o segredo do marido.

As mulheres foram mantidas em celas separadas e foram sujeitas a interrogatórios separadamente. Uma delas negou qualquer conhecimento dos factos, mas a outra confessou que efectivamente o marido possuía poderes de causar a morte às pessoas e estava implicado no caso dos suicídios.

Após isto, o administrador confrontou Nwa Pamula com esta mulher, a qual se dispunha até a ir à casa mostrar o local onde o marido guardava as mezinhas que utilizava. Perante isto, o mais que Nwa Pamula disse foram as seguintes palavras, que reproduzo textualmente: "Ela que vá à nossa casa. Quero ver se ela há-de regressar aqui".

No dia seguinte, a mulher foi enviada a casa acompanhada de um sipaio, para ir buscar as tais mezinhas. Seguiram de bicicleta. De facto, ao chegarem a casa, a mulher foi buscar um recipiente com um pó e entregou-o ao sipaio.

Já de regresso, muito próximo do hospital e, consequentemente, do centro da vila da Moamba, surgiu um carro que ia em sentido contrário ao da bicicleta do sipaio.

Naquele ponto a estrada é bastante larga e praticamente não existe movimento. Não obstante, o camião foi precisamente de encontro à bicicleta, a qual, apesar das tentativas do sipaio de se afastar para fora da berma, no sentido do matagal ali existente, foi violentamente embatida, tendo o sipaio e a mulher sido arremessados para longe.

A mulher, principal testemunha de acusação, teve morte instantânea. O sipaio saiu absolutamente ileso do aparatoso acidente.

O sipaio levou as mezinhas à Administração, mas sem a presença da mulher não havia forma de provar o que quer que fosse.

O administrador limitou-se a fixar a residência de Nwa Pamula em Ressano Garcia, e na área de Makipaze terminaram os suicídios.

## De "indígena" a "não indígena"... automaticamente

Sei que foi durante a década de 50.

Por ordens do chefe da estação de caminho-de-ferro, os sipaios meteram no calabouço da Moamba um homem chamado Adelino Machado, portador de uma caderneta indígena. O chefe da estação dissera aos sipaios que depois traria a devida comunicação da ocorrência, mas que para já metessem aquele indígena na cadeia pois que desobedecera e faltara ao respeito a si, chefe da estação.

Ora, nessa altura, Machado trabalhava na Escola de Artes e Ofícios(120), como encarregado dos alunos, pelo que, quando o director, o Sr. Sousa(121), soube do acontecimento, foi imediatamente informar o administrador, que na altura era Gama Amaral.

Assim, o administrador mandou chamar Machado para interrogatório, tendo-lhe pedido documentos de identificação e as habilitações literárias. Machado apresentou a sua caderneta indígena e disse ter o 5.º ano do Seminário, mas que desistira de estudar para padre, por doença, e também por não querer ser padre. O administrador resolveu mandar soltar Machado, exigindo-lhe que provasse ter as habilitações que alegava ter. Dias depois Machado apresentou-se na Administração com os referidos documentos, que viera levantar no Arcebispo de Lourenço Marques. Vendo-os, o administrador comunicou a Machado que, com aquelas habilitações, ganhara direito a deixar de ser indígena, passando à categoria de não indígena; não deveria pois usar a caderneta indígena nem pagar o imposto indígena.

Machado certamente ficou espantado com estas revelações quanto à sua pessoa, pois ele vivia convencido de que era indígena.

Mais tarde, Machado deixou de ser trabalhador da Escola de Artes e Ofícios e veio para Lourenço Marques onde praticou enfermagem durante algum tempo, tendo mais tarde ingressado nos Serviços da Fazenda e mais tarde ainda nos serviços de Justiça.

É interessante notar que a "desobediência" de que o Machado era acusado tinha consistido em ele e a esposa se sentarem num banco da estação destinado a brancos. É também interessante notar que, se o administrador decidisse que Machado era indígena, ele provavelmente teria sido condenado pelo "crime de desobediência".

## Escola de Artes e Ofícios

A Escola de Artes e Ofícios da Moamba foi fundada logo no início da década de 30. O director foi sempre o mesmo ao longo dos 20 anos seguintes, Joaquim José de Sousa, conhecido entre nós por "Nhoca", pela sua maneira sub-reptícia de ser, de andar, de falar e até de conduzir o seu carro; parecia que o carro do Nhoca deslizava sobre gelo em vez de rolar nas estradas esburacadas, pedregosas e poeirentas da Moamba.

Era uma escola para rapazes, filhos de "indígenas". Lembro-me ainda da maneira como estava organizada aquela escola: havia o director, um vice-director, que era também professor do ensino primário que lá ministrava, um mestre alfaiate (lembro-me bem do Francisco da Costa que lá esteve durante o meu tempo na Moamba), um mestre carpinteiro, o mestre Veiga, um mestre serralheiro, o mestre Pinto, e um mestre sapateiro, o Fernando Brígido.

A escola tinha uma banda musical que todos os domingos, acompanhando os alunos em formação, ia executar o hino nacional português ao içar da bandeira na Administração. A banda da escola era uma espécie de distintivo da vila, e o professor de música era o mestre Costa.

Embora se tratasse de gente com formação e ocupação humildes, está claro que os mestre mestres da escola não tinham relações comigo nem com a minha família. Nós erámos os pretos e eles os brancos. Eu, para eles, era sempre "o Raúl", por mais idade que tivesse, e os meus filhos eram sempre "uns pretinhos engraçadinhos e muitos, filhos daquele rapaz, intérprete da Administração, o Raúl".

Há dois factos para mim relevantes sobre a Escola de Artes e Ofícios da Moamba. Primeiro: eu tinha lá muitos sobrinhos e afilhados. Consegui lá meter muitos rapazes. Sempre era qualquer coisa, melhor do que nada. Segundo: era lá que nós e outras famílias de poucas posses mandávamos fazer sapatos; eram sandálias e sapatos bons, sólidos para as crianças, e o preço era acessível.

## Machamba e negócios para ajudar

A ideia de uma machamba começou na Bela Vista. Após a minha intervenção na organização da caçada aos elefantes para os condes Athlon, o administrador ofereceu-me seis vacas. Primeiro guardei o meu gado no curral do Pinto (que mais tarde foi meu compadre e dono do Hotel Pinto da Namaacha). Isto sucedeu em 1935.

Em 1936 eu já tinha doze cabeças. Aí comecei a pensar em fazer uma

machamba lá em Matutuíne, nuns terrenos vagos à beira do rio Maputo. Havia um homem chamado Narciso Matola que prometeu ajudar-me a fazer a machamba. A minha casa era próxima da Administração, mas longe do local da machamba. Assim, Narciso deveria supervisar e orientar directamente os assuntos da minha machamba. Mas o malandro aldrabou-me; logo na primeira colheita vendeu todo o milho e ficou com o dinheiro. Desisti.

Mas quando mais tarde, ainda em 1936, fui transferido para a Moamba, vi que os terrenos ali perto da vila eram bons e comprei algumas cabeças de gado nas feiras.

Na altura ganhava apenas 750$00 por mês como já referi e a minha habitação era uma palhota. Assim, para mim, o pouco que me vinha da machamba era importante porque representava um acréscimo ao meu orçamento familiar.

Durante os vinte e sete anos que estive em Moamba mantive sempre a machamba e algum gado. Cheguei a ter setenta cabeças de gado. Tive criação de cabritos, carneiros, porcos, galinhas e coelhos. Nunca me dediquei à venda da criação. Era para a nossa alimentação. Só vendi o gado quando fui transferido. Da machamba tirava normalmente milho, amendoim, feijão e mapira.

Em 1942, iniciei um negócio de lenha. Cortávamos lenha que era levada em carroças para a estação e transportada de comboio para a Cerâmica de Xinavane.

Mais tarde, em 1952, comprei um camião em segunda mão, velhíssimo, com cabine de madeira, com a ideia de um negócio de lenha a sério. Foi um falhanço e durou pouco. Nunca fui homem de negócios.

Por volta de 1955 fui autorizado a requerer um terreno. Concederam-me cinco hectares, que era o máximo para os pretos naquela altura. Os brancos podiam requerer toda a terra que quisessem.

## Clube da Moamba e Grupo Desportivo Africano do Sábie

No início da década de 50 havia na Moamba uma associação recreativa, o Clube da Moamba.

O adminsitrador, que era o Soares de Lima(122), resolveu motivar as pessoas para a construção da sede do clube. Os pedidos de contribuição em dinheiro foram estendidos aos comerciantes indianos e aos criadores e agricultores pretos. No final, porém, quando se terminou a construção da sede, os pretos não podiam lá entrar. O único sítio onde havia mistura de raças, no Clube da Moamba, era no campo de futebol. Mas, salvo

raras excepções constituídas por jogadores pretos, mulatos e indianos considerados indispensáveis, a mistura não era no sentido de haver equipas com elementos de várias raças, mas apenas no sentido de as equipas de brancos tolerarem, de vez em quando, jogar contra uma equipa de não brancos.

Assim, a ideia de fundar um grupo desportivo para nós, para os nossos filhos e para a nossa rapaziada, começou a nascer. Fui um dos fundadores do Grupo Desportivo Africano do Sábie(123), em 1951.

Eu era o presidente; o vice-presidente era o António Rangel Magrimussa, carpinteiro; o 1º secretário era o Manuel Salvador, enfermeiro; o 2º secretário era o Jaime Samo Gudo, motorista. O vogal era o Domingos Hausse, escriturário dos Caminhos de Ferro e o tesoureiro era o Issufo Adamo, comerciante.

Assim constituímos o nosso grupo de futebol, pois esta modalidade era a principal actividade do nosso grupo. Para além da rapaziada negra, que era a maioria, jogavam também alguns rapazes mistos e outros indianos. Para realizar o primeiro treino, solicitámos ao administrador autorização para usar o campo do Clube da Moamba, mas ele recusou-nos esse "privilégio". Assim treinámos num campo improvisado, em frente à Escola de Artes e Ofícios. O nosso primeiro desafio foi contra um clube de Ressano Garcia, intitulado "Amor de África", e o segundo desafio realizou-se em Manguluane, contra o grupo da pedreira que lá existia.

Chegámos a realizar um baile, em minha casa, abrilhantado pela orquestra "Baía", cujo chefe era um sobrinho meu de Ressano Garcia, o Mamade Mogne.

Não sei se era por causa da proximidade com a África do Sul, mas a Moamba, naquele tempo, era uma sociedade de apartheid quase total. As cenas de racismo faziam parte do nosso dia-a-dia. Havia, na estação de caminho-de-ferro, um sector para passageiros brancos e outro para passageiros negros. Não utilizávamos as mesmas passagens e varandas, não nos sentávamos nos mesmos bancos. O Hotel Internacional de João Cristóvão, único durante muito tempo, tinha um pequeno restaurante anexo ao bar principal, onde entravam exclusivamente os colonos da Moamba, um ou outro mulato dos Caminhos de Ferro e os sul-africanos que ali paravam para se refrescarem quando viajavam por estrada entre a África do Sul e Lourenço Marques.

No Clube da Moamba, quando havia bailes, o mais perto que os negros chegavam era à varanda, donde espreitavam pelas janelas para verem como lá dentro os colonos e suas famílias se divertiam. Quando havia cinema, aos mulatos e pretos assimilados em geral eram vendidos bilhetes que não

correspondiam a nenhuma cadeira. Nós tínhamos de levar cadeiras de casa e colocá-las em filas suplementares, junto do bloco onde se sentavam os brancos, que era na parte de trás da sala. O lugar dos indígenas era junto ao ecrã, num bloco onde não havia cadeiras mas uns bancos corridos. Claro que a maioria sentava-se no chão.

Entre os indianos, os negros e os mistos havia já uma certa integração, se bem que em certos momentos, por pressão ou imposição dos colonos, os diversos grupos raciais se mantivessem separados. Isso acontecia na disputa de alguns privilégios que os brancos por vezes concediam aos não brancos. A Moamba era de facto uma sociedade rigidamente estratificada, na qual nós, os pretos, tínhamos as nossas formas próprias de convívio, fazendo as nossas próprias "farras", organizando deslocações anuais com a colaboração de algum parente, chefe de terras ou agricultor da vizinhança, por ocasião das bebidas sazonais (ucanhi e xicadu)(124), recebendo os nossos amigos de Lourenço Marques, fazendo excursões para Ressano Garcia, organizando desafios de futebol. Em Novembro de 1951, nasceu o meu oitavo filho, Fernando.

Em Agosto de 1954, nasceu o meu nono filho, João.

## A igreja católica e a escola primária para indígenas

Até cerca de 1955, não havia igreja católica na Moamba. Costumava ir um padre de Ressano Garcia ao domingo, para dizer a missa na escola primária Aires de Ornelas.

O administrador e outros colonos católicos resolveram contribuir com dinheiro para a construção de uma igreja. Um dos contribuintes mais entusiastas, lembro-me bem, foi o António Lopes da Silva, colono e comerciante em Pessene. Como o dinheiro recolhido ainda não fosse suficiente, o administrador resolveu convocar os pretos, através dos régulos, para contribuírem. Na altura eu, que nem sequer era católico, concordei com a ideia por uma razão muito simples: era provável que atrás da igreja viesse uma escola primária para indígenas. Até aí, à parte a Escola de Artes e Ofícios, só havia uma escola primária para brancos e não indígenas, quer dizer, mistos, indianos e assimilados. Assim, a grande maioria das crianças, nos arredores da vila, não tinha escola. Foi com base neste argumento que a população acedeu em contribuir para a construção da igreja,

Os régulos responderam bem. Toda a gente se interessou. Até os hindus e os maometanos contribuíram.

No fim da obra, porém, não sobrava dinheiro para comprar o sino. O padre de Ressano Garcia, que era o padre Campos, recusou-se a inaugurar

a igreja sem o sino. O administrador falou comigo e sugeriu que o dinheiro para o sino viesse de mais uma colecta entre os régulos e os chefes de terras.

Mais uma vez a população toda acedeu. Juntou-se uma grande quantidade de gado que se vendeu na feira, arranjando-se assim o dinheiro para o sino.

A igreja foi inaugurada pelo cardeal D. Teodósio e pelo governador-geral Gabriel Teixeira.

A seguir à inauguração, construiu-se ao lado da igreja a escola primária para indígenas. O padre Campos passou a viver na Moamba, pois perto da igreja foi também construída a residência do padre.

Muito mais tarde, o padre Campos, com quem sempre tive as melhores relações, foi feito cónego. Um dos meus filhos mais pequenos um dia veio dizer-me que ouvira na escola que o padre já não era padre, era "cómico".

## GENTE DA MOAMBA

### Ana Rosa Barral "Rossana"

Há algumas pessoas de quem não posso dissociar da minha vida na Moamba, de tal forma o convívio com elas me marcou. Por outro lado, trata-se de figuras típicas no mundo complexo onde o colonialismo e o racismo nos limitavam.

Uma dessas pessoas é a minha prima Ana Rosa Barral "Rossana". Ela nasceu em Marracuene, de mãe negra e pai português. A mãe dela, Ussinge Mpfumo, era prima de minha mãe, e seu pai, o colono Fernando Barral, tinha a cantina na área de Marracuene.

Rossana, que cresceu com a mãe, foi convertida ao islamismo em criança.

O seu primeiro marido foi um indiano, comerciante estabelecido na Moamba, precisamente o Abdul Sacoor "Xipissile" de quem já falei, pois era o dono da casa de madeira e zinco que eu viria a comprar em 1947. Quando este homem morreu, Rossana herdou o seu negócio. Ela tornou-se também criadora de gado.

Rossana era uma mulher de trabalho e de coragem. Fazia essencialmente a sua vida sozinha e dirigia com mão de ferro os seus negócios.

Lembro-me bem de que tinha uma voz poderosa e uma postura que poderia parecer agressiva a quem a não conhecesse; mas à sua maneira ela era até bastante sentimental. Nenhuma criança saía da sua loja sem um doce, "xuinga" e por vezes até uma garrafa de "Tombazana".

A Rossana tinha um fiel ajudante, o Ngomana, cuja principal função era a de angariar magaíças.

Os magaíças chegavam a Ressano Garcia, de comboio, vindos do seu período de trabalho nas minas da África do Sul. Aí era-lhes pago o seu salário contratual e eram-lhes cobradas as respectivas taxas. Nesse dia, vagueavam por Ressano Garcia, iam às cantinas e às povoações próximas da vila, essencialmente para beber e comprar algumas coisas, e dormiam no "**compound**" da Companhia Mineira Wenella que lá existia. No dia seguinte subdividiam-se consoante os seus destinos e os que iam para Xinavane e Xai-xai iam de comboio até à Moamba. Aí interrompiam a viagem durante umas horas. Após ser-lhes fornecido um "mata-bicho" pelo delegado da Wenella, o Sr. Sultuane, conhecido por "Nwa Timbawene"[27], tinham ainda algum tempo para ir às cantinas antes da partida do comboio com destino a Xinavane.

Aí é que Ngomana e os angariadores dos outros comerciantes entravam em acção; creio que os angariadores recebiam do cantineiro uma certa quantia por cada magaíza que levassem à cantina. Na Moamba, os dias de magaízas eram as quintas-feiras e domingos, e nesses dias as cantinas estavam autorizadas a abrir mais cedo, dado que o comboio chegava bastante cedo de Ressano.

Esta minha prima, Ana Rosa Barral (Rossana), mulher de negócios, teve quatro filhos, o Rui, a Alda, a Dalila e o Carimo, e criou ainda uma sobrinha, a Zaida.

## Ximezana

Ximezana era um agricultor negro abastado, pois possuía cerca de 300 cabeças de gado, o que para a altura era verdadeiramente excepcional. Ximezana tinha a sua casa próximo da propriedade de um colono chamado Lopes de Castro(125). Um dia este colono mandou chamar o Ximezana. Já está visto que o branco ali era chefe, portanto, se quisesse falar com um preto, era só mandar chamar que este ia. Ora o Castro disse a Ximezana que o gado deste lhe danificara as culturas, embora Castro não tivesse machamba, mas apenas gado. Assim "julgado" sumariamente, Ximezana foi amarrado de pés e mãos por ordens do Castro que o meteu na camioneta e arrancou sem mais delongas. A princípio, Ximezana supôs que se dirigiam à Administração da Moamba, mas cedo percebeu que iam para os lados de Boane. Por sorte, Ximezana conseguiu desfazer-se das cordas e saltar do carro sem que Castro se desse conta.

Ximezana dirigiu-se à Administração da Moamba, procurando saber se Castro apresentara alguma queixa, mas nada constava. Nunca se soube

27 Timbawene significa em português "feijões"; esta alcunha foi posta ao Sultane, precisamente porque o mata-bicho da Wenela constava essencialmente de feijão.

a que pena terrível Ximezana fora condenado por Castro, pois este nunca mais logrou "executar" a sua sentença. Mas a história não acaba aqui.

Depois de Castro morrer, um filho seu envolveu-se em questões com os seus trabalhadores. Não sei ao certo qual era o problema, mas sei que um desses trabalhadores, por sinal um jovem vindo de Manjacaze para o chibalo, foi marcado na testa pelo tal filho do Castro, com o ferro de marcar gado. O trabalhador apareceu a queixar-se na Administração. Nessa altura eu vi-o. Era simplesmente horrível. Chamado a explicar-se, o filho de Castro disse ao administrador que marcara o indígena por engano, pois encontrava-se a marcar gado quando ele apareceu pela frente...

E o caso ficou assim.

Isto deu-se em meados da década de 50.

Voltando a Ximezana, este foi, mais tarde, o primeiro agricultor negro da região a comprar um tractor.

## Xicotela

Xicotela quer dizer "lata". Não sei por que razão este meu amigo e criador de gado de Matucanhane, área da Moamba, era chamado assim. Ele teria talvez umas 200 cabeças de gado. Quando eu andava a fazer trabalho naquela área, hospedava-me muitas vezes em casa dele.

Xicotela era um homem com certo poder na área.

É interessante notar que estes agricultores ou criadores de gado, pretos, com posses económicas, tinham uma relação especial com os régulos da região. O poder era uma consequência directa da sua posição económica. Daí lhes vinha o respeito e o prestígio de que usufruíam. Por vezes ajudavam economicamente, com empréstimos ou outros meios, agricultores menos afortunados.

Assim, tinham também o respeito do régulo, do chefe de terras e do induna. Como Xicotela, havia vários outros. Lembro-me, por exemplo, de um homem chamado Massoquise Nkosi, cunhado do Ximezana, que foi também um grande criador de gado na região da Moamba.

## Labote Ubisse

Labote era outra pessoa influente entre a população da Moamba. Ele era curandeiro e criador abastado. Era também acessor no chamado Juízo Privativo dos Indígenas(126). Cada circusncrição (e a Moamba era-o) tinha, junto ao julgado municipal, uma instância especial para os problemas dos indígenas. O presidente deste juízo era o administrador, o qual era também juiz municipal.

Labote, a determinada altura, cerca de 1958, resolveu fundar um clube. Era o Clube Africano, consistindo em duas palhotas enormes com bar, salão de baile e sala de reuniões. A tese de Labote era a de que os africanos da Moamba precisavam de ter o seu próprio local de recreação, uma vez que não podiam entrar no clube dos brancos.

Quando se inaugurou o Clube Africano, houve um baile grandioso, abrilhantado pelo conjunto musical "Monte Carlo" de Badrudin Galbo Canji. Isto foi num sábado. No dia seguinte houve uma tarde dançante. Lembro-me que o meu filho Raúl tocou acordeão nesta tarde dançante.

Foi uma festa grande. Veio gente de Lourenço Marques, do Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique e do Núcleo dos Estudantes, que era a secção juvenil do Centro.

## Cooperativa dos Agricultores de Tsombene

Na região de Tsombene, próximo de Vundiça, nasce o rio Matola. A zona é boa para a agricultura.

Acontece que, no início da década de 30, um grupo de agricultores negros da área de Marracuene, onde as melhores baixas para a agricultura tinham sido ocupadas por colonos, foi à Moamba pedir ao régulo Vundiça para fazer ali as suas machambas. O régulo autorizou. As pessoas continuavam a ter as suas povoações e residências em Marracuene, mas faziam machambas em Tsombene(127).

Com o tempo, foi aumentando o número destes semi-emigrantes e eles acharam por bem ir apresentar-se na Administração. O administrador aceitou esta situação. Não lhes eram cobrados impostos na Moamba uma vez que os pagavam em Marracuene onde residiam.

Assim se constituiu a Cooperativa dos Agricultores de Tsombene.

O administrador Soares de Lima, no início da década de 50, ofereceu 20 charruas à cooperativa, bem como algum gado do curral da Administração para tracção.

Porém, os terrenos, que eram baixos e húmidos, não eram muito propícios à agricultura de tracção e começou a haver problemas com a produção.

No ano de 1953, um novo administrador, o Andrade, foi visitar a cooperativa e constatou que a produção era fraca.

Então mandou recolher o gado da Administração e as charruas e ameaçou que mandaria todos os cooperativistas para o chibalo se não produzissem mais.

Aí, os agricultores pediram algum tempo ao administrador, no fim do

qual o convidavam a lá voltar. Ele regressou à cooperativa acompanhado pelo governador do distrito de Lourenço Marques.

Desta vez o panorama era outro. Havia tanta produção na cooperativa e tanto trabalho feito que o administrador teve de louvar os cooperativistas, embora não lhes devolvesse o gado que mandara retirar.

Lembro-me que alguns dos nomes ligados a esta cooperativa eram os de Alson Malengana Nkuhle, Ruben Magaia e João Mulocha, entre outros.

## Administração colonial

Quero explicar um pouco a estrutura das Administrações coloniais, tomando como exemplo a Administração da Moamba que era um julgado municipal, hoje distrito de segunda classe.

O pessoal era assim composto:

1 Administrador
1 Secretário
2 Aspirantes
1 Intérprete
12 Sipaios
1 Auxiliar
1 Motorista
1 Carpinteiro

Do administrador ao aspirante eram sempre brancos e, quando muito, um ou outro goês no lugar de aspirante. Do intérprete para baixo eram pretos.

Os aspirantes tinham de ter pelo menos o 5.º ano do liceu. Após alguns anos como aspirantes, prestavam provas para a chefia de um posto administrativo. Depois de mais alguns anos como chefe de posto, passavam para secretários. Depois disso poderiam chegar a administrador por antiguidade, embora houvesse em Lisboa uma escola própria para formação de administradores coloniais, o ISEU[28]. Mas mesmo os indivíduos formados pelo ISEU começavam como chefes de posto para ganhar prática.

Assim sucedeu que muitos aspirantes, que começaram miúdos, trabalharam comigo, aprenderam comigo o serviço, foram sendo transferidos e promovidos e depois voltaram para a mesma Administração onde eu trabalhava, já como secretários e até mesmo como administradores, tratando-me por "ó Raúl" para aqui "ó Raúl" para ali. Eu, é claro, continuava exactamente no mesmo lugar.

28 Instituto Superior de Estudo Ultramarinos.

Para os pretos não havia promoção. As leis da administração colonial não admitiam qualquer possibilidade. Vou dar um exemplo: para concorrer ao lugar de aspirante, era necessário ter-se o 5.º ano do liceu, como já atrás referi, mas era necessário também o serviço militar normal feito. Ora imaginemos que um preto, naquela altura, conseguia, fora de Moçambique, fazer estudos equivalentes ao 5.º ano. Ainda assim, ele não poderia ser aspirante porque os pretos simplesmente não faziam o serviço militar normal. Os indígenas tinham comandos e uma hierarquia militar própria e só podiam ir até primeiro-cabo indígena. Aliás, quanto aos indígenas, o colonialismo, pelas suas leis de ensino, nem remotamente corria o risco de existência de um único com o 5.º ano do liceu. Os assimilados simplesmente não faziam tropa[29], dando-se o mesmo com os mistos e goeses.

Em Setembro de 1958 nasceu a minha primeira neta, Stella Mónica.

Em Junho de 1959 nasceu a minha décima filha, Carla.

## O meu filho Raúl

O meu filho Raúl cegou da maneira que descrevi. Por este facto, ele ficou privado da escola. Vivia lá em casa, acompanhando de ouvido e de memória as lições que os irmãos recapitulavam em casa sobre a matéria dada na escola.

Uma vez, apareceu na Moamba um missionário suíço de nome Jermiquet. Trabalhava na missão de Antioca, em Magude. Era também o responsável pelas delegações da Missão Suíça na área, porque, entre outras, havia as missões de Malengane e Vundiça, na área da Moamba(128).

Nesse dia ele ia à Administração da Moamba para tratar de certos assuntos relacionados com a sua profissão. Convidei-o para almoçar em minha casa e ele aceitou. Aí, ele viu, entre os meus filhos, o miúdo cego e então contei-lhe o que se passara com a criança. Jermiquet, impressionado com a situação da criança, propôs-se ensinar-lhe "braille"[30], mas a dificuldade é que os seus livros eram escritos em francês e o miúdo não sabia francês. Então Jermiquet prontificou-se a levar o meu filho para sua casa, na missão de Antioca, para lhe ensinar francês.

Eu e minha mulher aceitámos. O meu filho Raúl ficou com Jermiquet durante seis meses. Isto passou-se em 1953. Ele beneficiava da aprendizagem do francês e das aulas da Missão (ensino primário) a que assistia. Nesses seis meses aperfeiçoou o seu francês e também o inglês, seguindo as lições da rádio.

---

29 Apesar de, a partir dos 20 anos, pagarem taxa militar.

30 Método de escrita própria para cegos.

Subitamente, a esposa de Jermiquet adoeceu gravemente e teve de seguir para a Suíça e assim o miúdo voltou para casa. Trouxemo-lo para Lourenço Marques, para a casa dos avós, pois ali pelo menos a vida era menos monótona para ele. Podia relacionar-se com os primos, com os tios, com gente da Missão Suíça e talvez aprender mais coisas. Ele continuou a acompanhar o inglês pela rádio e beneficiou de aulas de conversação com o avô, o meu sogro, que vivera durante muitos anos na África do Sul, onde se tinha educado.

Uma vez, o meu filho ouviu dizer pela rádio[31] que em Lisboa abrira uma escola para cegos e que aceitavam alunos vindos do então chamado Ultramar. No dia seguinte, o meu filho pediu-me que viesse da Moamba, e pôs-me ao corrente do que se passava. Certamente que para ele era uma perspectiva de vida diferente, de ser homem válido e útil. Nós, porém, não tínhamos a mínima possibilidade de lhe custear estudos tão caros[32].

Pedi então uma audiência ao governador de distrito, a quem expus o caso. Ele indicou que deveria fazer um requerimento ao Ministro do Ultramar e assim fiz. Seis meses depois mandaram chamar-me para me dizerem que o pedido tinha sido deferido.

Foi assim que, em 1960, com a idade de 21 anos, o meu filho Raúl seguiu para um centro de reabilitação de cegos, em Lisboa. Em 1972/73 licenciou-se em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

## O gosto pela leitura e pelas histórias e a vida familiar

Adquiri o gosto pela leitura quando era ainda muito jovem.

Foi em 1921 que li o primeiro livro não escolar. Tinha então 16 anos. Era o primeiro volume de *As Mil e Uma Noites* e foi-me emprestado por um amigo de Ressano Garcia, o Ali Taju. Este homem trabalhava no comércio e frequentava a casa do meu cunhado Hassan, com quem eu estava a viver na altura.

Ao aperceber-se de que eu gostava de leitura, Ali Taju trouxe-me mais livros. Ele tinha um irmão em Lourenço Marques, o Rachid, que trabalhava na firma "Paulino Santos Gil"(129), e que também me emprestou muitos livros. Um outro homem, amigo dos irmãos Taju e amante da leitura, era o Valgi Tricamegi, o qual passou também a emprestar-me livros. A minha amizade com este trio desenvolveu-se também pelo facto

31 A rádio era a companhia constante do meu filho.

32 Mal tínhamos para custear os estudos dos outros filhos em escolas locais. Contudo eles beneficiavam de subsídios da Missão Suíça bem como, algumas vezes, de isenção de propinas.

de qualquer um deles ser colaborador do jornal da minha predilecção, *O Brado Africano,* escrevendo quer em português quer em ronga. Lembro-me de que os artigos que escreviam eram essencialmente sobre problemas da comunidade islâmica.

Depois de uma primeira fase de leituras diversas, tornei-me um apaixonado pelo romance. Li Júlio Verne, Victor Hugo, Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco, Leão Tolstoi. Cheguei a corresponder-me com editoras portuguesas que me enviavam livros à cobrança. Fui também assinante da *Mocidade Africana,* revista de estudantes das colónias em Portugal, nos anos 20 e 30. Lia o *Reader's Digest,* o *Zonk,* uma revista de negros da África do Sul, escrita em zulu e em inglês, o *Cruzeiro* (revista brasileira) e outras.

Normalmente, após o jantar, sentávamo-nos à volta da mesa ou na varanda a conversar. Eu gostava, e ainda gosto, de comentar as notícias do jornal com a minha mulher. Lembro-me de ter comentado com ela e até de lhe ter lido em voz alta muitos episódios da Segunda Grande Guerra, da guerra da Coreia e da guerra do Vietname, narrados no jornal *Notícias.*

Líamos regularmente e explicávamos a Bíblia às crianças.

Assim, os meus filhos habituaram-se a ouvir histórias desde cedo. Penso que foi a partir daí que eles ganharam também o gosto pela leitura, pois que se eu lhes contava algo que tinha lido num livro, gostava de lhes referir e mostrar a fonte, encorajando-os a ler.

A narração de histórias (verídicas, de livros, ou contos tradicionais) fazia pois parte integrante da nossa vida familiar.

Penso que contribuiu bastante para a formação dos meus filhos o terem conhecido desde cedo a riqueza das nossas histórias tradicionais.

Eu tinha uma prima chamada Mahlenheza, que vivia no Dingue e nos visitava frequentemente, e que era efectivamente uma espantosa contadora de histórias tradicionais, incluindo os variadíssimos e sempre encadeados episódios de "**nwa mpfundla**", o coelho[33] e as histórias terrificantes de "psitukulumukumba" (criaturas maléficas).

Esta minha prima chegou a ir expressamente à Moamba, para sessões de histórias, a pedido dos meus filhos. Mahlenheza contava as suas histórias num ronga perfeito.

A propósito, queria explicar que em nossa casa éramos bilingues. Eu e minha mulher falávamos um com o outro predominantemente em ronga, nossa língua materna, ensinada a todos os nossos filhos em pequenos, embora, devido à escola, eles se expressassem melhor em português.

33 Na fábula africana, o coelho aparece frequentemente como um ser cheio de artimanhas e prosápia, que vence a força do elefante e do leão com a sua esperteza.

Cultural e socialmente, a minha família esteve sempre muito ligada a Lourenço Marques, onde vínhamos frequentemente, para festas e cerimónias de família, para ir à igreja da Missão Suíça ou para a festa do Natal em casa dos meus sogros.

Na Moamba, talvez o evento social mais importante para nós fosse a festa anual do xicadju e ucanhi. Normalmente éramos convidados para a casa de algum amigo da zona. Estas festas eram sempre muito animadas. A vizinhança toda concentrava-se num só local. Fabricavam-se dezenas de litros de xicadju e ucanhi. Havia petiscos vários, actividades culturais e passava-se um dia muito agradável, convivendo.

## Eduardo Mondlane

Uma vez que eu era crente da Missão Suíça, sempre que acontecesse estar em Lourenço Marques a um domingo, eu ia à igreja.

Assim sucedeu num belo dia, no ano de 1961. Eu e minha mulher dirigimo-nos à igreja presbiteriana da Missão Suíça, no Chamanculo, e nesse domingo a igreja foi visitada pelo Doutor Eduardo Mondlane(130), crente daquela igreja que, já casado e formado no estrangeiro, vinha visitar o seu país.

Após o culto de domingo, Eduardo Mondlane dirigiu a palavra aos crentes ali congregados. Este era o costume na Missão Suíça. Ao visitante que chegasse, era dada a palavra após o culto. Mondlane, lembro-me bem, tinha um ar de grande vitalidade e inteligência, e a sua alocução naquele dia teve grande impacto em todos nós.

O orador pediu para falar em português para se expressar melhor, visto que durante dez anos estivera no estrangeiro e nunca mais fizera uso de sua língua-mãe. Como reparara que alguns dos assistentes se preparavam para tirar apontamentos, referiu que não valia a pena pois que junto dele havia um gravador, e tudo quanto dissesse seria gravado.

É que já havia muita curiosidade à volta da pessoa de Mondlane, porque era um preto que, apesar da política dos portugueses, conseguira estudar. Após a sua chegada a Lourenço Marques, a sua história, de uma pessoa inteligentíssima e com grande determinação e empenho em estudar, começou a ouvir-se em todos os cantos. Naturalmente, haveria também grandes apreensões por parte da PIDE, polícia política colonial, uma vez que os portugueses começaram então a recear a influência que este doutor preto poderia ter nos outros pretos, principalmente jovens, com as "ideias estranhas" que certamente trazia lá de fora.

Eu soube da sua história através de várias fontes. Ele próprio falou um pouco de si naquele dia, mas por várias vezes o Dr. Clerc, que é meu

amigo pessoal, e o meu primo Zedequias Manganhela(133), que era pastor da Igreja Presbiteriana, me falaram de Eduardo Mondlane, que conheciam intimamente.

Eduardo Mondlane foi um dos fundadores do Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos, associação juvenil do centro Associativo dos Negros de Moçambique, em 1949. Antes de sair de Moçambique para o estrangeiro, frequentava também a igreja da Missão Suíça. Foi aliás através da Missão Suíça que ele iniciou os estudos primários, em Manjacaze.

Ele veio para Lourenço Marques apenas com a terceira classe rudimentar, tendo vivido em casa do Dr. Clerc durante algum tempo. Durante um certo período, a Missão Suíça enviou-o para Chicuque, missão metodista americana situada na Província de Inhambane. Lá aprendeu inglês.

Acabados os estudos primários, ele quis continuar no ensino secundário, mas teve dificuldades de ingresso no liceu por falta de documentos de assimilado. Acabou por ser enviado para Spelonken, no Transval Norte.

Após terminar aí os seus estudos secundários, Eduardo Mondlane ingressou na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, onde se distinguiu como aluno brilhante. Entretanto houve uma remodelação governamental na África do Sul, que levou ao governo de Daniel Malan(134), o qual implementou a política de segregação racial também no ensino. Isto culminou com a expulsão de Mondlane da Universidade, não obstante o protesto dos seus colegas, incluindo os de raça branca, que reconheciam os seus méritos estudantis. Regressou a Moçambique no tempo do governador-geral Gabriel Teixeira. Aqui ele permaneceu por alguns meses. Consta que o governo colonial recebeu ofícios confidenciais da África do Sul, informando contra Mondlane. Do governo-geral chamaram-no e perguntaram-lhe porque é que ele fora tão longe para estudar. Prontificaram-se a tratar de tudo para ele ir para Portugal. Foi neste entretanto que ele dinamizou o núcleo de estudantes que já existia em embrião. Com efeito, Mondlane mudou o nome da Comissão Juvenil do Centro Associativo dos Negros para Missão Juvenil que fora criada cerca de dois anos antes por um grupo de jovens que integrava Herbert Matsolo, Georgette Libombo, Mário Bernardo (meu filho), Mateus Mabote, João Daniel e Cesár Augusto Matavele, todos eles na altura estudantes na Escola Técnica Sá da Bandeira.

Já naquela altura, esta comissão de estudantes era alvo de perseguições por parte do regime, que certamente não a via com bons olhos. Tanto Herbert Matsolo como Georgette Libombo tinham já sido molestados pela polícia política (PIDE) e até tinham estado presos durante algumas horas. Quer a Comissão, quer, mais tarde, o Núcleo, sob a direcção de

Mondlane, promoveram bastantes palestras educativas, às quais os jovens daquele tempo acorriam com muito entusiasmo.

Eduardo Mondlane esteve em Portugal apenas por um ano, após o que seguiu para Nova Iorque.

Segundo ele próprio referiu naquele domingo na Missão Suíça, na América ele doutorou-se três vezes em Universidades diferentes. Foi docente na Universidade de Siracusa antes de ir trabalhar para as Nações Unidas.

Ao contar isto, ele referiu que, após todos estes estudos, ele perguntou a si próprio para que é que estudara tanto, em que é que empregaria tantos conhecimentos, e então este desejo de voltar à sua terra tornou-se uma certeza na sua cabeça.

Mondlane contou depois a seguinte história, que nos empolgou a todos:

*Havia um homem que tinha galinhas. Resolveu criar uma águia misturada com as galinhas.*

*Um belo dia, chegou a casa deste homem um amigo seu a quem ele contou o caso, referindo que quase conseguira transformar aquela águia em galinha. A águia nem sequer sabia voar como as outras águias. Aí o amigo disse ao dono da criação que não tivesse ilusões pois que a águia sempre seria águia e nunca seria galinha. Assim pegou nela e atirou-a delicadamente ao ar, para que ela voasse. A águia bateu um pouco as asas e depois caiu. Ao outro dia, o amigo voltou a pegar na águia e a atirá-la ao ar. Aí, a águia bateu as asas com força e conseguiu voar um pouco mais. No dia seguinte, o homem fez o mesmo e desta vez a águia voou de vez.*

*Aí o amigo demosntrou ao dono da criação que, tal como ele vira, uma águia nunca podia deixar de o ser, por mais que vivesse entre galinhas e se comportasse como uma galinha.*

Esta pregação foi muito comentada na altura pela mensagem de que estava carregada.

Depois da sua estadia em Lourenço Marques, Mondlane foi para Manjacaze, sua terra natal. De caminho foi apresentar cumprimentos ao governador de Gaza, que era o capitão Óscar Ruas, o qual lhe prestou homenagem pública.

Mondlane passou pela sua terra e foi até Inhambane. Depois de algum tempo, voltou para os Estados Unidos, deixou o seu emprego e foi para Tanzânia (então Tanganyika), onde fundou a FRELIMO.

Tornei a ouvir falar de Eduardo Mondlane na PIDE, quando me prenderam em Maio de 1962.

## Prisão de indianos

Em Dezembro de 1961, o território indiano de Goa, que até então tinha sido uma colónia portuguesa, foi tomado pela Índia. O governo colonial, inconformado com os factos, começou a exercer represálias e a espoliar os comerciantes e outros residentes indianos em Moçambique. Na zona da Moamba e de Ressano Garcia, as autoridades coloniais determinaram a concentração obrigatória de todos os nacionais da União Indiana em locais designados para o efeito. Para escapar a estes verdadeiros campos de concentração, era necessário ter-se cidadania portuguesa ou paquistanesa, ou outra qualquer, que não indiana. Na Moamba, a concentração fez-se no estabelecimento comercial que era pertença de Haribhai Premabhai, o qual por acaso se situava muito próximo da minha casa.

Após alguns dias de prisão na Moamba, os indianos foram todos enviados para Lourenço Marques, para centros maiores.

Pouco antes da sua prisão, porém, logo que se soube da tomada de Goa, houve funcionários administrativos e outros dos Caminhos de Ferro que andavam de casa em casa a exigir a todos os indianos grandes somas em dinheiro, as quais, diziam, era para os defenderem, mais tarde, contra qualquer acção de retaliação por parte do governo. Está claro que isto já fazia parte do processo de pilhegem aos indianos. Estes acabaram por ser expulsos de Moçambique, podendo levar consigo apenas a roupa que traziam no corpo. Até mesmo as pulseiras e brincos de ouro das mulheres eram-lhes arrancados.

Os filhos destes indianos, a quem era dada a possibilidade de permanecer em Moçambique, por aqui terem nascido, não tinham qualquer direito sobre os bens de seus pais, que foram nacionalizados.

Este processo foi mais uma demonstração do carácter vil e da violência do processo colonial.

Após a expulsão dos indianos, surgiu na cidade de Lourenço Marques um fenómeno que chocou a população: a prostituição de raparigas indianas, como forma de sobrevivência.

Na altura, comentou-se muito entre nós a situação de miséria em que, de repente, dezenas de milhar de pessoas indianas tinham sido colocadas pelo governo colonial.

# V.

# DE 1962 A 1975

## ANO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

## A MINHA PRISÃO PELA PIDE

Foi num sábado de manhã.

Era o mês de Maio de 1962. Eu estava na secretaria da Administração da Moamba onde trabalhava sob as ordens do administrador António de Almeida Azevedo. Cerca das dez horas apareceu um jipe com uns três ou quatro brancos desconhecidos. Saíram acompanhados do cabo de sipaios e foram aos Caminhos de Ferro prender um indivíduo conhecido por Manuna, e mais outro. Depois foram aos Correios e prenderam o Vicente Matola que era lá trabalhador e era meu sobrinho por afinidade. Foram depositar aqueles na cadeia da Moamba e depois regressaram para a Administração. Aí, o administrador deu-me ordens para "acompanhar" aqueles senhores. Prenderam também o auxiliar, o Dinís. Lá fomos metidos no jipe e trazidos directamente para Lourenço Marques.

Mais tarde, a minha mulher contou-me o que se passou com ela naquele dia e nos dias seguintes.

A minha mulher viu que já passava do meio-dia e meia-hora e que eu não regressava a casa para almoçar. Depois chegou à nossa casa um rapaz que era servente na Administração, o Estevão Macia, o qual informou que eu estava preso. Minha mulher espantou-se, como é de calcular. Dirigiu-se directamente à casa do administrador para lhe pedir explicações. Veio a senhora do administrador à porta do quintal e disse à minha mulher que o administrador não estava. Então a minha mulher dirigiu-se à casa do secretário. Ele apareceu no quintal a palitar os dentes, e disse-lhe assim: "O que é que tens?". Depois de ouvir a minha mulher, disse que nada sabia e virou-lhe as costas.

Minha mulher foi para casa, mudou de roupa, pegou no bebé que era a nossa filha Carla e foi para a estação do caminho-de-ferro para apanhar o comboio para Lourenço Marques. Ao dirigir-se para a estação avistou o carro do administrador em frente à residência dele, e entrou (mesmo pela porta da frente).

O criado que servia *whisky* abriu a porta e logo a seguir veio o administrador à porta para dizer à minha mulher que só sabia que eu fora preso pela PIDE cuja sede era na antiga casa do Algarve em Lourenço Marques. Minha mulher prosseguiu para a estação do caminho-de-ferro, a chorar de revolta. Ali havia muitas mulheres de outros que, como eu, tinham sido presos nessa manhã e todas choravam e tentavam saber o que fazer e aonde se dirigirem, uma vez em Lourenço Marques. Para nós todos, a PIDE era uma coisa nova.

Assim, antes de passar o comboio que deveriam apanhar para Lourenço Marques, passou um que ia para Ressano Garcia. Nele chegou o meu filho

Luís, a quem a mãe pôs ao corrente do que me sucedera. Ele então disse à mãe para seguir para Lourenço Marques e esperar por ele lá, que ele ia naquele mesmo comboio para Ressano Garcia tentar falar com algum responsável da PIDE da fronteira, e ver se descobria o que se passava e para onde me tinham levado.

Minha mulher apanhou o comboio para Lourenço Marques e, uma vez lá, chamou um táxi e dirigiu-se directamente para a "Vila Algarve". Lá reinava o silêncio. Apareceu alguém que era o piquete a quem minha mulher entregou um par de pijamas, pasta dentífrica e escova e laranjas para mim. Ele mandou esperar, pois ia confirmar a minha prisão. Pouco depois regressou e disse que de facto eu estava preso mas que me encontrava no comissariado da polícia. Nestas andanças, acompanhava a minha mulher o meu compadre Domingos Hausse de quem já falei a propósito do Clube da Moamba. Depois ela foi para casa dos meus sogros em Xipamanine.

Quando ela saiu da "Vila Algarve", dirigiu-se logo à casa de meu primo que tinha muitos conhecimentos com brancos dos meios governamentais, pensando que ele poderia ajudar a descobrir o que se passava comigo. Porém esse meu primo não se achava em casa e esquivou-se a intervir até eu ser posto em liberdade, pois não queria comprometer-se perante a PIDE.

Já de noite, apareceu em casa o Luís que acabava de chagar de Ressano Garcia e que contou a minha mulher do falecimento do filho do condutor da Administração da Moamba, Jaime Samo Gudo, de quem já falei também, a propósito do Clube da Moamba.

O Jaime tinha sido procurado pela PIDE na altura da nossa prisão, mas ele tinha-se ausentado para o Sábie. Foi assim que o Jaime escapou da prisão naquela manhã; e ao menos pôde chorar a perda do seu filho em liberdade.

O Luís disse à mãe que, em Ressano Garcia, apenas conseguira que o seu primo Mamade Mogne falasse com um tal Gonçalves, chefe do posto local da PIDE, o qual nada adiantara.

O meu filho saiu para ir procurar o senhor Moreira Rato(135) que era um economista influente.

Naquela altura, a preocupação dos meus familiares era descobrirem pelo menos qual era a causa da minha prisão, e tirarem-me de lá, uma vez que não me conheciam qualquer crime. Por outro lado, o nome PIDE, embora ainda pouco conhecido, era-o suficientemente para aterrorizar toda a gente. Durante a manhã de domingo, o meu filho conseguiu comunicar as suas preocupações quanto à minha situação ao Dr. Moreira Rato, ao intendente Rocha(136), ao governador de distrito Vasco Rodrigues e ao

inspector administrativo Abíllio Mendes Gil, pessoas que sabia que me conheciam e tinham por mim alguma consideração.

Entretanto no domingo à tarde, minha mulher regressou à Moamba no comboio correio, pois as outras crianças estavam lá sozinhas.

Na segunda-feira à noite, o Luís chegou à Moamba e comunicou à mãe que, durante o dia de terça-feira, nada poderia fazer, pois chegaria a Lourenço Marques, vindo de Lisboa, o novo governador-geral Sarmento Rodrigues(137). Contudo, na terça-feira de manhã, o Luís veio para Lourenço Marques para continuar as "démarches". Nada conseguiu, como previra, e à noite regressou à Moamba. Na quarta-feira de manhã, o Luís veio de novo a Lourenço Marques, mas à noite não regressou à Moamba. Minha mulher ficou aflita. Finalmente o Luís chegou no comboio das duas da manhã.

O Luís, ao chegar, não falou. Apenas abraçou a mãe que começou a chorar enquanto ele se ria. Ela compreendeu que eu já fora solto. Na quinta-feira de manhã, minha mulher e o Luís chegaram a Lourenço Marques à casa dos meus sogros no Xipamanine. Minha mulher chorava e ria ao mesmo tempo. Abraçou-me. Nunca me tinha visto tão magro, barbudo e revoltado.

Mas quero contar as coisas vistas do lado de dentro.

## Primeiro dia: sábado

Chegámos no jipe à "Vila Algarve". Nós, os presos, ficámos no carro. Os PIDES entraram. Tornaram a vir para o jipe e conduziram-nos para o Comissariado. Fui levado para uma cela com negros, mistos e indianos. Fiquei ali, triste, a pensar na minha mulher e nos meus filhos. Passei a noite sentado numa tarimba minúscula.

Mais tarde vi o Dinis no chão e disse-lhe para subir para a tarimba e deitar-se ao meu lado, e ele assim fez.

## Segundo dia: domingo

De manhã levaram-nos para a secção de identificação onde nos tiraram impressões digitais e fotos. Depois veio o almoço. Comi apenas porque já começava a sentir fraqueza. Na cela havia um autoclismo avariado e qualquer de nós tinha de fazer as suas necessidades ali mesmo.

Éramos cerca de cinquenta. Havia uma porta de ferro que dava para um corredor interno e uma frestazinha gradeada, do lado do ocidente, de onde não vinha qualquer aragem. O ar era irrespirável.

Na noite de domingo para segunda-feira estávamos na cela e começámos

a ouvir gritos lancinantes. Uma das vezes pareceu-me ouvir a voz do meu filho Luís. Convenci-me de que ele tinha sido também preso. Também nessa noite não consegui dormir.

## Terceiro dia: segunda-feira

Fui levado para o interrogatório na sede da PIDE e estive lá das 7 da manhã até às 13 horas. Acusaram-me de fazer reuniões clandestinas no "**compound**" dos Caminhos de Ferro, na Moamba e numa localidade chamada Sicongene que ficava a dez quilómetros da Moamba. Disseram que no Sicongene as reuniões eram em casa do Elias, um trabalhador dos Caminhos de Ferro que também estava preso. Disseram-me que todos os outros presos da Moamba faziam parte deste grupo e que eu é que presidia. Disseram que aí, nessas reuniões, tratávamos de assuntos de Eduardo Mondlane e, porque eu estivera em contacto com ele aquando da sua vinda a Moçambique, em 1961, disseram que eu era um dos seus emissários; tudo isto, alternando os insultos mais degradantes com as ameaças mais brutais.

É claro que eu neguei tudo isto, pelo simples facto de que não correspondia à verdade. Expliquei que, para além de o ter visto na igreja, pela forma que atrás descrevi, eu não tinha tido qualquer outro contacto com o Dr. Eduardo Mondlane.

Os PIDES também me disseram que, na Moamba, eu era o das ideias subversivas, o chefe dos pretos. Eu expliquei que dava a minha opinião a quem me pedisse e era amigo de ajudar quem era mais desgraçado do que eu.

Houve uma interrupção para o almoço. À tarde, das 15 às 19 horas, o interrogatório continuou com a insistência, por parte da PIDE, nas mesmas questões e a insistência da minha parte nas mesmas respostas.

## Quarto dia: terça-feira

Continuei a ser interrogado por um inspector. Falei-lhe da minha afecção cardíaca e ele disse-me que seria levado à consulta na quarta-feira. Recusei-me e disse-lhe que iria à consulta como um ser humano, e não naquele estado imundo em que eu me encontrava. Novamente fui brutalmente insultado.

## Quinto dia: quarta-feira

De manhã voltei a sofrer o mesmo interrogatório. Era desgastante, mas não perdi nunca a calma.

Interrompemos à hora do almoço.

À tarde, quando me chamaram na cela, vi o Luís na varanda.

Meteram-me lá dentro e o inspector disse-me assim: "Você tem sorte. Vai sair. O governador interveio pessoalmente. Diz que você não tem nenhum processo disciplinar e é bom funcionário. Diz que você é muito conhecido para estar na cadeia."

Depois, o mesmo inspector disse-me que eu devia ler o processo e assiná-lo. Entretanto, o inspector disse que eu devia colaborar com eles pois não queriam mal a ninguém, só queriam o bem de Moçambique e da nação portuguesa. Entregou-me ainda um cartão de visita deles com o nome e o título de inspector da PIDE, que eu rasguei em pedacinhos pequenos logo que saí dali, não só porque foi a primeira coisa que o meu filho me disse para fazer, mas também porque repugnava à minha consciência a ideia de qualquer outro contacto com aquela organização sinistra.

O inspector ofereceu-se para mandar um carro para nos levar para casa, e o Luís logo recusou esta oferta, tirando-me as palavras da boca.

Fomos andando pelas ruas de Lourenço Marques. Ora nos dávamos as mãos, ora nos separávamos. Para mim parecia um sonho estar em liberdade. Parámos em casa de uns amigos do Luís, a Bertina Lopes(138) e o Virgílio de Lemos(139), onde descansei e tomei chá. Dali fomos para casa, no Xipamanine.

No dia seguinte fui falar com o governador do distrito, manifestei-lhe o meu sentimento de indignação e disse-lhe que não queria voltar para a Moamba.

Quando esperava pelo governador na sua sala de espera, passou por lá o administrador da Moamba, o qual, a sorrir como se nada fosse, perguntou-me quando é que eu voltaria à Moamba. Eu disse-lhe que não queria voltar.

O governador dissuadiu-me de abandonar a Moamba imediatamente e disse-me que voltasse para lá e que tratasse legalmente do meu pedido de transferência para Lourenço Marques, para não "estragar" a minha vida; mais uma vez pensei nos filhos e fiz como me ordenavam.

Quando cheguei à Moamba, era considerado terrorista, até por outros pretos como eu.

Numa dada altura, ainda nesse ano, começaram a convocar gente para reuniões a que chamavam de auto-defesa. Os outros "assimilados", os mulatos, os indianos e todos os brancos foram integrados nesses grupos que, vim a saber mais tarde, eram controlados pela O.P.V.D.C.[34]. Houve até distribuição de armas pelos participantes.

34 Organização Provincial de Voluntários da Defesa Civil, uma das organizações coloniais fascistas portuguesas.

Felizmente, ninguém me convocou para essas reuniões, pois eu não iria e "estragaria" mesmo a minha vida.

Em 1963 vim transferido para a Administração do concelho de Lourenço Marques.

## Centro Associativo e Núcleo dos Estudantes

Mesmo antes da minha transferência para Lourenço Marques, em 1963, já os meus filhos, à excepção do João e da Carla, os mais novos, viviam na cidade com os meus sogros, pois era fatigante para eles viajarem diariamente de comboio para Lourenço Marques, para assistir às aulas no liceu e na escola comercial. Tínhamos conseguido economizar um bocado, por causa da machamba, e tínhamos construído uma barraca de madeira e zinco em Xipamanine.

A casa era muito razoável, comparada com a maior parte das casas dos subúrbios. Tinha oito divisões e era forrada a unitex. Quer dizer, era uma barraca melhorada. Tinha água canalizada, quintal de chapas de tambor e latrina e cozinha lá fora. Só muito mais tarde anexámos uma casa-de-banho e uma cozinha em blocos à própria casa.

Os meus filhos por vezes iam para a Moamba visitar-nos, aos fins-de-semana.

Desta forma eles tinham também em Lourenço Marques a possibilidade de frequentar a Igreja Presbiteriana e, por outro lado, a organização estudantil do Centro Associativo dos Negros da Província de Moçambique, que era o Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos (NESAM), como já referi.

A partir de 1963/64, o Núcleo começou a promover cada vez mais actividades culturais e sociais, o que não era grato à PIDE. Alguns miúdos começaram a ser perseguidos e vários foram-se embora nesses anos, para se juntarem à FRELIMO ou simplesmente para fugirem à PIDE(140).

Lembro-me de vários saraus de poesia, organizados com a colaboração de pessoas até alheias ao Centro, como o José Craveirinha(141), o Nogar(142), o João Reis(143) e outros. Houve também debates sobre o lobolo e outros assuntos. Havia ainda aulas de inglês, projecção de cinema organizada pelo Cine Clube e excursões, tudo isto actividades vistas como anormais para os pretos e subversivas.

Em 1964, cerca de um ano após a minha tranferência para Lourenço Marques, fui escolhido para primeiro-vogal da direcção do Centro Associativo dos Negros, do qual, como atrás já referi, era sócio-fundador.

Nessa altura escolheu-se para presidente da direcção o Dr. Domingos

Arouca(144), advogado, de Inhambane, que então era considerado um homem progressista.

Já nessa altura a situação de agitação política era grande e a PIDE actuava aberta e ferozmente. Pela primeira vez, o conhecimento da FRELIMO se generalizava nesta parte sul de Moçambique.

Queria dizer que, nesta fase da minha vida, com 58 anos e tendo conhecido tudo o que o colonialismo tinha de mais cruel e mais deprimente, eu tinha contudo alguns amigos entre pessoas brancas de certo modo importantes no próprio aparelho colonial. Algumas dessas pessoas eram apenas humanistas e liberais, mas outras havia que, em determinadas fases da sua carreira nas colónias, tomaram posições claramente anti-fascistas e se não de apoio, pelo menos de respeito pelas ideias e personalidade dos colonizados.

Lembro-me de homens como Mendes Gil, Sousa Santos, Hortêncio Estêvão de Sousa e Alfredo Rocha, todos eles inspectores administrativos com quem trabalhei numa outra fase da minha vida.

Do Alfredo Rocha fui tão amigo que ele apadrinhou o casamento do meu filho mais velho. Ele tinha trabalhado comigo em Ressano Garcia, na Migração, como amanuense. Um dos seus filhos é hoje um dos mais antigos médicos moçambicanos, o Dr. Caseiro da Rocha.

## Outras Associações

Naquela altura, por acção do colonialismo, tinha-se chegado a uma estratificação das principais associações recreativas em Lourenço Marques. Para os pretos indígenas, havia as associações de carácter sócio-profissional, como a dos mainatos, barbeiros, engraxadores, comerciantes, de que já falei, as quais tinham as suas sedes na zona suburbana e eram normalmente dirigidas por fiéis servidores do colonialismo e até por ex-régulos.

Para nós, os chamados "assimilados", havia o Centro Associativo cujo processo de formação já atrás descrevi. O Centro teve sempre um carácter de certa perigosidade para os colonialistas. Eles toleravam bem as associações de engraxadores e outras, onde podiam manipular toda a gente, mas já o mesmo não sucedia com locais onde sabiam que havia, no seu dizer, "os pretos que pensavam". Penso que tinham raiva especial a pretos com alguns estudos e daí a perseguição aos membros do Núcleo dos Estudantes.

Aliás, isto não significa que no Centro tivéssemos todos a mesma forma de pensar. Havia lá grandes lacaios dos portugueses, até gente infiltrada da PIDE. Mas o que é certo é que havia sempre duas correntes, a conservadora

e a nacionalista, e no início dos anos 60, devido a toda a situação política que se começava a viver nos países vizinhos, e mesmo internamente, a corrente nacionalista começou a consolidar-se e a ser considerada uma verdadeira força social entre nós.

Para os mulatos de Mafalala, Alto-Maé e Chamanculo, chamados mulatos de segunda, havia a Associação Africana. Aí também nos anos 60 havia uma certa agitação política através de pessoas como José Craveirinha, que chegou a ser presidente, e outros. Mas, apesar de sermos todos explorados, nem mesmo então houve qualquer mistura entre o Centro e a Associação. Neste aspecto, o colonialismo venceu: pretos de um lado, mulatos do outro.

Oposto à Associação Africana havia o Atlético. Clube igualmente de mulatos, mas dos chamados mulatos de primeira; constituído pelas poucas famílias de mulatos com aspirações a aristocracia e nobreza, os mulatos da Polana, os mulatos doutores e directores, na generalidade, pessoas que não se identificavam com os outros mulatos. No Atlético havia casos de mulatos que desprezavam a mãe negra, que nos chamavam abertamente "pretos", e que, tal como o colono, diziam que as nossas línguas africanas eram línguas de cão. Eles constituíam também baluartes da discriminação racial, simplificando o trabalho aos colonialistas propriamente ditos. Durante muitos anos, ver um preto num baile do Atlético era impensável.

Quanto aos goeses havia também duas situações diversas: por um lado o chamado "Mútuo" que era a Associação do Mútuo Auxílio aos Operários Indo-Portugueses, cujos membros eram pescadores pobres da Catembe e outros goeses, e por outro lado o Clube Indo-Português, clube de goeses ricos, que igualmente desprezavam os chamados "canecos da Catembe"(145).

Mas como tudo é relativo, os próprios goeses mais abastados foram muitas vezes alvo (tal como os mulatos de primeira) de alguns episódios de discriminação por parte do governo colonial. E isto só prova que o colonialismo português só considerava cidadão 100% grado e nacional quem, para além de expressar a sua simpatia para com o Salazarismo e o colonialismo, tivesse a pele 100% branca, passe a expressão. A este propósito do coloniato, quero contar um episódio que acompanhei na imprensa daquele tempo: cerca de 1921 ou 1922, quando o Bispo de Lourenço Marques era D. Rafael Maria da Assunção, este apadrinhou a criação de uma escola denominada "Colégio Europeu", o qual era só para católicos brancos; isto provocou celeuma entre os católicos goeses e alguns mestiços, e surgiu uma campanha na imprensa, a qual acusava o bispo de estar a praticar racismo(146). O *Brado Africano* publicou artigos

sobre o assunto, mas o jornal que liderava de facto a campanha anti-bispo era o jornal *O Oriente*, da comunidade goesa. Lembro-me, em particular, dos artigos incisivos do jornalista Vaz Álvares, director d'*O Oriente*, os quais representavam um ataque frontal ao racismo do branco, em relação ao goês.

A escola veio, eventualmente, a ser encerrada algum tempo depois. Mais tarde ainda, o bispo foi enviado de volta para Portugal, tendo sido depois substituído por D. Teodósio Clemente de Gouveia, o qual foi feito cardeal já no tempo de Salazar.

## A vida nos subúrbios de Lourenço Marques

Referi atrás que antes de 1963 eu conseguira economizar algum dinheiro e construir uma casa de madeira e zinco no Xipamanine, zona suburbana de Lourenço Marques. Para tanto, eu tive de procurar um terreno para a construção.

A propósito desta situação, queria explicar um pouco como é que, economicamente, a vida se desenrolava para os habitantes dos subúrbios desta cidade. Era de facto complexo, como vão ver.

Praticamente até aos anos 60, não era permitido aos negros comprar terrenos ou mesmo requerê-los por concessão na área da cidade. Isso era privilégio de brancos e de indianos e dos poucos mestiços com posses económicas.

De um modo geral, o habitante do subúrbio era negro pela simples razão de que a discriminação económica do nosso povo coincidia com a discriminação racial. Havia também o mulato do subúrbio, o qual normalmente não era reconhecido pelo pai branco ou indiano e crescia com a sua mãe negra.

Ora nos anos 1900, 1910 e seguintes, alguns brancos começaram a adquirir terrenos na zona dos subúrbios, os quais ofereciam às suas companheiras negras ou mistas, como fonte de rendimento e de sustento. Era como se lhes oferecessem uma certa "independência económica".

E como é que mais tarde estas senhoras, ou os próprios donos dos terrenos em certos casos, exploravam os terrenos, tirando deles rendimento económico? A forma mais usual era o aluguer do próprio terreno a pessoas que aí desejassem construir as suas habitações. Alugava-se um terreno por 250$00 a 1000$00 por ano, pagos ao dono. A outra forma era a construção de casas para aluguer, pelo próprio dono do terreno. Lembro-me dos casos de "Maria Caldeira", "Nwa Ndava" e "Sofia (Mi Domingo)", mulheres que foram detentoras de grandes terrenos na zona suburbana.

Com o andar do tempo e o incremento da migração do campo para a cidade, desenvolveu-se uma nova forma de subsistência ligada à habitação.

Mulheres negras, normalmente sem marido, através de várias formas de poupança, conseguiram juntar algum dinheiro e iniciavam a construção de barracas de aluguer, como fonte de subsistência. Essas casas eram alugadas às pessoas que afluíam à cidade para procurar emprego, vindas das zonas rurais e das províncias vizinhas de Gaza e Inhambane.

Eram várias as formas de poupança adoptadas por estas mulheres, mas penso que as pequenas vendas de produtos das suas pequenas machambas, de peixinhos fritos ou de "bagias" (pasteizinhos feitos de feijão landim), ou de cerveja tradicional, "uputo"(147), eram a forma mais frequente. Aliás, se bem me lembro, o que é hoje o mercado de Xipamanine começou por ser um pequeno bazar com mulheres vendendo vários produtos em montinhos, debaixo da sombra de uma pequena figueira (xi m'phamana). O dinheiro assim obtido, ou pelo menos parte dele, possibilitava à pessoa participar num "xitique", que ainda hoje se pratica bastante (estabelece-se uma quantia certa e, no fim de cada mês, todos os participantes juntam as suas contribuições, que depois são entregues à vez, a cada um deles).

Ao receber o seu "xitique", a pessoa comprava, por hipótese, algumas chapas de zinco, que guardava. Na vez seguinte, poderia comprar mais zinco ou então caniço ou outros materiais de construção, e aos poucos e poucos ia construindo barracas para aluguer, pagando anualmente o aluguer do terreno ao respectivo dono.

A barraca de aluguer, a venda do peixe frito ou do "uputo" representaram para muitas mães a única forma de custear os estudos de seus filhos. Estou convencido de que haverá hoje, nesta cidade, muitos homens e mulheres que cresceram e estudaram à custa destes expedientes de suas mães, os quais na verdade nunca chegaram a ser suficientes para se sair de uma vida de miséria. O verdadeiro negócio, esse, era para os que podiam legalmente adquirir vários terrenos e alugá-los aos brancos, os habitantes da cidade de cimento.

## Prisão do meu filho Luís

Em 23 de Dezembro de 1964, juntamente com vários outros patriotas moçambicanos da zona de Lourenço Marques, o meu filho Luís foi detido pela PIDE, na nossa casa de Xipamanine, às seis horas da manhã. Mais tarde, disseram-nos que eles eram todos acusados de actividades subversivas de apoio à FRELIMO e contra a soberania de Portugal em Moçambique.

Incomunicável durante muito tempo, por vezes dado como desaparecido, por vezes confinado a celas disciplinares, o meu filho sobreviveu.

Muitos foram mortos na cadeia naquele tempo.

Por causa da prisão do Luís, que nessa altura já trabalhava ajudando-me no sustento do lar, eu e a minha família conhecemos um período de maiores dificuldades económicas do que as habituais.

A minha filha Gita teve de se empregar, ao terminar o 5.º ano do Liceu, para ajudar, continuando os estudos à noite.

Mas a nossa maior aflição económica surgiu por causa dos estudos do meu filho Fernando(149). Desde 1962 que, por sugestão do Luís e com a colaboração do arquitecto Miranda Guedes (Pancho), o Fernando estudava na Suazilândia, num colégio multirracial aberto havia pouco tempo, denominado "Waterford School". O Luís e o Pancho tinham conseguido, junto do Director, Mr Stern, uma certa redução de propinas, mas ainda assim era necessário pagar. Era o Luís quem custeava estas despesas, enviando periodicamente a quantia necessária para a Suazilândia.

Ora, com a sua prisão, o Luís deixou de poder fazer isto, e como para mim fosse totalmente impossível continuar com os pagamentos àquela escola, pensei mesmo em tirar o meu filho de lá. O Pancho disse-me que não nos precipitássemos e seguimos com ele para a Suazilândia, para tratar do assunto. O Mr Stern nem sequer quis ouvir falar na desistência do Fernando; disse na altura que o Fernando era um aluno brilhante e que ele próprio trataria de lhe arranjar um subsídio para continuar na escola. Assim sucedeu. Em 1968, o Fernando terminou os estudos secundários com distinção.

Nessa altura, o Fernando já atingira a idade militar e já fora recenseado, pelo que as suas vindas a Moçambique implicavam licença militar, e nesse processo ele corria sempre o risco de ser incorporado.

Mr Stern disse-nos que o nosso filho deveria estudar mais, pelo que lhe arranjaria uma bolsa para uma Universidade na América ou na Inglaterra. Embora soubéssemos que, ao aceitar isso, não veríamos mais o nosso filho, o qual naturalemente não poderia voltar a Moçambique durante o colonialismo, acedemos de boa vontade. Quando nos despedimos do Fernando, na Suazilândia, dissemos-lhe que possivelmente não nos veríamos mais, mas o que ele ia fazer era importante para o seu futuro e para a sua terra. Nesta fase, contámos também com o apoio do arquitecto José Forjaz, nosso amigo, que então trabalhava na Suazilândia.

O Fernando matriculou-se nesse mesmo ano na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de York, em Inglaterra. Terminou o curso em 1971 e em 1972 seguiu para Dar-Es-Salaam, para se juntar à FRELIMO.

Assim, o nosso maior problema económico daquela altura ficou resolvido. Contudo, não posso esquecer o desalento que por vezes se apossava de nós, durante o tempo da prisão do meu filho Luís.

Depois, havia a reacção de algumas pessoas que era verdadeiramente desconcertante. Alguns deixaram pura e simplesmente de nos falar, pois que qualquer ligação connosco, como se dizia, era "perigosa" do ponto de vista da PIDE. Outras pessoas falavam efectivamente connosco na rua, mas olhando sempre por cima do ombro para ver se estava algum PIDE a escutar, mesmo que se tratasse da conversa mais banal. Estas pessoas comportavam-se como se sobre nós tivesse caído uma lepra altamente contagiante.

Contudo, nós e as famílias de outros presos políticos aguentávamos esta fase o melhor possível. Tínhamos a nossa pequena organização para rotativamente levarmos comida para a cadeia, quando isso era permitido. Organizávamo-nos também para que existisse um auxílio mútuo em caso de doença, falecimentos ou dificuldades económicas.

Mas tínhamos sobretudo o apoio de nossos familiares, amigos, e alguns advogados e outros homens e mulheres progressistas, que naqueles momentos difíceis nos souberam encorajar e apoiar a qualquer hora do dia ou da noite, em quaisquer circunstâncias.

## 1968: viagem à Portugal

Na década de 60, as pressões políticas externas começaram a incomodar verdadeiramente o governo português. Por outro lado, a consciência do colonizado crescia e com ela o espírito de revolta.

Assim, por um lado, a repressão interna conheceu uma escalada sem precedentes, com a PIDE assumindo poderes quase ilimitados nas colónias, por outro lado, o governo de Salazar/Caetano queria mostrar ao mundo uma face liberal que não possuía.

No funcionalismo, essa pseudoliberalização fez-se sentir através de uma certa abertura para os pretos nos concursos. Compreende-se pois que as mudanças não eram muito significativas. Qualquer posição de maior responsabilidade continuava obviamente vedada aos pretos.

Eu fui nomeado 3.º escriturário da Administração em 1963.

Em 1968 eu trabalhava na Administração do concelho em Lourenço Marques.

Nessa altura resolveram transferir-me para Tete. Foi uma medida completamente injustificável, do meu ponto de vista, uma vez que apenas me faltavam alguns meses para a reforma. Que ia então fazer para Tete, para logo a seguir ter de carregar os tarecos e regressar? Não fazia sentido. Assim, expus esta minha preocupação e fui dispensado de ir para Tete.

Entretanto, alguns amigos encorajaram-me a pedir licença graciosa,

uma vez que eu, desde 1963 (só depois de mais 40 anos de serviço), era finalmente considerado funcionário do quadro administrativo. A licença graciosa era uma licença de seis meses com passagens pagas para a chamada "metrópole", e com vencimentos pagos lá(150). Era uma das regalias que, originariamente, era exclusiva dos funcionários brancos. Porém, principalmente na última década do colonialismo, alguns funcionários pretos e mulatos conseguiram licença graciosa.

Para mim, a licença graciosa poderia ter a grande vantagem de me possibilitar uma visita aos meus filhos que estavam em Portugal: o Raúl, a cursar Filosofia, a Isabel, a estudar Economia, e a Violante, a trabalhar num banco acompanhando o marido que então estudava Economia e Finanças. O meu filho Raúl estava em Lisboa, mas as minhas filhas e dois netos viviam na cidade do Porto.

Parti no navio *Pátria* acompanhado de minha mulher e da minha filha mais nova, Carla, que então estava na terceira classe.

Para nós, que nunca tínhamos saído desta zona do mundo, era uma grande aventura. Infelizmente minha mulher sofreu muito de enjoo, mas a viagem em si foi interessante. Desembarcámos no Cabo, no Lobito, em Moçâmedes, em Luanda e no Funchal.

Quando finalmente chegámos a Lisboa, aguardava-nos no cais o nosso filho Raúl acompanhado de vários rapazes moçambicanos que então estudavam em Portugal ou lá viviam como futebolistas profissionais.

Como levássemos daqui algum amendoim e temperos, ainda fizemos várias cariladas memoráveis para essa mesma rapaziada. Passámos bons bocados com todos eles, levando-lhes um pouco do sabor da nossa terra e ajudando-os a matar a saudade que tinham das suas famílias.

Passámos um mês no Porto. Estivemos também em Coimbra, em Guimarães, em Sintra e no Algarve. Porém, passámos a maior parte do tempo em Lisboa. A nossa estadia foi de dez meses no total. Fizemos alguns bons amigos.

Acompanhámos pela televisão portuguesa a morte do ditador Salazar.

A viagem, para mim, teve mérito de fazer compreender a vida difícil dos nossos estudantes em Portugal, naqueles anos, mas também a miséria e a exploração em que muitos portugueses, tal como nós aqui, eram mantidos pelo fascismo. Vi muita miséria e sofrimento em Portugal.

Regressámos no navio *Infante D. Henrique*, maior que o *Pátria.* A viagem foi mais calma, sem ventanias e sem enjoos.

Era bom estar de regresso à nossa casa.

## 1972: o enterro de Zedequias Manganhela

Em 1972 eu vivia na Matola. Através de um empréstimo do Montepio de Moçambique, eu conseguira concluir uma casa de alvenaria na Matola, e em 1971 mudámo-nos para lá.

Zedequias Manganhela, meu primo, era pastor da Igreja Presbiteriana da Missão Suíça. Era um homem muito culto, muito bom e sobretudo muito humano e sensato. Tinha grande influência em todos nós, crentes da Igreja, mas sobretudo na juventude, nos nossos filhos. Ele viajava muitas vezes para a Suíça, Portugal, Brasil e África do Sul, em serviço da igreja, e por todas essas razões a PIDE perseguiu-o. Em Junho de 1972 ele foi preso pela PIDE. Isso consternou-nos a todos.

Então um dia, no mês de Dezembro, alguém nos foi dizer, lá na Matola, que o Manganhela fora morto na prisão. Na igreja avisou-se que o funeral partiria da igreja do Khovo[35], e avisou-se também que a urna estaria exposta desde as 12 horas desse dia.

Soubemos que houvera autópsia, mas nunca soubemos do resultado. O funeral foi num dia de semana, mas a igreja encheu por dentro e por fora, tal era a popularidade de Manganhela e a indignação por aquele crime da PIDE.

Eu fui lá prestar a minha última homenagem àquele homem que eu tanto respeitara e admirara. Dentro da igreja, no meio da multidão, notavam-se muitos brancos, bem como pretos, que se via bem que eram da PIDE. À volta do caixão, os PIDES formavam um cordão cerrado. Nós não conseguíamos aproximar-nos do caixão.

O elogio fúnebre foi feito pelo pastor da Missão Suíça, Nahancale. Nós soubemos mais tarde que ele teve de escrever a sua oração de antemão, e teve de a dar à PIDE para censura prévia.

Para transporte de toda aquela gente para o cemitério, havia vários machimbombos requisitados pela igreja. Havia uma grande quantidade de gente que fora directamente para o cemitério, sem passar pela igreja. A enchente era indescritível. Milhares e milhares de pessoas.

Quando o carro funerário chegou ao cemitério, o caixão foi retirado, mas o cerco da PIDE continuava. Não era a família que transportava o caixão, eram os PIDES. Quer dizer, até depois de morto aquele homem constituía uma ameaça para o colonialismo. A oração no cemitério teve de ser muito apressada e abreviada por pressão da PIDE, que também não permitiu que se abrisse o caixão para os familiares verem o seu defunto, como é nosso costume aqui.

---

35 Situada na actual Avenida Eduardo Mondlane, em Maputo.

Fomos para casa com dúvidas se seria de facto o Manganhela quem estava naquele caixão.

Apesar dos PIDES, que pululavam às dezenas pelo cemitério, as pessoas não esconderam a sua revolta, e o enterro de Manganhela foi uma demonstração pacífica da grande determinação do nosso povo.

Mais tarde ouvimos dizer que houve uma exumação e uma nova autópsia, na qual a viúva, Leonor Manganhela, fez o reconhecimento do cadáver.

Soubemos que houve pressão da Igreja, na Suíça, para o esclarecimento da causa da morte.

Penso que o assassinato de Manganhela pela PIDE, em 1972, foi um dos grandes erros tácticos do colonialismo em Moçambique.

## 1975: viagem à Tanzânia

Em Setembro de 1974, instala-se em Lourenço Marques o governo de transição para a Independência Nacional(151).

A partir daí, a FRELIMO era oficialmente o nosso governo.

Reinava entre nós grande euforia e entusiasmo. Hevia reuniões constantes de dinamização e esclarecimento sobre a história da FRELIMO e a história da luta armada. Eu e a minha mulher pertencíamos ao grupo dinamizador(152) da nossa zona, na Matola, e assim acompanhávamos os aconteciementos. O fim da guerra colonial foi celebrado com grande júbilo e emoção. Para muitos de nós, pais moçambicanos, significava a independência como coisa próxima e real e, consequentemente, o regresso vitorioso dos nossos filhos, familiares e compatriotas que se tinham juntado à FRELIMO:

Durante o período de transição que antecedeu a independência, muitos moçambicanos foram convidados pela FRELIMO para ir a Dar-Es-Salaam. Iam delegações de democratas, antigos presos políticos, familiares de guerrilheiros e outros.

Assim, em Abril de 1975, eu, minha mulher e minha filha Carla recebemos um convite para ir à Tanzânia e fomos, juntamente com a viúva e filhos de Mateus Muthemba[36], e uma irmã do presidente Mondlane.

Chegados a Dar-Es-Salaam, fomos recebidos no aeroporto pela viúva do presidente Eduardo Mondlane, a senhora Janet Mondlane.

Na residência que nos foi destinada encontrámos o presidente Samora Machel, em pessoa, o qual nos deu as boas-vindas, indicou-nos uma jovem

---

36 Herói nacional falecido durante a luta armada.

chamada Telma Venichand para nossa acompanhante, e informou-nos que um dos nossos filhos, que era soldado, o Fernando, se encontrava no exterior em missão de serviço. Nessa noite jantámos em casa do Camarada Presidente com muitas outras pessoas. Lembro-me de que lá estavam o Vive-Presidente Marcelino dos Santos(153), o Sérgio Vieira, o José Júlio Andrade e o Aquino de Bragança(154), entre outros.

Nos dias seguintes visitámos o cemitério onde se encontravam os restos mortais de Eduardo Mondlane e outros militantes, e visitámos também o Instituto Moçambicano(155).

No dia 7 de Abril chegou a Dar-Es-Salaam uma delegação da organização da Mulher Moçambicana(156), vinda de Lourenço Marques. Juntámo-nos a esse grupo para uma cerimónia de deposição de flores nas campas de Eduardo Mondlane e Josina Machel. Após essa cerimónia, fomos a Bagamoyo onde almoçámos com professores e alunos daquele centro educacional.

Houve diversos actos comemorativos do 7 de Abril, incluindo teatro, poesia, danças e canções. Ao fim da tarde desse dia regressámos a Dar-Es-Salaam.

Nos dias seguintes programou-se uma visita ao campo político-militar de Nachingwea. Infelizmente eu não fui, pois o presidente não aconselhava, devido ao facto de a viagem para lá ser muito dura e eu ser já nessa altura uma pessoa doente. Tive pena porque parece ter sido a parte mais interessante da viagem, segundo me contou a minha mulher.

Ela e a minha filha seguiram de avioneta juntamente com os outros visitantes. Chegados a Nachingwea, tiveram ainda de viajar uma boa distância num jipe. Quem os recebeu no campo de Nachingwea(157) foi o comandante Aurélio Manave que era o responsável do centro. Visitaram o campo durante vários dias pois era enorme. O que mais impressionou minha mulher foi o facto de a FRELIMO ter conseguido transformar uma terra que dizem que era árida, sem água ou quaisquer infra-estruturas, num campo auto-suficiente, com agricultura de toda a espécie, criação de cabritos, coelhos, patos e galinhas, com lagos artificiais com peixe, com baixas autênticas de bananeiras e cana-de-açúcar.

Estiveram cerca de uma semana em Nachingwea, visitando vários centros. Lá, a minha mulher encontrou-se com a nossa nora, Suzete, esposa do nosso filho Luís, que era uma das instruendas; nessa altura o Luís tinha vindo a Lourenço Marques e trabalhava no gabinete do primeiro-ministro Joaquim Chissano. Um outro filho nosso que lá tinha estado, o João, estava já na Zambézia, onde trabalhava com o Comandante Bonifácio Gruveta.

No último dia de estadia deste grupo em Nachingwea, apareceu

o presidente Machel acompanhado de Robert Mugabe, do bispo Muzorewa(158) e de Joshua Nkomo(159). Assim, o grupo em que estavam minha mulher e minha filha regressou a Dar-Es-Salaam no avião que transportava o Presidente e seus hóspedes.

Após o regresso, jantámos em casa da camarada Janet Mondlane, uma noite, e no dia seguinte tivemos um jantar de despedida com o Presidente Samora Machel.

A nossa viagem à Tanzânia constituiu uma experiência única, não tanto pela viagem em si, mas pelo momento histórico em que ela se deu, e pela forma como a FRELIMO nos recebeu.

Às zero horas do dia 25 de Junho de 1975, com a idade de 70 anos, vivi, com indescritível emoção, o momento da proclamação da Independência Nacional de Moçambique.

*A sede do Centro Associativo dos Negros da província de Moçambique, no Xipamanine.*

*África do Sul, 1930. Raúl Honwana é o segundo da direita para a esquerda, de pé. O primeiro à esquerda, sentado, é Hassan Tricamo, um dos chefes da comunidade Muçulmana de Lourenço Marques, dirigente do Congresso Nacional Africano, tio e tutor de Raúl Honwana.*

*1949, na Moamba.*
*Antes de um jogo de futebol entre o Grupo Desportivo "Amor de África", de Ressano Garcia, e o Grupo Desportivo "Africanos do Sabie", de que era fundador e presidente, Raúl Honwana faz-se fotografar com as duas equipas.*

*1948. Raúl Honwana acompanhado de duas primas (Virgínia Ndauana e Ana Magomanhana) num passeio ao Rio Incomati.*

*Raúl Honwana recebe na Moamba uma excursão do Centro Associativo dos Negros da província de Moçambique. Na fila da frente, Raúl Honwana, levando pela mão o seu filho João, Genoveva Mathafeni, presidente da Comissão das Senhoras e Augusto Salomão Magaia, Presidente da Direcção do CANPM.*

*Raúl e Naly Honwana, Xipamanine, 1964.*

*A família Honwana, após a independência (Raúl Honwana sentado na segunda fila, à esquerda).*

*Raúl e Naly Honwana com os filhos, Xipamanine, 1964.*

*JJ Mansidão, primo de Raúl Honwana, notabilizou-se pelas suas crónicas em língua ronga no "Brado Africano". É também autor do livro "Psibitana psa ba kokwana" (Histórias dos nossos antepassados) e de manuais litúrgicos de um culto envagélico.*

*Raúl Honwana e a esposa, Nely Nhaca, numa visita a Londres, em Outubro de 1990.*

*Raúl Honwana em 1990.*

*Jeremias Nyaka, sogro de Raúl Honwana e membro fundador do Instituto Negrófilo (mais tarde Centro Associativo dos Negros da Colónia de Moçambique).*

# POSFÁCIO

*Raúl Bernardo Manuel Honwana*

Certamente que teria muitos mais episódios para narrar, mas este livro tem de chegar ao fim.

Seleccionei apenas aqueles que me pereciam mais interessantes e mais significativos, por diversas razões.

É claro que, de uma certa forma, cingi-me também aos episódios de que me lembro melhor.

É interessante notar que mais facilmente me recordo com exactidão de factos ocorridos em 1920 ou 1930, do que de factos ocorridos há dez ou cinco anos atrás.

Tenho hoje 80 anos, penso que, no conjunto, a minha vida não foi muito diferente da vida de muitos moçambicanos da minha geração.

Mas ainda achei que valia a pena fazer este livro, contando aos mais novos o que sei, o que ouvi e o que vivi.

***Maputo, Dezembro de 1985***

# NOTAS DA EDIÇÃO INGLESA

1. Os Rongas são um grupo étnico que vive no Sul de Moçambique, em particular nas áreas de Manhiça, Marracuene, Moamba e Maputo, na província de Maputo. De acordo com Junod, constituem um dos seis subgrupos dialectais dos Tsongas.

2. Os Tsongas são um dos três grupos étnicos dominantes no Sul de Moçambique.

3. Marracuene está situada a cerca de 30 quilómetros ao norte de Maputo. Durante o período colonial, Inhambane, Gaza e Lourenço Marques eram distritos (depois, províncias) divididos em circunscrições. Marracuene era uma circusncrição do distrito de Lourenço Marques.

4. *Nwa* é um prefixo ronga que pode significar "local de origem" ou "filho de", conforme o contexto; "filha de" é expresso pelo prefixo ronga Mi (comunicação pessoal de Gita Honwana em 27 de Novembro de 1987).

5. Referência aos Nguni de Gaza que invadiram o Sul de Moçambique na década de 1830. Comandados por Soshangane, fundaram o estado de Gaza que proclamou a sua soberania sobre uma vasta área que se estendia do rio Limpopo ao rio Zambeze. Ver : J.D. Omer – Cooper, *The Zulu Aftermath: A Nineteenth-Century Revolution in Bantu Africa,* Evanston, 1968; idem, "Nguni Migrations Between Delagoa Bay and the Zambezi, 1821-1831", in *African Historical Studies,*3, 1970, 317-339.

6. Gungunhana governou o estado de Gaza de 1885 até 1895, quando as suas forças foram derrotadas pelo exército colonial português. Depois, foi exilado para os Açores, onde morreu.

7. Historicamente, Maputo era o título honorífico de um proeminente chefe ronga e o nome de uma região do Sul de Moçambique adjacente à capital que agora tem o seu nome. Hoje, Maputo é também o nome de uma província do Sul.

8. Matutuíne era a povoação real do chefe ronga Maputo, onde , no século XIX, os jovens eram submetidos ao treino militar. É, também, o nome de um distrito que confina com o Natal.

9. Ngwanaze era um chefe ronga que se recusou a ceder às exigências dos portugueses no sentido de combater contra Gungunhana. Acabou por fugir, atravessando a fronteira da África do Sul e instalando-se entre os zulus (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 13 de Maio, 1987). Para um estudo dos moçambicanos do Sul que se reinstalaram na África do Sul, ver: Patrick Harris, "Internal Colonialism and Ethnicity: The Case of South Africa's Tsonga Speakers", in *The Creation of Tribalism in Southern Africa,* Leroy Vale, ed., Berkeley (no prelo).

10. Matola é o título honorífico de um chefe ronga que, no fim do século XIX, controlava uma área que se estendia dos limites da capital colonial, Lourenço Marques, até Moamba, a cerca de cinquenta e cinco quilométros a noroeste, no distrito do Sábie.

11. Sigaúle era um chefe ronga. Muitos chefes rongas, como Sigaúle, tomavam à nascença nomes de mulher que os designavam como herdeiros efectivos. De acordo com a tradição ronga, estas crianças também se vestiam de rapariga e viviam com os avós, como protecção contra rivais potenciais (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 13 de Maio de 1987).

12. Mavota era o título honorífico de um chefe ronga que controlava a área em torno de Marracuene, no fim do século XIX.

13. Mubucuana era o título honorífico de um chefe ronga aparentado com a família real de Mavota.

14. Mpfumo era o título honorífico de um chefe ronga. Para um estudo da primitiva oposição à penetração portuguesa, ver: René Pélissier, *Naissance du Mozambique. Résistance et Revoltes Anticoloniales,* Orgeval, 1984, 2: 550-565.

15. Nwa Matibjana era um chefe ronga de Zixaxa. Combateu contra os portugueses na revolta de

1894. Para um relato detalhado da revolta, ver: Botelho, *História Militar* 2: 433-467; Pélissier, *Naissance du Mozambique*, 2: 578-588. Para uma análise comtemporânea, ver: Eduardo de Noronha, *A Rebelião dos Indígenas de Lourenço Marques*, Lisboa, 1894.

16. Mabjaia é o apelido do chefe ronga Mahazule. Os portugueses tinham dificuldade em pronunciar "Mabjaia", pelo que adoptam a corruptela "Magaia" que, desde então, passou a ser um apelido corrente no Sul de Moçambique.

17. Mahazule sucedeu a seu pai Mapunga, em 1892, e lutou contra os portugueses na revolta de 1894. Ver: Botelho, *História Militar*, 2: 342-467; Pélissier, *Naissance du Mozambique*, 2: 578-588.

18. Xirindja era o título honorífico de um chefe ronga que participou na revolta de 1894. Ver: Pélissier, *Naissance du Mozambique*, 2: 578-588.

19. Cossa era o título do governante da região de Magude. Os Cossas eram, também, um pequeno grupo étnico, uma mistura dos Rongas e dos Shanganas. O famoso líder Maguiguana que dirigiu a rebelião de 1897 era descendente dos Cossas (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 13 de Maio de 1987). Para um estudo da rebelião de Maguiguana, ver: Mouzinho de Albuquerque, *Livro das Campanhas*, Lisboa, 1935, e Pélissier, *Naissance du Mozambique*, 2: 626-632.

20. Manucusse (Soshangane) era o chefe nguni que invadiu o Sul de Moçambique na década de 1830 e fundou o estado de Gaza. Ver: Omer-Cooper, *Zulu Aftermath*, 57-64, Liesegang Beitrage zur Geschichte; Paul Maylan, A History of the African People of South Africa from the Early Iron Ages to the 1970s, Londres, 1986, 54-63.

21. Txaka (ou Tchaka ou Chaka) era um rei zulu que tomou o poder pouco depois da morte de Dingiswaya, cerca de 1820. Atribuiu-se-lhe o ter revolucionado a arte da guerra e a sociedade zulu. Ver: Omer-Cooper, *Zulu Aftermath*, 25-56; E. V. Walter, *Terror and Resistance*, Nova Iorque, 1969; Max Gluckman, "The Rise of a Zulu Empire", *Scientific American*, 1963; Jeff Guy, "Ecological Factors in the Rise of Shaka and the Zulu Kigdom" in *Economy and Society in Pre-Industrial South Africa*, Shula Marks and Antony Atmore eds., Londres, 1980, 103-119; Thomas Mofolo, *Chaka and Historical Romance*, Oxford, 1961.

22. O estado de Swazi foi um de um grupo de novos formados no decurso da "revolução zulu" entre o fim do século XVIII e o princípio do século XIX. Ver: Philip Bonner, *Kings, Commoners and Concessionaires*, Cambridge, 1983.

23. Soshangane (Manucusse) morreu em 1958. O seu filho *Mawewe* entrou em conflito com o seu irmão Muzila que fugiu para o Transval em 1861. A governação de Mawewe cedo se tornou impopular e Muzila, com o apoio dos portugueses, pôde destroná-lo em 1864. Mawewe não conseguiu retomar o trono e Muzila governou até à sua morte, em 1885, quando lhe sucedeu o seu filho Gungunhana.

24. Para um estudo do Norte e do Sul de Moçambique no fim do século XIX, ver: Allen Isaacmann, *The Tradition of Resistance in Mozambique*, Berkely, 1979; M.D.D. Newitt, *Portuguese Settlement on the Zambesi*, Nova Iorque, 1973; Vail and White, *Capitalism and Colonialism;* Nancy Haftin, "Trade, Society and Politics in Northern Mozambique 1753-1913" (Prof. Filos., dissertação, Universidade de Boston, 1973).

25. Honwana confunde o ataque nguni de 1883 a Lourenço Marques com as guerras da década de 1890. Foi no primeiro confronto que Dionízio António Ribeiro, governador desde 1830 a 1833, foi morto. Ver: Gerhard Liesegang "Dingane's Attack on Lourenço Marques in 1833", in *Journal of African History*, 10, 1969; 574-577.

26. António José Enes serviu como comissário real do governador-geral de Moçambique de 1895 a 1896. Foi um dos principais arquitectos da política colonial portuguesa. Ajudou a formular as leis básicas do trabalho nas colónias, promoveu a reestruturação do sistema de estado da Coroa e reorganizou a burocracia.

27. Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque serviu como alto-comissário e governador-geral

de 1896 a 1898. Tal como o seu predecessor Enes, era um nacionalista intransigente e estava profundamente empenhado numa forte presença portuguesa em África. Apoiou, também, uma vigorosa campanha militar para "pacificar" e desarmar os estados africanos independentes e quebrar as poderosas chefias.

28. Filipe Nunes era o comamdante naval de um dos pequenos barcos de guerra utilizados pelos portugueses no transporte de armas para Marracuene, com o fim de preparar a guerra contra Mahazule.

29. "Landins" era o nome dado pelos portugueses aos moçambicanos do Sul, particularmente aos de descendência nguni, que eles consideravam terríveis guerreiros. "Os landins", escrevia o governador Albuquerque, "têm uma enorme capacidade física resultante das longas horas que dedicam às danças guerreiras e são, de todos os negros, os que possuem, sem sombra de dúvida, os instintos militares mais desenvolvidos". Depois de terem derrotado as forças de Gungunhana, os portugueses recrutaram muitos landins para o exército colonial e para as forças da polícia.

30. Francisco Roque de Aguiar era um capitão português que chegou a Moçambique em 1891. Serviu como comandante da força de polícia de Lourenço Marques. Em Outubro de 1894, desempenhou um papel relevante na defesa de Lourenço Marques do ataque liderado por Mahazul e Matibjana.

31. Ngwavuma situa-se na Zululândia, na fronteira com Moçambique. Neste período, as terras adjacentes de Moçambique pertenciam ao Chefe Maputo.

32. Os portugueses asseveram que Muzila era seu vassalo desde meados do século, quando lhes pedira auxílio para derrubar o seu irmão Mawewe.
Em 12 de Outubro de 1885, dois enviados de Gungunhana assinaram em Lisboa um "acto de vassalagem". Por este acordo, Gungunhana comprometia-se a desfraldar a bandeira portuguesa, a admitir um agente português como seu conselheiro, a obedecer às leis e ordens do governador-geral português e a não permitir a nenhuma potência estrangeira colonizar o seu território. O tratado estipulava, também, que Gungunhana continuava a manter a jurisdição completa sobre o seu território, incluindo o direito de cobrar impostos. Na verdade, Portugal carecia de poder para impor este acordo. Ver: Dezoito Anos em África. Notas e Documentos para a Biografia do Conselheiro José de Almeida, Trindade Coelho, ed., Lisboa, 1898; Wheeler, "Gungunyane the Negociator", 586.

33. Chivandza era um dos chefes cossa que viveu na área de Magude.

34. Mandlakaze era a residência oficial de Gungunhana. Os portugueses pronunciavam-na "Manjakaze" e é assim que aparece normalmente na literatura. Mandlakaze é, também, o lugar de nascimento de Eduardo Mondlane, o presidente da FRELIMO.

35. Os Matchopi, Vatchopi, ou Chopi como são normalmente designados na literatura europeia, vivem na região costeira a sul de Inhambane. Pensa-se que são uma mistura de povos indígenas Shona-Tsonga e de imigrantes dos séculos XVII ou VXIII, de ascendência Sotho ou Tsonga. Ver: Smith, "The Peoples of Southern Mozambique"; A. Rita-Ferreira, *Fixação Portuguesa e História Pré-Colonial de Moçambique*, Lisboa, 1982, 221-231; Harries, "Slavery, Social Incorporation and Surplus Extraction", 309-330.

36. O território do chefe Chipenanhane estendia-se de Mandlakaze a Inharrime. Chipenanhane recusou-se a reconhecer a soberania de Gungunhana. Após a batalha do lago Nhansuni, aliou-se com os portugueses e lutou contra Gungunhana (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 13 de Maio de 1987).

37. Coolela está situada perto da capital de Gungunhana, Mandlakaze. Gungunhana perdeu esta batalha decisiva.

38. Gungunhana morreu no exílio forçado, na ilha Terceira, e o seu corpo só regressou a Moçambique em 1985.

39. De acordo com Raúl Honwana, Magude é também conhecida como Khosoni que, em ronga, significa "as terras dos Kossas" (ou "Cossas"). (entevista com Raúl Honwana, Maputo, 13 de Maio de 1987).

40. O chefe Muxexa Nhlewana governou a área entre Marracuene e Manhiça na margem norte do rio Incomáti.

41. Raúl Honwana mostrava-se sinceramente perplexo com os caminhos divergentes seguidos pelo avô e pelo pai. Orgulhava-se da maneira como o avô lutara contra os invasores portugueses. Mas não sabia explicar, nem tentava escondê-lo, o facto de seu pai não só ter trabalhado para os portugueses como ter uma genuína admiração por eles (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 27 de Maio de 1987).

42. Harichande Tricamo era um comerciante rural de ascendência indiana que se dedicava particularmente ao comércio de vestuário e álcool.

43. Prossotamo Tricamo era um comerciante indiano com uma loja nos arredores de Marracuene.

44. Miss Urech ensinou Raúl Honwana a ler e escrever. Na versão original portuguesa de *Memórias*, este utiliza o título inglês "miss" quando menciona a sua professora. Em Moçambique, a designação "miss" era aplicado às missionárias suíças, não só para indicar o seu estado civil mas, também, que eram missionárias. Era pelo menos assim que a população local entendia o uso desse título.

45. Entre as principais obras de Junod, contam-se: *The Lifeof a South African Tribe, Grammaire Ronga* (Lausanne, 1896); *La Tribu et la Langue Thonga avec Quelques Echantillons du Folklore, Thonga* (Lausanne, 1896); *Les Chantes et les Contes des Ba-Ronga de la Baie de Delagoa* (Lausanne, 1896); *Le noir African. Comment Faut-il le Juger* (Lausanne, 1931).

46. O Dr. Liengme era um médico suíço, missionário, que trabalhava com Junod no Sul de Moçambique. Mantinha relações com o governador de Gaza, Gungunhana. Os seus escritos, no *Bulletin de Mission Suisse en Afrique du Sud e no Bulletin de la Societé Neuchateloise de Geographie*, constituem fontes importantes de documentação relativa à última década do século XIX.

47. O *Brado Africano* era o órgão oficial do Grémio Africano. Começou a ser publicado em 1919 e durante dezanove anos foi uma poderosa voz de protesto contra o trabalho forçado, as más condições de trabalho da mão-de-obra negra e o tratamento preferencial dado aos colonos brancos. Além disso, criticava a incapacidade do governo no sentido de facultar oportunidades educacionais para os negros.

48. Thixa é um termo ronga derivado do inglês "teacher".

49. Os Tricamos eram os irmãos do padrasto de Raúl Honwana. Quando a mãe de Honwana morreu, responsabilizaram-se por ele e providenciaram para que a sua educação prosseguisse.

50. A epidemia de influenza de 1918-1919, também conhecida por influenza espanhola, ou, na literatura, por febre espanhola, pensa-se ter morto vinte mihões de pessoas em todo o mundo. Em África, morreram, pelo menos, um e meio ou dois milhões de pessoas.

51. Embora as estatísticas relativas ao número de estudantes negros que frequentavam a escola primária sejam muito fragmentárias e pouco fidedignas, nem por isso deixa de ser evidente que Honwana era um dos poucos afortunados. Em 1919 havia apenas 153 escolas primárias especiais em toda a colónia. Muitas destas eram "escolas do mato" com escassas condições e poucos livros. Algumas delas, tais como as das missões suíças que Honwana frequentava, eram dirigidas por missionários protestantes.

    Na prática, os três estágios da educação – rudimentar, primário e secundário – são organizados de modo a apresentar uma série de barreiras aos jovens negros em busca de uma educação superior.

52. A escola da Missão Suíça encontrava-se na capital colonial, Lourenço Marques.

53. Ressano Garcia era uma passagem de fronteira, nó ferroviário e principal ponto de saída para os moçambicanos que iam trabalhar para as minas sul-africanas. O Departamento de Negócios Indígenas mantinha um posto em Ressano Garcia, chamado "Migração", para controlar o trânsito de emigrantes legais recrutados pelo Witwatersrand Native Labor Association (WENELA), cobrar taxas dos mineiros regressados e trocar-lhes os *rands* por divisas locais. Era, portanto, um dos mais importantes postos administrativos da colónia. A WENELA mantinha um *compound* em Ressano Garcia onde os mineiros em trânsito dormiam. Os que regressavam da África do Sul não recebiam alimentação da WENELA, pelo que tinham de comprar alimentos, roupas e presentes para a família nas inúmeras lojas que exploravam este comércio.

54. A função principal de Raúl Honwana no Departamento de Migração era recolher taxas dos mineiros que regressavam.

55. Segundo Raúl Honwana, 600$00 era "um salário bom". Um par de sapatos custava entre 100$00 a 150$00, uma camisa custava aproximadamente 50$00 e um fato custava cerca de 300$00. Além disso, estava isento de taxas (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 27 de Maio de 1987).

56. Os indígenas que regressavam das minas eram apelidados de "magaíças", o que significa "as pessoas que fogem em tempos de fome e miséria e que regressam a casa com os bolsos cheios".

57. Os Macua (Makua) são um grupo étnico do Norte da Província de Nampula. São principalmente muçulmanos. Alguns Macua, com um certo grau de educação, tiveram postos durante a administração colonial. Tanto os trabalhadores brancos como os mestiços reclamaram várias vezes o facto de se permitir aos Macua possuírem posições tão cobiçadas.

58. A polícia indígena ("sipaios" ou "sepais") trabalhava ao serviço do estado. Eram normalmente recrutados dos grupos de soldados coloniais, ex-guerreiros e ex-escravos. Outros eram alistados à força ao serviço do Estado.

    Colocados em todos os postos da Administração colonial, a sua principal função era recolher taxas, recrutar trabalhadores, transmitir as ordens dos administradores e prender dissidentes. Desde que eles satisfizessem os objectivos dos administradores locais, era-lhes concedida, frequentemente, licença para atacar (pilhar) a população rural.

59. O chefe do posto, ou administrador local, era o oficial português que superintendia nas localidades que constituíam o núcleo mais pequeno de administração portuguesa. Durante o período colonial eles tinham poder absoluto para acusar, prender, julgar e condenar qualquer africano pertencente à sua jurisdição. Enquanto alguns administradores demonstravam uma preocupação paternalista pelos indígenas, a maior parte abusava da sua autoridade.

60. Komatipoort é uma cidade fronteiriça do sul de África, situada nas margens do rio Incomati, do outro lado de Ressano Garcia.

61. Os capatazes de minas (indunas) eram trabalhadores responsáveis pelo controlo social dos mineiros pertencentes ao complexo mineiro. Na mina Moderby, visitada por Raúl Honwana, os capatazes supervisionavam entre 1500 a 3000 mineiros. Eram ajudados por polícias do complexo. Viviam em casas próprias dentro do complexo mineiro de Moderby, recebiam uma alimentação mais cuidada e ganhavam um ordenado várias vezes superior ao de um mineiro médio (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 16 de Maio de 1986).

62. A batalha de Serra Mecula teve lugar na Província de Niassa no Norte de Moçambique, entre tropas portuguesas e forças alemães provenientes do Tanganica.

63. Sploken está situada na parte do norte de Transval, na fronteira com Moçambique. Grupos de pessoas de Gaza refugiaram-se lá, depois da derrota de Gungunhana, e ficaram lá para sempre.

Várias pessoas da família de Raúl Honwana vivem naquela área (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 16 de Maio de 1987). No meio destas pessoas havia certamente escravos pertencentes a Gaza, que se aproveitaram da queda do governo para recuperarem a sua liberdade.

64. Faustino da Silva foi um dos líderes do movimento de trabalhadores do caminho de ferro e do porto de Moçambique (Associação do Pessoal do Porto e Caminho de Ferro de Lourenço Marques), que foi organizado em 1911 e que continuou até 1933.

65. O *Emancipador* era um jornal socialista, semanal, publicado pelos trabalhadores do caminho-de-ferro. A sua publicação começou a 6 de Dezembro de 1919 e acabou a 19 de Junho de 1937.

66. Manuel Alves Cardiga foi um ferroviário português, que mais tarde abandonou o Caminho de Ferro e tornou-se um agricultor próspero, construtor e proprietário. Era ainda dono de um conjunto de prédios em Lourenço Marques.

67. A greve decorreu de 11 de Novembro de 1925 a 12 de Março de 1926.

68. Joaquim Serra Cardoso foi o administrador de Bela Vista. Raúl Honwana trabalhou com ele entre 1927 a 1935 e, mais tarde, entre 1936 e 1937. Raúl recorda-o como "um homem que gostava de justiça e que sabia como tratar as pessoas. Era uma excepção." (Entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 17 de Maio de 1987.)

69. José Ricardo Pereira Cabral foi o governador-geral de Moçambique entre 1926 e 1938.

70. Breyner Wirth era uma companhia sediada em Lourenço Marques, que organizava o transporte de mineiros para a África do Sul.

71. Consultar os espíritos dos antepassados antes de uma caçada é prática comum em Moçambique, em especial no Sul de Moçambique. Ver Junod, *The Life of a South African Tribe*, 2:54-64

72. Os Xhosas (ou Xosas) são um grupo étnico sul-africano que vive primitivamente no Transkei e Ciskei. São cerca de 5 milhões de pessoas.

73. O Dr. A. B. Xuma foi eleito presidente do Congresso Nacional Africano (A.N.C.), em 1940

74. Ao contrário dos nyangas, pensava-se que os nyamussoros possuíam o dom de detectar a fonte ou natureza de uma doença invocando os espíritos ou lendo as articulações dos dedos (nós dos dedos) (comunicação pessoal de Gita Honwana, datada de 23 de Setembro de 1987)

75. O *Direito* era um jornal diário independente, publicado em Lourenço Marques entre 1922 a 1933. O seu director era Manuel de Nascimento Ornellas. O *Direito* prometia "defender os interesses da Província e combater os erros cometidos pela Administração..."

76. *The Guardian* era o único jornal bilingue de Lourenço Marques (português-inglês). Fundado por Arthur Willian Bayly, apareceu pela primeira vez em 1905, o que fez dele um dos jornais mais antigos de Moçambique, e desapareceu em 1952.

77. *O Notícias* começou a sua publicação em 15 de Abril de 1926. Foi o jornal mais lido em Lourenço Marques e no resto do país durante o período colonial, continuando a sê-lo nos dias de hoje. O seu primeiro director foi Manuel Simões Vaz.

78. *O Africano* era o órgão oficial do Grémio Africano. Foi publicado pela primeira vez em 1908. O seu cabeçalho de 1909 proclamava enfaticamente que era "dedicado à defesa da população nativa de Moçambique". O jornal era uma voz importante de protesto contra os abusos coloniais.

79. João dos Santos Albasini era neto de João Albasini, um negociante de marfim e recrutador de mão-de-obra que foi, também, cônsul de Portugal no Transval. Francisco Albasini, filho de João Albasini e de uma mulher negra da área de Magul, casou mais tarde com a filha do chefe de Maxaquene de quem teve quatro filhos, entre eles João dos Santos Albasini e José Francisco Albasini, directores em períodos diferentes de *O Africano* e *O Brado Africano*.

80. Cafuso era um termo pejorativo para designar os mestiços de pele escura e cabelo crespo.

81. Aqui, Honwana é atraiçoado pela memória. Albasini morreu em Agosto de 1922. Ver: Sopa, "Catálogo", 254

82. José Mandes Ribeiro Norton de Matos foi alto-comissário de Angola, de 1921 a 1924. Opunha-se firmemente à política colonial de trabalho forçado e promoveu a ideia de criar uma classe de trabalhadores e pequenos proprietários brancos e negros.

83. José Albasini, Estácio Bernardo Dias, Francisco de Haan, Joaquim Swart, Mário Ferreira, Joaquim Dourado e Edmundo Benedito da Cruz eram todos os membros activos do Grémio Africano e escreviam para *O Brado Africano*.

84. O Grupo Desportivo Mahafil Isslamo foi o primeiro clube desportivo muçulmano de Lourenço Marques. De acordo com Honwana, possuía uma equipa bastante boa. Mais tarde, gerou-se uma enorme rivalidade entre ele e o Atlético Maometano e, durante esse período, todos os clubes desportivos foram segregados.

85. Lidstrom Mathithe era membro do conselho executivo do Congresso Nacional Africano e gozava de bastante influência não só entre os negros educados como na comunidade mestiça. Tinha ligações muito estreitas com o African National Congress (A.N.C.) da África do Sul, em particular com o D.D.T. Jabavu e o Dr. Musimango.

86. Jeremias Nhaca era pai da segunda mulher de Raúl, Naly. Era membro activo do Grémio Africano e ajudou a planear a greve e a organizar o Congresso. Falava um inglês fluente e seguia atentamente os acontecimentos na África do Sul. A sua educação política era inspirada pelas actividades do A.N.C. na África do Sul.

87. João Tomás Chembene trabalhou na África do Sul e estabeleceu estreitos contactos com o A.N.C. Era bem educado e falava inglês fluentemente. Quando regressou da África do Sul, passou a trabalhar nos escritórios da Allen Wack, uma firma inglesa de Lourenço Marques. Esteve envolvido nas actividades do Grémio Africano e tornou-se presidente do Congresso.

88. José da Conceição Hobjana era ferroviário. Depois da ruptura com o Grémio Africano, foi tesoureiro do Congresso.

89. Josina Machel era uma militante destacada da FRELIMO durante a luta armada e mulher do falecido presidente da FRELIMO, Samora Machel. Morreu em 1971.

90. Apesar de os negros terem abandonado o Grémio Africano devido a tensões raciais, permitiram aos mestiços ingressar no Congresso e aí desempenharem funções destacadas.

91. Benjamim Moniz era um negro que trabalhava como funcionário público na Administração de Marracuene.

92. Brown Paulo Dulela estava nessa altura empregado como gerente de uma companhia inglesa de cimentos – Fábrica de Cimentos de Língamo – que era uma secção da Portland Cement. Era o único negro, em Moçambique, a ter uma situação profissional tão elevada.

93. Karel Pott nasceu em Lourenço Marques e morreu em 1953. Era uma estrela das pistas desportivas e, em 1924, foi seleccionado para representar Portugal nas Olimpíadas. Obteve um grau universitário na Universidade de Coimbra e foi um dos mais proeminentes advogados de Moçambique. Foi ainda director de *O Brado Africano*, de 1931 a 1932.

94. Afonso Ferraz de Freitas era o administrador da cidade de Lourenço Marques. Depois trabalhou para a polícia secreta portuguesa e, segundo Raúl Honwana, "perseguiu os negros e foi um dos piores administradores" (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 20 de Maio de 1987). Afonso Ferraz de Freitas também escreveu em 1957 uma crónica em quatro volumes sobre as igrejas etíopes e sionistas, intitulada *Seitas religiosas Gentílicas*, que se encontra no Arquivo Histórico de Moçambique.

95. "Kadhali" é Clement Kadaline que dirigiu o Industrial and Comercial Workers Union, o mais poderoso movimento de trabalhadores da África do Sul durante este período. Em 1927 tinha mais de 100 000 associados. Ver: Clemente Kadaline, *My Life and the I.C.U.*, Londres, 1070.

96. "Dr. Jabavo" é D.D.T. Jabavu que foi uma figura de primeiro plano na educação africana e professor no Fort Hare College. Em 1927 tentou alicerçar uma aliança de organizações de não-brancos, na África do Sul, mas sem êxito. Em 1953 desempenhou um papel fundamental na organização da All African Convention, a maior conferência realizada até à data, de africanos, indianos e mestiços.

97. Gerard Pott era um homem de negócios holandês e representante de várias firmas estrangeiras que pretendiam negociar em Moçambique. Era amigo íntimo de Paul Krueger, que o nomeou cônsul do Transval em Lourenço Marques. Relatos da época indicam que gozava de enorme prestígio e possuía a melhor mansão da província de Moçambique. Era, também, conhecido por "Rei Pott". Consta ter ganho uma enorme fortuna na venda de propriedades em Lourenço Marques. Morreu em 20 de Setembro de 1927 na Holanda.

98. O irmão mais velho de Karel Pott, Gerard, foi membro do conselho executivo do Grémio Africano, de 1932 a 1936. Possuía grandes extensões de terra e, como proprietário, tinha frequentes problemas com a Administração portuguesa. Vários anciãos negros queixavam-se de que ele roubava os seus rendeiros. No fim da década de 1940, era presidente da Associação Africana, ex-Grémio Africano.

99. Chico era o apelido popular de Francisco de Haan, atrás mencionado como jornalista e membro destacado do Grémio Africano.

100. Os mineiros que frequentavam as aulas de Mansidão pagavam-lhe uma pequena importância que lhe permitia viver disso (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 20 de Maio de 1987).

101. A Igreja Tabernáculo Congregacional Evangélico Africano era uma das muitas igrejas sionistas e etíopes organizadas por moçambicanos que trabalhavam na África do Sul.

102. As autoridades coloniais portuguesas pretendiam que Machava ajudava os chefes insurrectos rongas Mahazule e Matibjana a obter armas de entidades britânicas na África do Sul. Acusavam-no, também, de introduzir na colónia "ideias políticas subversivas".

103. Ucanhi é uma bebida alcoólica obtida a partir de um pequeno fruto verde.

104. Vundiça era um régulo ronga (hossi, em ronga).

105. Raúl Honwana lembrava-se de ter ouvido contar como Júlio Augusto Pires, administrador da Moamba, impunha, de uma maneira implacável, quer o sistema de trabalho forçado, quer o cultivo forçado do algodão (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 23 de Maio de 1987).

106. Era muito comum as firmas europeias proprietárias de plantações de algodão em Moçambique, assim como os machambeiros portugueses, utilizarem a mão-de-obra arregimentada à força para complementarem a sua própria. Ver, mais adiante, o subcapítulo dedicado à *Premier Cotton Estates.*

107. Em 3 de Março de 1927, o *Guardian* de Lourenço Marques noticiava a queixa de Vundiça e lembrava a este que a sua função dependia do Estado e que, se não fosse mais respeitador, poderia descobrir que grande parte do seu território era susceptível de ser reavaliado e eventualmente entregue ao seu sobrinho Machantine, muito mais colaborante.

108. O *Brado Africano*, de 26 de Fevereiro de 1922, relatava que tinha sido averiguado por funcionários administrativos que Pires não tinha abusado da sua autoridade e que "todos os inquéritos tinham concluído pela não existência de actos reprováveis".

109. Raúl Honwana considerava António Jaime Teixeira uma pessoa muito mais razoável e de espírito mais aberto do que o seu superior, Augusto Cabral: "Pelo menos ele ouvia as nossas

petições acerca dos abusos associados ao regime do algodão." (Entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 23 de Maio de 1987).

110. *Bayete* era uma saudação tradicional reservada à família real ou a pessoas com poder e autoridade. Era, simultaneamente, uma expressão de gratidão e um sinal de deferência. Durante o período colonial, os régulos usavam este termo para se dirigirem aos administradores coloniais (entrevista com Paulo Zucula, Minneapolis, 12 de Setembro de 1987).

111. *A Portaria Provincial* n.º 3245, de 22 de Dezembro de 1937, legislava um imposto de capitação para homens e mulheres, a entrar em vigor a 1 de Janeiro de 1938. O imposto de capitação para mulheres ficou conhecido como *mudende*. Confrontado com substanciais protestos públicos, o governador Bettencourt promulgou a *Portaria* n.º 4768, de 27 de Julho de 1942, que permitia a redução ou adiamento do *mudende*. Ver: José Carmona Ribeiro, *Sumários de Boletim Oficial de Moçambique*, Lourenço Marques; *O Brado Africano*, de 15 de Janeiro de 1938; José Tristão de Bettencourt, *Relatório do Governador- Geral de Moçambique*, 1940-1942, Lisboa, 1945, 2, 203-204.

Quando uma mulher era casada, o *mudende* era pago pelo marido que controlava os haveres do lar. Os pais também tinham de pagar imposto pelas filhas solteiras com mais de dezoito anos. As viúvas e as mulheres solteiras tinham de juntar o dinheiro para o imposto, a partir do produto do seu trabalho; algumas tinham um pai ou um irmão que pagava por elas. É claro que a imposição do *mudende* era mais um encargo a sobrecarregar os trabalhadores agrícolas, alguns dos quais se encontravam já na miséria (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 27 de Maio de 1987). Para as mulheres que viviam em Lourenço Marques, muitas das quais eram chefes de família e tinham acesso à terra e ao apoio da comunidade, este encargo era particularmente pesado (comunicação pessoal de Jeanne Penvenne, 2 de Dezembro de 1987).

112. Xipissile é um termo ronga que significa "aquele que vende barato".

113. Kassimatis era o nome dum comerciante grego que vivia perto da Matola (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 23 de Maio de 1987).

114. Raúl Honwana lembrava-se que Eduardo Saraiva de Carvalho era um colono que mantinha excelentes relações com os indígenas.

115. Os empregados do estado "civilizados" recebiam, por cada filho, um subsídio do governo conhecido, em português, por *abono da família* e que constituía um dos maiores, senão o maior incentivo para a assimilação.

116. A maior companhia de algodão na Moamba, durante a década de 1920, era a firma inglesa *Premier Cotton Estates* que adquiriu 75 000 acres em 1924. Ver: United States National Archives, Record of the Department of State Relating to Internal Affairs of portugal 1910-1929, "Cotton Prospects in Portuguese Africa For 1925", Cecil M.P. Cross, 21 de Novembro de 1924. Ver, também, a nota 106.

117. Mahubana era um chefe ronga.

118. Jackson Cossa trabalhou na África do Sul. Investiu o dinheiro poupado em gado e, depois, abriu uma cantina na Moamba em que vendia vestuário, vinho e outros artigos. Honwana lembrava-se de que "muitos indígenas preferiam a loja dele às dos indianos, porque o conheciam". Foi preso e posto a ferros sob acusação de ter roubado gado pertencente à população local. Nunca foi, porém, formalmente acusado desse crime e foi libertado ao fim de três meses (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 24 de Maio de 1987).

119. Makipaze era um subchefe da região de Moamba.

120. As Escolas de Artes e Ofícios eram escolas profissionais onde os moçambicanos aprendiam as artes de alfaiate, de sapateiro, de carpinteiro, etc. Havia três escolas deste tipo: uma na Ilha de Moçambique, outra em Inhambane e outra ainda em Moamba.

121.Joaquin José de Sousa, também conhecido pela alcunha da Nhoca, foi primeiro director da Escola de Artes de Ofícios da Moamba, fundada em 1931.

122.Soares de Lima era o administrador de Moamba no princípio da década de 1950. Era também conhecido pelo nome ronga de Buyani-nonke, que significa "voltem todos" e foi-lhe atribuído depois de iniciar uma política de clemência para com os camponeses que tinham fugido para a África do Sul para escaparem ao regime de trabalho forçado. De acordo com esta política, aqueles que regressassem voluntariamente não seriam presos nem iriam para a prisão por não poderem pagar os impostos atrasados. Em vez disso, eram empregados em trabalhos públicos com salário garantido do qual era deduzida a importância dos impostos em atraso (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 26 de Maio de 1987).

123.O Grupo Desportivo Africano de Sábie era uma equipa de futebol de não-brancos, formada na Moamba. Os jogadores eram africanos, mestiços e indianos.

124.O xicadju é feito de fruto do cajueiro, e o ucanhi é um vinho feito a partir de outro tipo de fruto.

125.Lopes de Castro era um inspector do trabalho ao serviço do estado. A sua principal responsabilidade consistia em supervisionar e controlar o trabalho forçado na construção de estradas e outros projectos públicos (entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 26 de Maio de 1987).

126.O chamado *Juízo Privativo* era o tribunal local que julgava os casos entre moçambicanos. As disputas sobre o preço da noiva, o gado, a posse da terra, os roubos, a feitiçaria, e até crimes de morte, eram trazidos a este tribunal presidido pelo administrador local assessorado por dois anciãos indígenas versados em "usos e costumes tradicionais". (Entrevista com Raúl Honwana, Maputo, 2 de Junho de 1987).

127.A cooperativa de Tsombene foi fundada por camponeses das áreas de Moamba e de Marracuene cuja terra fora apropriada pelos colonos europeus nos anos 20 e 30. Reinstalaram-se na fértil região de Tsombene com aprovação do administrador local. Nessa altura, os colonos europeus eram muito poucos e não mostraram qualquer interesse em explorar essa região.

128.Em 1960, seis igrejas protestantes mantinham dezoito missões localizadas essencialmente no Sul. As duas missões suíças e as três anglicanas eram as mais activas e as mais bem instaladas. A missão suíça de Lourenço Marques foi a primeira a instalar-se e, em 1960, já tinha oito missões em Gaza e em Lourenço Marques, assim como um posto no distrito de Niassa, ao norte. A igreja metodista americana actuava nas regiões costeiras de Inhambane, ao sul. Ao todo, tinham-se convertido ao protestanismo 200 000 africanos, numa população de cinco milhões. A maioria esmagadora vivia no Sul da colónia. Ver: Allison Butler Herrick, et. al, *Area Handbook for Mozambique*, Washington, D.C., 1969, 1908-110.

129.Paulino Santos Gil era uma firma comercial e industrial de actividades diversificadas, de Lourenço Marques. Tinha o nome do seu fundador que era, também, o presidente da Câmara de Comércio, membro do Conselho do Governo e um dos principais corretores de Lourenço Marques.

130.Eduardo Mondlane era funcionário das Nações Unidas aquando da sua visita a Moçambique. Gozava, por isso, de imunidade diplomática mas esteve permanentemente sob vigilância da polícia secreta portuguesa. Durante a sua visita, houve, pelo menos, uma séria tentativa de atentado à sua vida. Impressionado com a multidão que se precipitava para o ver nas igrejas, nas povoações e em todos os aglomerados do Sul de Moçambique, Mondlane decidiu-se a desempenhar um papel mais activo na luta nacionalista pela independência.

Em 1962, foi para Tanzânia e unificou os três principais grupos nacionalistas moçambicanos no exílio – MANU, UDENAMO e UNAMI – sob a bandeira da FRELIMO. Foi o primeiro presidente eleito e, sob a sua direcção, a FRELIMO iniciou em 1964 os dez anos da luta armada. Eduardo Mondlane foi assassinado em 3 de Fevereiro de 1969.

131. Janet Mondlane foi directora do Instituto Moçambicano durante a luta armada. Nascida nos Estados Unidos, é uma cidadã moçambicana e dirige actualmente a Cruz Vermelha moçambicana.

132. O professor André Daniel Clerc era professor, mentor, e amigo de Eduardo Mondlane e teve uma grande responsabilidade no seu bem-estar e na sua educação. Ajudou Mondlane a terminar os seus estudos secundários (primeiro na Missão Episcopal Metodista Americana, em Khambiane, e depois, numa escola em Spelonken), em seguida a ingressar na Universidade de Witwatersrand, e finalmente, a obter um bolsa para estudar no estrangeiro. Escreveu, também, uma biografia romanceada do líder africano.

133. Zedequias Manganhela era um pastor muito influente na Igreja Presbiteriana suíça e era nacionalista. Foi preso pela PIDE e morreu na prisão. Ver, no capítulo 5, " O enterro de Zedequias Manganhela".

134. Daniel Malan foi o primeiro-ministro da África do Sul, de 1948 a 1954. A sua eleição assinalou o domínio do Partido Nacionalista na política dos brancos.

135. O Dr. Moreira Rato era director dos serviços de estatística e tirou partido dessa posição para obter a libertação de Honwana.

136. Rocha fora superior hierárquico de Honwana na Administração de Moamba. Também interveio a favor de Raúl, informando os agentes da PIDE de que Raúl era um trabalhador esforçado e uma pessoa responsável que não se envolveria em actividades políticas.

137. Manuel Maria Sarmento Rodrigues foi governador-geral de Moçambique de 1961 a 1964. Ver: Henige, *Colonial Governors*, 253.

138. Bertina Lopes é uma desenhadora e pintora que vive actualmente em Roma. Nessa altura, era professora de desenho em Lourenço Marques e simpatizava com o movimento juvenil do Núcleo dos Estudantes. Além disso, mantinha relações de amizade com jovens artistas e escritores, entre os quais se contavam Malangatana Valente e Luís Bernardo Honwana que se opunham à política fascista e racista do regime de Salazar (entrevistas com Raúl Honwana, Maputo, 2 de Junho de 1987).

139. Virgílio de Lemos foi um dos primeiros portugueses presos pela PIDE, em Moçambique, por actividades subversivas. Era marido de Bertina Lopes.

140. A subida de tensão política nos fins de 1964 e princípios de 1965 levou alguns jovens nacionalistas a fugir pela fronteira com a Suazilândia, rumo à Tanzânia, via Rodésia. Muitos foram capturados pelas forças de segurança da Rodésia e da África do Sul, mas outros, como Josina Machel, conseguiram atingir as bases da FRELIMO na Tanzânia (entrevista com Maria Muthanda, 12 de Setembro de 1979, e com Adelina Madzonga, 12 de Outubro de 1979).

141. José Craveirinha é um dos principais poetas moçambicanos. Entre as suas antologias contam-se: *Chigubo, Karingana e Cela*. Trabalhou, também, como jornalista, n'*O Brado Sfricano*, na *Voz de Moçambique e* em diversos outros jornais. Foi preso pela PIDE em 1965 e libertado quatro anos depois. Ver: Russel Hamilton, *Voices from an Empire*, Minneapollis, 1975, 202-212, 227-229.

142. Rui Nogar era pseudónimo literário de Francisco Rui Moniz Barreto, um proeminente poeta moçambicano preso pelo regime colonial em 1965. A sua obra mais conhecida é *Silêncio Escancarado*. Actualmente dirige a Associação de Escritores Moçambicanos. Ver: Hamilton, *Voices from an Empire*. 197-199, 222.

143. João Reis era um jornalista branco, progressista, que fundou, com Gouveia Lemos e Ilídio Rocha, o jornal *Tribuna*. Ver: Sopa, "Catálogo", 232-233

144. Domingos Mascarenhas Arouca foi o primeiro negro de Moçambique a obter uma licenciatura em Direito. Formou-se pela Universidade de Lisboa em 1960 e, depois, trabalhou no Banco

Nacional Ultramarino e no Tribunal Administrativo de Moçambique. Em 1965 foi eleito presidente do Centro Associativo dos negros. Pouco depois foi preso pela PIDE, acusado de ser um dos da FRELIMO. Foi libertado em Junho de 1973.

145. Caneco é o termo pejorativo que designava os asiáticos de classe baixa, de ascendência goesa.

146. A agitação de que fala Honwana remonta a Julho e Setembro de 1926. Ver: *O Brado Africano*, 31 de Julho e 7 de Agosto de 1926.

147. Uputo é uma cerveja de milho de consumo local.

148. Xitique é uma espécie de sociedade de poupança em que cada sócio entra com uma importância a intervalos regulares e, em datas fixas, recebe a soma amealhada. Assim, se , por exemplo, o xitique tem doze sócios que contribuem com trezentos escudos por mês, no fim de cada mês há um sócio que recebe 3600$00. O xitique também designa uma área descoberta em que os homens e as mulheres se reúnem para dançar a makwayela, a makwai, a massesse e outras danças.

149. Fernando Honwana foi, depois, conselheiro especial do falecido presidente Samora Machel. Desempenhou um papel preponderante no Acordo de Lancaster House que levou à independência do Zimbabué, servindo depois de agente de ligação com o governo deste país. Foi designado primeiro embaixador de Moçambique em Inglaterra, mas antes desta designação ter sido formalmente anunciada, morreu no misterioso desastre em que pereceu Samora Machel.

150. Os funcionários do Estado de nível médio gozavam deste benefíicio, uma vez de quatro em quatro anos. Deste privilégio só beneficiavam, geralmente, os europeus, uma vez que poucos indígenas iam além do nível de serventes.

151. O governo de transição, chefiado por Joaquim Chissano, foi empossado em 20 de Setembro de 1974. Era composto por seis líderes da FRELIMO e quatro oficiais portugueses e funcionou como governo de gestão até à independência, em 25 de Junho de 1975.

152. Os grupos dinamizadores eram comissões de cerca de doze simpatizantes da FRELIMO, democraticamente eleitos em comícios públicos, em áreas residenciais e nos locais de trabalho. A tarefa que se propunham estas comissões era "elevar a consciência política das massas". Deviam, também, organizar e mobilizar os camaradas de trabalho, e os residentes, para actividades colectivas de carácter económico, social e cultural.

153. Marcelino dos Santos é membro fundador e um dos líderes da FRELIMO. Durante a luta armada, foi secretário dos Assuntos Externos, secretário do Departamento de Assuntos Políticos e vice-presidente.

Depois da independência, desempenhou cargos importantes no governo e no partido. Actualmente, é secretário da Assembleia Popular, o parlamento de Moçambique.

154. Aquino de Bragança desempenhou um papel decisivo na Conferência das Organizações Nacionalistas dos Territórios Portugueses (C.O.N.C.P.). Depois da independência foi director do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. É um dos mais notáveis intelectuais da FRELIMO. Foi também, enviado pessoal do falecido presidente Machel e deve-se-lhe em grande parte o melhoramento das relações entre Moçambique e Portugal. Morreu no mesmo desastre de aviação que vitimou o presidente Machel e Fernando Honwana.

155. O Instituto Moçambicano foi instalado em Dar-es-Salaam pela FRELIMO, em 1963. Começou por ser um centro de ensino e logo se transformou numa escola secundária para refugiados moçambicanos.

Em seguida, o seu âmbito alargou-se no sentido de criar escolas nas áreas libertadas de Moçambique e proporcionar apoio material, educacional e financeiro aos refugiados na Tanzânia. Ver: Mondlane, *The struggle for Mozambique*, 179.

156.A Organização da Mulher Moçambicana (O.M.M.) foi fundada em Dezembro de 1972.Tinha por objectivo mobilizar todas as mulheres novas e velhas, para o processo revolucionário e para o combate à exploração do capitalismo colonial e à exploração da mulher. Ver: Barbara Isaacman e June Stephen, *Mozambique: Women, the Law and Agrarian Reforme,* Adis Abeba, 1980,16-17.

157.Nachingwea era o principal centro de treino militar e político da FRELIMO.

158.O bispo Abel Muzorewa era um líder nacionalista do Zimbabué muito popular em meados da década de 70, mas as suas credenciais como nacionalista ficaram muito desacreditadas quando colaborou com Ian Smith, em 1979, numas eleições por "acordo interno" de que a sua eleição como primeiro-ministro durante um breve período.

159.Joshua Nkomo é um líder nacionalista do Zimbabué e foi o presidente da União dos Povos Africanos do Zimbabué (ZAPU) até à sua fusão com a ZANU, nos fins de 1987.

**Raúl Honwana** nasceu em 1905 e faleceu aos 89 anos em 1994, tendo vivido e testemunhado uma época histórica, largamente marcada pelo colonialismo e depois pela transição para a independência de Moçambique. *Memórias* foi publicado, pela primeira vez, em 1985, quando o autor tinha 80 anos. Para além da sua prodigiosa memória, que este impressivo relato prova cabalmente, ressaltam o seu orgulho pela identidade Moçambicana e pela herança Africana. Com este livro, Raúl Honwana quis deixar um legado aos jovens. Indubitavelmente, Memórias um contributo inestimável para a História de Moçambique.

# 03

LUTAR POR MOÇAMBIQUE

Lembro-me de que, numa tarde quente de Janeiro de 1983, meu pai e eu vasculhávamos papéis velhos, em sua casa, e falávamos disto e daquilo. Encontrámos um manuscrito seu, datado de há mais de 30 anos, que narrava um episódio relacionado com o recenseamento da população para o pagamento do imposto, nos anos 50, na Moamba. A propósito desse manuscrito, meu pai falou-me do sistema colonial de cobrança de impostos às populações ditas indígenas. A certa altura, interrompeu a narrativa para me dizer, cheio de preocupação, que gostaria de escrever tudo o que sabia, tudo o que vira e aprendera na sua vida. Que já era velho e começava a esquecer-se de algumas coisas. Que já lhe custava escrever durante muitas horas seguidas. Que os da sua idade, os que sabiam o mesmo que ele, iam desaparecendo aos poucos e que os novos não sabiam quem eram os seus velhos, e quem tinham sido os que viveram antes dos seus velhos.

***Gita Bernardo Honwana Welch***

Memórias é essencialmente uma narrativa oral, escrita após anos de discussão e debate, enquadrando-se perfeitamente no género autobiográfico. Afinal de contas, o livro foi inspirado no desejo do autor de contar a sua história e a da sua geração. E, tal como as outras autobiografias, procura impor ordem, forma e significado aos factos de uma existência. No caso de Raúl Honwana, uma existência modelada pela dominação colonial e a opressão racial e cultural. No entanto, o livro é ainda um testemunho de esperança, orgulho e luta.

***Allen Isaacman***

A história de vida de Raul Honwana enquadra-se com perfeição no grande desafio que o uso de trajectórias de vida, canções de resistência e de trabalho, hinos político-religiosos ou poemas, introduzidos como fontes históricas, trouxeram à recriação de uma história de Moçambique que havia sido manipulada pela ideologia colonial, e que marcam a historiografia nacional de meados da década de 70 e a década de 90.

***Tereza Cruz e Silva***